

**MAURÍCIO LOPES LIMA**

**O mal estar de uma identidade regional: representações do trabalhador negro escravizado e seus descendentes na historiografia Rio-grandense - Assis Brasil, Alcides Lima, Salis Goulart e Dante de Laytano**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Mário José Maestri Filho.

**Passo Fundo  
2014**

Catálogo na Publicação (CIP)

L732m LIMA, Maurício Lopes

O mal estar de uma identidade regional: representações do trabalhador negro escravizado e seus descendentes na historiografia Rio-grandense - Assis Brasil, Alcides Lima, Salis Goulart e Dante de Laytano / Maurício Lopes Lima. –Passo Fundo, 2014. 128 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

Orientador: Mário José Maestri Filho

1. Negros2. Historiografia3. Rio Grande do Sul4.

I. Título

CDU 930(816.5)=96

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a valorosa orientação do professor Mário Maestri, que me acolheu no PPGH-UPF. Rigoroso e paciente, orientou-me de forma precisa, respeitando minhas opções teóricas e metodológicas.

Agradeço à minha família, especialmente à minha irmã, professora Silvani, que me hospedou em Passo Fundo e fez a revisão linguística final deste trabalho.

À minha esposa Magáli, muito obrigado pelo carinho, paciência e incentivo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História e à Universidade de Passo Fundo pela concessão da bolsa de estudos.

## RESUMO

Esta dissertação versa sobre o processo de construção de uma identidade étnico-histórica para o Rio Grande do Sul através da sua historiografia. Avaliamos as maneiras como foram elaboradas representações sobre o papel do trabalhador negro escravizado e seus descendentes no processo de formação desta sociedade. Os recortes da historiografia pertinente foram feitos por autor/obra, de forma que representem diferentes posturas, em diferentes períodos, mas que, no conjunto, sintetizem o posicionamento majoritário da historiografia sul-rio-grandense sobre o tema. Partimos da década de 1880, com os trabalhos *História Popular do Rio Grande do Sul*, de Alcides de Mendonça Lima, e *História da República Rio-grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, passamos pela década de 1920, quando analisamos o livro *Formação do Rio Grande do Sul*, de Jorge Salis Goulart, chegando aos textos sobre o “tema do negro”, de Dante de Laytano, nas décadas de 1940-1950. Recorremos ao conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu, para compreender as representações construídas pelos agentes historiadores como manifestações que estão de acordo com o processo histórico, mas que, ao mesmo tempo, foram constantemente reelaboradas a partir das representações, muitas vezes arbitrárias e distorcidas, construídas por essa historiografia. É no *habitus* que encontramos um processo de naturalização dessas representações. Procuramos, além disso, conduzir a análise das representações enquanto visões sociais de mundo amparadas numa perspectiva de classe, já que os discursos desses historiadores têm endereço social, estão alinhados com posturas conservadoras de manutenção e aprimoramento das relações de poder em que, historicamente, trabalhadores negros escravizados e seus descendentes foram oprimidos. Ao mesmo tempo, procuramos valorizar o âmbito político do trabalho intelectual. Optamos por enfrentar o debate a partir dos trabalhos historiográficos, considerando legítimo enfatizar a parte dominante e impositiva desses discursos que, muitas vezes, são apresentados como se fossem a visão correta, única e *natural* da essência da identidade étnica sul-rio-grandense.

**Palavras-chave:** Identidade; Historiografia; Representações; Trabalhador Escravizado; Rio Grande do Sul.

## ABSTRACT

This term paper examines the process of building an ethno-historical identity for the Rio Grande do Sul through its historiography. We evaluate the ways representations about the enslaved black worker and his descendants role in this society formation process. The cuttings were done by author/work of a way that represented different stances, in different periods, but that, in the set, the majority historiography Sul-Rio-Grandense position about the topic. We started from the 1880s with the “*História Popular do Rio Grande do Sul*” works from Alcides de Mendonça Lima and “*História da República Rio-grandense*” from Joaquim Francisco de Assis Brasil, passed for 1920 s when the book “*Formação do Rio Grande do Sul*” was analyzed from Jorge Salis Goulart, getting into the texts about the black person topic from Dante de Laytano, in 1940s to 1950s. We searched the “*habitus*” concept from Pierre Bourdieu to understand the representations built by historian agent as manifestations that are according to the historical process, but that, at the same time, were constantly prepared again from the representations, many times arbitrary and distorted, built by this historiography. It is on “*habitus*” that we found a neutralization process of these representations. We looked for, besides, to lead the representations’ analysis while world social views held in a perspective class since these historians speeches have social address and are justified with conservative maintenance and improvement postures of the power’s relation in that historically, enslaved black workers and their descendants were oppressed. At the same time, we proposed the politician’s field appreciation necessity of intellectual work. We chose to hold the debate from historiographic works, considering legitimate to emphasize the domineering and prescriptive part of these speeches that a lot of times are presented as if they were the correct unique and natural view of the Sul-Rio-Grandense ethnic identity essence.

**Keywords:** Identity; Historiography; Representations; Enslaved Worker; Rio Grande do Sul.

## LISTA DE TABELAS (GRÁFICOS)

Figura 1 - GRÁFICO 1 .....	83
Figura 2 - GRÁFICO 2 .....	83
Figura 3 - GRÁFICO 3 .....	84
Figura 4 - GRÁFICO 4 .....	84

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

TV (televisão)

RBS/TV (Rede Brasil Sul de Televisão)

MTG (Movimento Tradicionalista Gauchesco)

FHC (Fernando Henrique Cardoso)

PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul)

PRR (Partido Republicano Rio-grandense)

IHGRS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul)

URGS (Universidade do Rio Grande do Sul)

CNFL (Comissão Nacional de Folclore)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>ELEMENTOS PARA A DISCUSSÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>18</b>
1.1 A identidade étnica sulina como representação.....	23
1.2 A política no trabalho intelectual.....	31
1.3 Descendentes de trabalhadores negros escravizados.....	33
<b>AUSENTES NA ORIGEM: A OMISSÃO DO TRABALHADOR ESCRAVIZADO DA FORMAÇÃO SULINA EM ASSIS BRASIL E ALCIDES LIMA</b> .....	<b>36</b>
2.1 A abolição da escravidão e o debate à disposição dos agentes .....	40
2.2 “Insignificância do elemento africano” .....	43
2.3 Formação do território e a composição da identidade étnico-histórica sulina .....	45
2.4 O eldorado para a mais perfeita civilização.....	54
<b>O ARQUÉTIPO DA HISTORIOGRAFIA RACISTA: ENQUADRAMENTO E DESQUALIFICAÇÃO DO <i>NEGRO</i> EM JORGE SALIS GOULART</b> .....	<b>60</b>
3.1 A determinação das leis tendenciais da formação Rio-grandense.....	63
3.2 Um mundo idílico: sem tensão, sem patrão, sem exploração.....	66
3.3 Enfrentando o “problema das raças” .....	72
<b>UM TEMA LEGÍTIMO E URGENTE: DANTE DE LAYTANO E O RIO GRANDE DO SUL “NEGRO” E “BRASILEIRO”</b> .....	<b>89</b>
4.1 Um novo olhar para a identidade étnica brasileira .....	93
4.2 Valorização da cultura popular e do <i>tema do negro</i> : posição estratégica na historiografia sul-rio-grandense .....	96
4.3 “O afro-gauchismo não se afasta do complexo do afro-brasileirismo” .....	101
4.4 A “democracia gaúcha”: a perspectiva conciliadora das relações étnico-raciais na sociedade sulina.....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo do ano de 2004, a rede de televisão RBS/TV, filiada da rede Globo no Rio Grande do Sul, produziu um documentário sobre a colonização, por emigrantes deste estado, das regiões oeste de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Amazônia Legal, que denominou *A Conquista do Oeste*. O documentário foi exibido em episódios semanais em “horário nobre” na TV aberta, no telejornal mais assistido no Rio Grande do Sul, *Jornal do Almoço*. O documentário apresentou uma clara linguagem ufanista e triunfalista quanto à projeção da imagem do homem sul-rio-grandense, identificado por *gaúcho*, como sinônimo de vencedor, perseverante, promotor do progresso, da civilização, aquele que triunfa sobre a adversidade e leva seus costumes e sua cultura a estas novas terras colonizadas.

Os produtores apresentaram uma miscelânea de características do *gaúcho*, predominando, eminentemente, a figura do descendente de europeus, alemão, italiano, polonês, etc. Ao mesmo tempo, são apresentados aspectos típicos do *gaúcho* – a partir dos cânones oficiais estabelecidos pelo *Movimento Tradicionalista Gauchesco* (MTG), e, portanto, estranhos a este imigrante europeu – como símbolo deste homem que vai marchar sobre o Oeste. Este tipo de construção foi analisada, por exemplo, por Ruben Oliven, no livro *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil – Nação*. O antropólogo chamou a atenção para um fenômeno que o gauchismo não resolve, uma contradição essencial: apesar de o “imigrante tardio”, descendente de alemães, italianos, poloneses, etc., ter incorporado os códigos da cultura gauchesca como seus e, a partir disso, identificar-se como *gaúcho*, os símbolos e o *métier* do “verdadeiro” tipo social *gaúcho* lhes são completamente estranhos. O *gaúcho* é um tipo social da região da Campanha Gaúcha, que lida com a criação de gado, manuseando seu cavalo, e é étnica, cultural e historicamente estranho a este novo imigrante europeu.<sup>1</sup>

O entendimento dos produtores do documentário é que o sonho “da terra e da fartura” se revelou “frustrante” para muitos dos imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul – sem destacar qualquer motivo dessa frustração – o que teria levado a um novo movimento, dos descendentes desses imigrantes, rumo ao centro-oeste brasileiro. Entretanto, esses

---

<sup>1</sup> Cf. OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - Nação*. Petrópolis, Vozes, 1992.

descendentes não seriam mais europeus e sim *gaúchos*, ou seja, consubstancia-se um no outro, este descendente de europeu transforma-se em *gaúcho* e o *gaúcho* absorve as características do europeu.

Ao final do episódio “Origem”, os produtores colocam uma fala, citando um texto de Érico Veríssimo, que expressa uma *narrativa* conciliadora das raças no Brasil, e que ficou conhecida como teoria da *democracia racial* brasileira (que teve sua versão para a sociedade pastoril sul-rio-grandense), um claro embuste ideológico, do qual Érico Veríssimo era simpático. O problema é que, em contradição completa com esta ideia, na historiografia e nas representações sociais dominantes do Rio Grande do Sul, raramente houve espaço para as etnias indígenas e afrodescendentes. Quando esses foram incluídos, foi de forma subalternizada.

Eis a fala do ator Walmor Chagas, narrador do documentário, com o texto de Érico Veríssimo:

*“Afim de contas o que é o gaúcho? Um sujeito branquíssimo e loiro chamado Schultz? Aquele senhor corpulento e corado que atende pelo nome de Carotenuto? Ou será aquele outro; de apelido luso e cara indiática? Porque o Rio Grande do Sul é, talvez, o mais sortido cadinho racial do Brasil”.*<sup>2</sup>

O intrigante e ideologicamente significativo nessa passagem é que ela representa um recorte completamente solto, que não tem nenhum vínculo com a *narrativa* até ali apresentada. No documentário, não se está falando de etnias outras que não os descendentes europeus. Não é dado espaço nesta *narrativa* para o indígena e, muito menos, o *negro* – que de fato nem é citado na expressão de Veríssimo. Então, não se trata de “cadinho racial”, não se trata do tipo humano luso-indo-afro-brasileiro. A representação absoluta expressa no documentário trata, de forma aberta e escancarada, do *gaúcho* europeizado, sinônimo de conquistador, de trabalhador e avesso à imagem tradicionalmente construída do caboclo brasileiro – sinônimo de acomodado, passivo, preguiçoso.

Existe uma leitura que está gravada no “senso comum” da sociedade sul-rio-grandense – a de que alguns elementos humanos particulares definiram sua formação. Essa leitura pertence ao conjunto simbólico que forma aquilo que já está definido, que é um patrimônio, que não se sabe bem como ou porque é verdadeiro e, portanto, é tacitamente aceito. Uma dessas ideias é a de que o Rio Grande do Sul é um estado diferente do resto do Brasil, sendo

---

<sup>2</sup> Cf. **A Conquista do Oeste**. Direção de Joice Bruhn, Rafael Figueiredo e Rubens Bandeira. Porto Alegre: RBSTV, 2004. DVD duplo, son., color.

um dos elementos de sua distinção a existência, no passado e no presente, de um contingente populacional branco dominante, de origem europeia recente, em relação ao resto do país.

Em relação à sua formação étnico-racial, historicamente o Rio Grande do Sul viveu situação peculiar em relação às representações hegemônicas sobre o Brasil mestiço. Sua colonização tardia, associada a uma economia não predominantemente agrícola e apenas subsidiária da nacional-exportadora, ofereceu os elementos para que se criassem interpretações – de que é exemplo a historiografia que analisaremos a seguir – de que o contingente de trabalhadores escravizados teria sido praticamente desprezível no Rio Grande do Sul, em relação a outras regiões brasileiras, o que não corresponde à realidade histórica.<sup>3</sup>

Essa condição acabou por gerar uma discussão acerca do quanto o trabalhador escravizado e seus descendentes haviam contribuído na construção e composição da sociedade sul-rio-grandense, geralmente, minimizando-se a importância de sua contribuição, visto que associado ao negro estava uma imagem pejorativa enquanto raça inferior. Um panorama agravado por critérios pseudocientíficos, a partir de meados do século XIX, que garantiam existir uma hierarquia entre as raças e que tiveram enorme sucesso entre a chamada intelectualidade brasileira.

O recebimento de grande contingente de imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, a partir de 1824 (alemães) e, desde 1875 (italianos), acabou agravando ainda mais a proposta marginalização do *negro* como parte integrante da formação sulina. Se antes ele já era anulado em relação à maioria branca de descendência portuguesa, castelhana e açoriana, a partir de então, os laudatórios do arianismo se firmaram também no alemão, no italiano, no polonês, etc. para desqualificar a importância e a contribuição do negro à formação social sul-rio-grandense.

Nossa discussão não destacará considerações demográficas, e sim o que está no âmbito das representações coletivas. É necessário esclarecer que, para nós, não vem ao caso entrar no mérito da questão se, de fato, há uma maioria populacional auto-declarada branca. O que nos interessa é encontrar respostas, a partir da historiografia produzida no Rio Grande do Sul, que nos ajudem a desvendar as formas como as leituras divergentes da realidade objetiva de tal formação social ocorreram.

Podemos agora apresentar os critérios de seleção para definir quais autores e textos seriam utilizados na leitura das formas de representação do trabalhador negro escravizado e seus descendentes na formação da identidade étnico-histórica sul-rio-grandense. Procuramos

---

<sup>3</sup> OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.) **Colônia**. v. 1 – (Coleção História Geral do Rio grande do Sul). Passo fundo: Méritos, 2006. p. 165.

nos pautar por trabalhos que consideramos representativos das diferentes formas de abordar o tema, em diferentes períodos – de forma que pudéssemos dar a dimensão de longa duração desse processo de construção identitária – mas que, como ponto de convergência, compusessem representações minimizadoras da importância do contingente étnico-racial negro no Rio Grande do Sul ou da extensão da exploração do trabalho escravizado.

Nossos critérios de seleção não deixam de ser arbitrários, visto que derivam, em grande parte, de uma leitura particular que entende esses trabalhos, entre tantos outros, como significativos para a historiografia produzida no Rio Grande do Sul e dignos de uma análise mais detida. Abordaremos Assis Brasil e Alcides Lima, no final do século XIX, mas deixaremos fora, por exemplo, João Cezimbra Jacques. Do mesmo modo, na década de 1920, selecionamos um livro de Jorge Salis Goulart, mas não falaremos de Rubens de Barcelos. Não foi diferente para a década de 1940/1950, em que trataremos de Dante de Laytano, mas não de Moysés Vellinho, e poderíamos ainda citar mais exemplos. É que, neste caso, tínhamos que definir uma estratégia de abordagem dentro do recorte possível para uma dissertação. De qualquer forma, podemos afirmar, sem medo de exagero, que todas representam clássicos da historiografia sulina.

Na construção da identidade étnico-histórica do Rio Grande do Sul, o trabalhador negro escravizado, normalmente, não esteve presente – e quando esteve, foi de forma desqualificadora – desde as primeiras construções analíticas sobre esta sociedade. Se nos limitarmos a um período mais restrito – desde a abolição da escravidão, juntamente com a transição do Império à República, quando surgiram mais efetivamente análises da composição histórica do Rio Grande do Sul, até o momento em que Dante Laytano produz suas pesquisas, década de 1930 – podemos afirmar que os estudiosos sulinos higienizaram de suas análises a presença do trabalhador negro escravizado.

É interessante ver como a exclusão do negro é perene, independente de preferências político-ideológicas, no Rio Grande do Sul, tradicionalmente, polarizado entre liberais, ligados à economia à cultura pastoril, e republicano-positivistas, defensores de um projeto filo-capitalista modernizante. Se olharmos, por exemplo, como fez Mário Maestri, para três grandes intérpretes da formação sulina no final do século 19 - Assis Brasil, Alcides Lima e Cezimbra Jacques – perceberemos que, entre aproximações e distanciamentos ideológicos, uma característica entre eles é comum: a exclusão do negro escravizado da formação do Rio Grande do Sul.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> MAESTRI, Mário. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**: herencia, presencia y visiones del otro. Centro de Estudios

Nos anos 1920, temos como grande referência o trabalho de Jorge Salis Goulart que, com maior exemplaridade, serviu de arquétipo desse *establishment* dos primeiros tempos de República em que o afrodescendente não foi visto como apropriado para obter algum espaço de contribuição reconhecido. Entretanto, já aparece, neste momento, uma nova preocupação; não se trata mais de ignorá-lo e sim condená-lo e desqualificá-lo, amparados no racismo científico da época. Há uma preocupação com a proletarização dessas massas e qual destino poderiam impingir à nação brasileira.

A partir da década de 1930, há uma mudança no olhar que se dispensa à problemática. As avaliações excludentes, carregadas pelo racismo científico, são questionadas, perdem força. A conjuntura política muda após a crise mundial de 1929 e, nacionalmente, a implantação da Nova República, em 1930. Com o governo de Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo, procura-se reelaborar a identidade brasileira, transformando as análises pessimistas em otimistas, através da ideologia do trabalho.

O Rio Grande do Sul também se enquadra neste processo e o principal expoente nesta nova maneira de olhar para “o popular”, para a “essência cultural do Brasil”, é Dante de Laytano. Enquanto intelectual ideólogo, com uma visão social de mundo alinhada às classes dominantes sul-rio-grandenses, a obra de Laytano é bastante diversificada. Abordou vários temas, entre eles, o *negro*, influenciado por Gilberto Freyre. Porém, a abordagem que fez foi estrategicamente controlada. Serviu para atualizar a identidade cultural sul-rio-grandense, mas não para valorizar as contradições reais que marcaram a sociedade escravista.

No primeiro capítulo, fazemos uma discussão teórica, tratando de alguns conceitos que serviram como referências para a análise dos textos historiográficos. Optamos por construir um aparato teórico-metodológico em capítulo inicial e específico por que esses conceitos perpassam todos os outros capítulos. Serviram de base para a análise dos textos historiográficos no decorrer da própria pesquisa. Foram os primeiros a serem definidos, como caminho metodológico para abordagem do tema.

Neste capítulo, situamos o leitor perante a recente tradição historiográfica sul-rio-grandense, utilizando como ponto de referência a década de 1980, que marcou um momento paradigmático na redefinição teórica e ideológica da historiografia sulina. Nosso período de análise (embora o recorte aqui não seja temporal) situa-se na tradição historiográfica anterior a 1980. Apesar das suas diferenças, os trabalhos que analisamos têm um ponto de

convergência como referencial. Parâmetro, aliás, clássico nos estudos historiográficos sobre o Rio Grande do Sul - dizem respeito à chamada *historiografia tradicional* sul-rio-grandense.

Definimos também alguns outros conceitos que foram centrais na pesquisa, entre eles, o conceito de representações, na óptica de Pierre Bourdieu, enquanto luta de representações, ou luta das classificações. Pensamos as representações como visões sociais de mundo, neste caso, impositivas pela historiografia, de quais foram os elementos definidores da formação étnico-histórica sul-rio-grandense. Ontologicamente, entendemos que o mundo social é composto tanto por estruturas objetivas quanto por estruturas simbólicas, sendo a realidade social construída por práticas e representações. Ainda com Bourdieu, vemos o papel social desses historiadores como agentes, portanto, com posturas ativas na construção de práticas e representações. Remetemos essa questão ao conceito de *habitus*, que, em Bourdieu, está intimamente ligado ao poder estruturante, aos condicionamentos sociais e, ao mesmo tempo, à capacidade criadora do indivíduo que compõe uma prática social.

Nesta máquina conceitual de referências para a análise textual, pensamos as práticas e representações dos agentes historiadores tendo como referência sua dimensão ideológica, enquanto visões de mundo, alicerçadas em posições de classe, o que discutimos com Michel Löwy. No mesmo diapasão das posturas ideológicas, toda a produção de conhecimento, por intelectuais, nas ciências sociais, vincula-se a uma dimensão política que, neste caso, é sobretudo ideológica, conforme a categoria de *intelectual ideólogo*, propostas por Norberto Bobbio, que utilizamos para pensar as obras desses autores. Por último, apenas para fazer referência, discutimos a complexidade que o conceito de *negro* assume ao pensarmos as representações sobre essa categoria antropológica e sociológica, no Brasil do passado e contemporâneo.

No segundo capítulo, tratamos de uma historiografia localizada no final do século XIX. Analisamos as obras *História da República Rio-Grandense*, de 1882, de Joaquim Francisco de Assis Brasil e *História Popular do Rio Grande do Sul*, também de 1882, de Alcides de Mendonça Lima.

Consideramos esses trabalhos como basilares da historiografia produzida no Rio Grande do Sul, compostos por homens autóctones desta formação, portanto, geneticamente formados neste espaço, compartilhando das visões de mundo da sociedade que os rodeava. Deve-se a isso sua escolha. Para Mário Maestri, estas obras representam “o surgimento de narrativa historiográfica orgânica e estabilizada sobre a formação social sulina”.<sup>5</sup> Ieda

---

<sup>5</sup> MAESTRI, 2008, p. 63.

Gutfreind, na tese já clássica em que analisa as duas matrizes teóricas e políticas fundantes da historiografia sul-rio-grandense – a matriz platina e a matriz lusitana – considera *História Popular e História da República Rio-Grandense* frutos de uma mesma concepção política, ideológica e científica e duas obras de referência para toda uma geração de historiadores.<sup>6</sup>

Apresentamos uma análise articulada dos dois autores, mostrando sua origem e seus itinerários acadêmicos até o momento da publicação de suas obras. Propomos que seus trabalhos se pautam pelas mesmas posturas ideológicas e complementam-se na negação do trabalhador negro escravizado. Procuramos mostrar que, apesar de se localizarem em um período definitivo do destino político, social e econômico brasileiro e sul-rio-grandense, marcado pelo desmonte da estrutura escravista e às vésperas da implantação da República, os livros – que apresentam uma tentativa ampla de identificar as características essenciais da formação sulina, de forma a construir uma referência básica para sua identidade – não contemplam o trabalhador negro escravizado como parcela formadora da sociedade sul-rio-grandense e tampouco se preocupam com o desafio que se apresentava com o processo de abolição da escravidão e a inserção do negro na sociedade de classes.

Mostramos que os autores, ao dedicarem importância para cada uma das etnias ou ramos de povos que ocuparam o Rio Grande do Sul; o açoriano, o paulista, o mineiro, o espanhol e os imigrantes de origem europeia mais recente, mas não admitem a presença do negro. Praticam uma forma de representação arbitrária, classificadora, e ideológica desta formação social. Por fim, valorizamos as características deterministas, pelo meio geográfico, presentes em suas análises. Utilizamos as representações pejorativas do indígena como parâmetro para compreender suas posições ideológicas e morais sobre o negro.

Não podemos deixar de destacar a dificuldade que tivemos neste capítulo, a partir de nossas opções teóricas, para abordar a construção da identidade étnico-histórica sul-rio-grandense nas representações feitas sobre o trabalhador escravizado, já que elas são praticamente ausentes. As referências à presença do cativo nas obras desses autores são telegráficas. Mesmo assim, essa característica não perde seu grau de importância no conjunto desse trabalho, já que, neste caso, a ausência desta etnia específica na classificação oficial da sociedade sulina também é uma forma de representação, diríamos até, uma forma de violência simbólica que lhe subtraiu o direito de ser representada dentro de uma sociedade onde teve papel determinante.

---

<sup>6</sup> Cf. GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1998.

No terceiro capítulo, analisamos o livro *A Formação do Rio Grande do Sul*, de 1927, de Jorge Salis Goulart. Para fins de organização de texto, de forma que conseguíssemos repassar ao leitor nossa proposta interpretativa da obra de Salis Goulart, dividimos o capítulo em duas partes. Na primeira, abordamos o aspecto mais ideológico do livro, tentando dar atenção à negação do conflito de classes e da exploração do trabalho, que é uma visão de mundo, uma visão ideológica, sobre esta sociedade. Negar as relações de produção escravistas é também uma forma de exercer uma classificação arbitrária, portanto, uma forma de representação sobre a identidade do Rio Grande do Sul que nega um fundamento essencial dessa sociedade, que é o trabalho. Trabalho que, no passado colonial e imperial rio-grandense, articulou-se, em forma geral, poderosamente, através da escravização de africanos e afro-descendentes. Negar o trabalho é uma forma de invisibilizar a contribuição do negro nesta sociedade que se deu, sobretudo, através do trabalho, e trabalho sobre coerção e dominação.

A segunda parte procura mostrar a abordagem de Salis Goulart sobre o tema racial, onde a execução de uma violência simbólica é bem mais clara. Podemos flagrar tanto representações negativas e condenatórias do africano e do indígena quanto a exaltação do contingente de branco-europeus – o que significa a mesma coisa, ou seja, se esta sociedade tem méritos, qualidades, é porque tem uma maioria branco-europeia. O autor defende abertamente o controle sobre as “raças interiores” além de construir uma argumentação que aponta para um ideal de branqueamento para a sociedade sul-rio-grandense.

No quarto capítulo, analisamos a obra do historiador e folclorista Dante de Laytano sobre o *negro* no Rio Grande do Sul, nas décadas de 1940, 1950. A produção de Laytano sobre esta temática possui um caráter disperso. O autor publica, pioneiramente, durante três décadas, uma série de estudos sobre o *negro* no Rio Grande do Sul e é justamente essa característica que nos levou a selecioná-lo como uma das referências paradigmáticas para as formas de representação do trabalhador negro escravizado na construção da identidade étnico-histórica sul-rio-grandense. Destaque-se que o *negro* foi sempre uma vertente temática da produção intelectual daquele autor, entre outras.

Também dividimos a análise em duas etapas. Na primeira parte, abordamos o âmbito político da obra de Dante de Laytano – enquanto pioneiro no estudo do negro – junto à historiografia sul-rio-grandense, na construção de uma nova identidade para o Rio Grande do Sul, alinhada à cultura popular e à diversidade étnico-racial. Comentamos as características da história composta no Rio Grande do Sul no período em que Laytano produziu, diante das tendências abertas ao “nível nacional”, a partir da década de 1930, com Gilberto Freyre. Na abordagem do tema do *negro* (sinônimo de cultura popular), identificamos um lugar

estratégico de Laytano para a aproximação tanto da historiografia sul-rio-grandense com o que estava em voga em centros referencias do país, quanto de aproximação identitária entre o estado sulino e a nação brasileira.

Na segunda parte do capítulo, partimos para a análise de alguns textos de Laytano sobre o trabalhador negro escravizado no Rio Grande do Sul imbuídos de parâmetros apontados na primeira parte. O principal objetivo é ver o quanto os diagnósticos do autor são caudatários dos parâmetros freyrianos de análise sociocultural. Neste ponto, procuramos mostrar a construção de uma análise conciliadora das relações de poder na sociedade escravocrata, através de um comportamento passivo do escravo diante de sua condição escravizada e de uma característica democrática da formação socioeconômica e cultural da sociedade sul-rio-grandense.

## ELEMENTOS PARA A DISCUSSÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-HISTÓRICA DO RIO GRANDE DO SUL

Se hoje há consenso sobre a importância da escravidão na formação social rio-grandense, havendo uma multiplicidade de pesquisas nos programas de pós-graduação das universidades locais e nacionais, há que se reconhecer que é um processo recente. Até inícios da década de 1980, quando tomam corpo no Brasil os programas de pós-graduação, esse domínio da historiografia, ou seja, o papel do homem e da mulher africanos e afro-descendentes escravizados, libertos e livres, era caracterizada como um “vazio historiográfico”<sup>1</sup>, sendo raros os trabalhos que se dedicavam à temática, além da pouca profundidade qualitativa daqueles que o faziam, fora algumas poucas exceções.

Referente às abordagens sobre o trabalhador escravizado, a década de 1980 representou um momento de inflexão. É importante fazermos uma pequena revisão bibliográfica da historiografia da década de 1980 com o objetivo de situar o leitor perante o debate e ajudá-lo a entender o sentido de nosso recorte temático. Essa chamada *historiografia crítica* dos anos 1980 tornou-se o paradigma da reviravolta sobre as abordagens da escravidão. Foi nesse período, inclusive, que se alcunhou a historiografia precedente – essa com a qual vamos trabalhar - de *historiografia tradicional*.

Convencionou-se identificar duas correntes na historiografia sul-rio-grandense a respeito do trabalhador escravizado. A primeira, chamada “corrente tradicional”, que tem representantes como Jorge Silas Goulart, Walter Spalding, Moysés Velinho, Manoelito de Ornellas, Amyr Borges Fortes, entre outros. Apesar do avanço que sua obra significou nesse panorama, o próprio Dante de Laytano pode ser classificado nessa tendência “tradicional”. As referências sobre este grupo tinham, no extremo mais dogmático, figuras como Raimundo Nina Rodrigues e Oliveira Vianna e, no extremo mais renovador, embora ainda conservador e racista, Gilberto Freyre.<sup>2</sup>

Segundo Maran Silva e Ivanir Cunha, esses historiadores, de algum modo, minimizaram a importância do *negro* na formação da sociedade sul-rio-grandense. Elas apontam uma visão conservadora que apresenta “certa visão embranquecida” que legitimou a

---

<sup>1</sup> GUTFREIND, Ieda. 1990. **O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico**. "Estudos Ibero-Americanos", Porto Alegre, 16 (1-2), 1990, p. 175-187.

<sup>2</sup> SILVA, E. Maran Queiroz da & CUNHA, Ivanir. **O mito da escravidão cordial sul-rio-grandense: uma discussão historiográfica**. Educ. Porto Alegre. V.1 n.9, p.6-13, outubro de 2007. p. 9.

mitificação da escravidão branda e harmônica no sul do país, apresentando o trabalho escravizado quase como um trabalho livre, longe das punições, das humilhações e da privação da liberdade. Para legitimar essa visão, o foco de análise daqueles historiadores deteve-se nos trabalhos da estância onde procuraram fazer parecer que “se estabelece[u] uma relação de trabalhadores livres e proprietários”. As autoras continuam,

Essa imagem mitifica a noção de que, no estado[sic], criou-se e estabeleceu-se uma sociedade igualitária, diferente do resto do país. É o mito da democracia escravocrata que permaneceu por décadas, não somente entre os historiadores como também entre os escritores.<sup>3</sup>

A segunda corrente, ainda de acordo com as mesmas autoras, é a que denominam de “corrente vanguardista”, que se avolumou na década de 1980, e se estabeleceu com o fim de denunciar o aspecto ideológico da “historiografia tradicional”. Destacam-se os trabalhos de estudiosos como Margareth Bakos, Verônica Monti, Mário Maestri, Décio Freitas, Luís Luna, Agostinho Dalla Vechia e Fernando Henrique Cardoso, este que, embora não fosse um “autor local”, tinha a sociedade escravocrata sul-rio-grandense como seu objeto de crítica.<sup>4</sup>

No Rio Grande do Sul, o ponto de ataque à *historiografia tradicional* foi na análise da charqueada, realidade oposta à estância, onde o trabalho, de fato, exigia relativamente menor coerção. Nas charqueadas, entretanto, o trabalho escravizado era um dos mais severos e extenuantes, com permanente coerção da mão-de-obra servil. Também ao contrário da estância, a charqueada, assim como as olarias, organizadas nos moldes de exportação, exigia um elevado número de trabalhadores escravizados. A demonstração dessa realidade pôs por terra os antigos trabalhos que defendiam a escravidão limitada e branda no Rio Grande do Sul.

A historiografia que recortamos para tratar aqui é reconhecidamente controversa em relação a este tema. Escolhemos um período extenso – partindo do final do século XIX, passando pela década de 1920 e chegando até a década de 1950 – onde, de diferentes maneiras, esse tema foi negligenciado enquanto abordagem interpretativa estrutural da formação sulina. Superando essa fase, a década de 1960, com Fernando Henrique Cardoso e *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, já indicou um novo olhar sobre o tema, vendo a escravidão como um ângulo específico para entender a formação do Rio Grande do Sul e, a década de 1980, como dissemos, representou uma ruptura temática e epistemológica.

---

<sup>3</sup> SILVA e CUNHA, 2007, p. 10.

<sup>4</sup> SILVA e CUNHA, loc. cit.

Apesar do desinteresse pelo tema antes da década de 1980, dois autores devem ser destacados, um deles é Dante de Laytano, historiador que teremos oportunidade de analisar neste trabalho e que não possui uma grande obra de referência e sim um conjunto de textos em que aborda a temática relativa ao trabalho escravizado e o papel do *negro* na formação do Rio Grande do Sul. Podemos dizer que a grande importância do trabalho de Laytano está na novidade que representou, já no final da década de 1930, consolidando-se a partir da década de 1940, ao ser uma voz dissidente em meio à historiografia local, embora o resultado geral de seu trabalho tenha sido o aprimoramento das teses da democracia racial. Também, por ser um trabalho bastante eclético e, de certo modo amador, muito ligado ao folclore, não deixou herdeiros intelectuais que continuassem na abertura feita por ele.

Outro autor merece destaque, esse sim, com uma obra de referência. Referimo-nos a Fernando Henrique Cardoso que, em 1962, desenvolveu tese de doutorado, vinculada à Escola Paulista de Sociologia, da Universidade de São Paulo, trabalho intitulado *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Fernando Henrique Cardoso critica na historiografia sulina precedente ao seu trabalho as teses da “democracia pastoril” e da insignificância do trabalho escravizado no Sul. Aborda o trabalho na charqueada, mas muito em virtude do objetivo principal do seu trabalho, que era apresentar a produção escravista charqueadora como apêndice de um capitalismo incompleto no Brasil. Para ele, a utilização do escravo não era simplesmente uma questão de opção, mas dependia do capital gerado pelas atividades charqueadoras que, quando produziam lucros excedentes, propiciavam lucro suficiente para a compra do escravo. Portanto, a não utilização do trabalhador escravizado – o que poderia sugerir uma atitude de opção voluntária – ou, por outro lado, sua inelutável aplicação, tem que ser problematizada a partir das condições econômicas.<sup>5</sup> Não menos importante, é observar que o objetivo principal de FHC não é abordar a escravidão. A partir de uma “fusão do marxismo, weberianismo e funcionalismo [...] [ignorou] o cativo como protagonista do passado sulino, não se referindo, a não ser em forma telegráfica, às suas formas de resistência.”<sup>6</sup>

Na década de 1980, como dissemos, começa haver uma mudança com um revisionismo da historiografia sul-rio-grandense referente a essa e outras temáticas. Entrou na

<sup>5</sup> Cf. CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 56-59.

<sup>6</sup> MAESTRI, Mário. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**: herencia, presencia y visiones del otro. Centro de Estudios Avanzados, Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20100823031132/06mae.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2012, p. 77.

reavaliação dessa nova historiografia elementos como a tese da democracia pastoril, da produção sem trabalho na estância, da ausência de resistência à escravização. Um exemplo simbólico desse processo de renovação historiográfica é o livro *RS: Cultura e ideologia*, publicado em 1980.<sup>7</sup> Neste livro, a historiadora Sandra Pesavento publicou um texto denominado *Historiografia e Ideologia* onde fez uma análise das “tendências da historiografia gaúcha” e da posição ideológica dos intelectuais, comprometidos com a classe dominante. A análise foi construída a partir da concepção marxista/gramsciana em que os intelectuais são identificados como orgânicos, embora não vinculados ao Estado, mas compondo uma historiografia oficial comprometida com a chamada *elite*. Destacou a tendência da produção historiografia sulina de produzir uma história “conservadora” e “tradicional”, salientando a “glorificação do gaúcho”, as “tradições militares do estado”, a “tradição política”, o “espírito democrático”. Não se referiu, entretanto, ao enorme vazio referente aos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul, paradoxalmente, questão praticamente intocada pelos historiadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a mais antiga e destacada no estado.<sup>8</sup>

Em relação à temática da escravidão e do papel do *negro* na sociedade sul-riograndense, pelo menos três trabalhos merecem destaque. O primeiro deles foi publicado em 1982, por Margareth M. Bakos, e tratava-se da edição em livro de sua dissertação sobre a função de liberais e republicanos na abolição da escravatura no Sul, sob o título *RS: escravismo e abolição*. O livro de Bakos mostra que a abolição foi tratada apenas em nível político e ideológico, minimizando a resistência do trabalhador escravizado e o papel de movimentos sociais, que lutaram pela abolição da escravatura. Além disso, para Bakos, a questão econômica relativa à mão-de-obra não teria tido grande impacto para a Abolição, pois não havia grande dependência do trabalho escravizado na economia sulina. Ao mostrar a abolição exclusivamente como empreendimento do jogo político, a autora utilizou fontes de jornais que eram órgãos de propaganda de seus partidos e, naturalmente, queriam os méritos pela abolição. Quanto à questão econômica, a autora é influenciada pelos trabalhos sobre a escravidão da chamada Escola Paulista de Sociologia, e, nos mesmos moldes de Fernando Henrique Cardoso, pratica um *marxismo-weberianismo* economicista em que as questões econômicas e políticas são privilegiadas, desligadas das questões sociais e, sobretudo, da resistência, ou seja, da luta de classe propriamente dita.

---

<sup>7</sup> Cf. DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

<sup>8</sup> PESAVENTO, Sandra J. *Historiografia e Ideologia*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 60-83 passim.

Ao tratar a Abolição desta forma, Bakos viu apenas uma parte do processo, como uma concessão das ditas elites políticas, sem motivações materiais. De qualquer forma seu livro foi importante porque possui a qualidade, sempre escassa na historiografia sul-rio-grandense, de tornar o tema da escravidão o mote central da análise, fazendo a correlação desse fenômeno, neste caso, sua extinção no Rio Grande do Sul, com eventos tradicionais e determinantes da história política do estado.<sup>9</sup>

Em 1985, Verônica Monti publicou um livro intitulado *O Abolicionismo - 1884: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul*. O livro resultou de sua dissertação de mestrado, defendida na PUC-RS, em 1978, em que investigou o momento às vésperas da abolição no Rio Grande do Sul, a partir de 1884. Neste trabalho, Verônica Monti referendou a tese do pioneirismo do Rio Grande do Sul no processo abolicionista brasileiro, que atribui a um espírito emancipacionista, de cunho humanitário. Cabe ressaltar, apenas, que a tese do pioneirismo abolicionista do Rio Grande do Sul foi relativizada no clássico trabalho *Os últimos anos da escravatura no Brasil*, do historiador estadunidense Robert Conrad.<sup>10</sup>

O trabalho de Verônica Monti apresenta um caráter pioneiro ao se contrapor à tese, até então apenas levemente arranhada, da pouca importância da escravidão e da insignificante contribuição do “elemento negro”, para utilizar uma expressão de Monti, no Rio Grande do Sul. Além do mais, esse trabalho passou a representar uma referência importante já que, naquele momento, a bibliografia local sobre o tema era bastante escassa, aliás, o que obrigou a autora a recorrer às fontes compostas pela imprensa na época tratada. Mesmo assim, no âmbito nacional, já havia à disposição estudos importantes, os quais a autora não utilizou. Por exemplo, mesmo um estudo importante sobre a escravidão local, como o de Fernando Henrique Cardoso, não foi explorado pela autora. Importante são os dados que traz sobre a “entrada, atividades e distribuição”, registrando a presença precoce do negro no Rio Grande do Sul, embora defenda a tese da pouca importância do cativo na fazenda pastoril.<sup>11</sup>

O terceiro trabalho a destacar para o período é o de Mário Maestri que, em 1984, publicou importante livro abordando a temática do trabalhador escravizado, dentro de ótica claramente marxista, tema que viria a marcar sua carreira intelectual. O trabalho de Maestri, intitulado *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*, teve origem em sua tese de doutorado, na Bélgica, em 1980. Esse estudo também é marcado

---

<sup>9</sup> Cf. BAKOS, Margaret M. **RS: escravismo & Abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

<sup>10</sup> Cf. CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 247.

<sup>11</sup> Cf. MONTI, Verônica A. **O abolicionismo, 1884: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins, 1985.

pelo viés teórico marxista e, segundo o próprio autor, seus principais objetivos eram “comprovar a contribuição do cativo na formação sulina; assinalar a centralidade da produção charqueadora no processo; investigar a resistência escrava sulina, realidade até então quase desconhecida”.<sup>12</sup> Também é importante citar que inspirou fortemente Mário Maestri a tese *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender, publicada em 1978, e que apontava para a necessidade de fazer do processo de escravização o centro das interpretações da formação social brasileira, tratando a escravidão moderna americana como um modo de produção particular.<sup>13</sup>

### 1.1 A identidade étnica sulina como representação

Em artigo sobre a historiografia do trabalhador escravizado no Rio Grande do Sul, Mário Maestri já propôs algo parecido com o que pretendemos fazer nesta dissertação, embora com outros recortes, outros aportes teóricos, de forma sintética.<sup>14</sup> O historiador chamou a atenção para as representações feitas pela historiografia sulina, desde seus primórdios, no Império, até os anos 2000. De forma perspicaz, avalia e comenta a maneira como certa interpretação sobre a identidade étnica do Rio Grande do Sul se naturalizou. Através da representação pictográfica, em forma de painel, do artista plástico Aldo Locatelli, sobre as etnias formadoras da sociedade sulina, exposta no Palácio do Piratini, sede do governo rio-grandense, Mário Maestri nota que o artista não incluiu o trabalhador escravizado entre as *etnias* formadoras dessa sociedade.

Maestri chama a atenção para a composição da “identidade étnica sulina” que, negando a objetividade histórica e, atualmente, a produção historiográfica especializada, constitui fenômeno subjetivo de um “imaginário étnico histórico” onde o negro não está representado. Para o autor,

A maioria da população rio-grandense acredita que o Rio Grande seja essencialmente produto do esforço do homem livre, luso-brasileiro e, sobretudo, ítalo-germânico. Na superficial e mítica visão geral da população sobre o passado rio-grandense, a contribuição dos africanos e dos afro-descendentes à formação social sulina é desqualificada e ignorada. Como nos banquetes de hoje, o trabalhador negro preparou a festa, mas jamais sentou à mesa ou saiu na foto da festa.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> MAESTRI, 2008, p. 80.

<sup>13</sup> Cf. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

<sup>14</sup> Cf. MAESTRI, *op. cit.*

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 54.

Também para nós, a ideia é pensar a questão racial no Rio Grande do Sul sob a perspectiva da formação da identidade. Nossa proposta é que os trabalhos historiográficos que selecionamos contribuíram propondo representações da formação racial deste espaço social em que, de alguma forma, o *negro* mal figurou, ou não teve papel preponderante, correspondente à realidade objetiva, ou, mesmo quando admitida sua presença, foi de forma controlada, em doses homeopáticas, minimizando-se o aspecto da extensão e exploração do trabalhador escravizado e, sobretudo, sua contribuição fulcral para a construção de nossa formação social, do ponto de vista econômico, demográfico, étnico, cultural, linguístico, religioso, etc.

Quando pensamos nesse viés específico de abordagem, entendemos que existem elementos importantes na perspectiva que Pierre Bourdieu apresenta quando analisa as representações vinculadas às lutas pela formação das identidades tanto “étnicas” quanto regionais. Conforme Bourdieu,

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligados à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular de lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido.<sup>16</sup>

Queremos aplicar o conceito de representações no sentido trabalhado por Bourdieu, enquanto imposição de “visões de mundo” ou, conforme designado por ele, “lutas de classificação” ou “lutas das representações”. Bourdieu vê a realidade como espaço permeado pela violência e fruto de constantes lutas e disputas, pois é um espaço de confronto pelo poder. É necessário “apreender ao mesmo tempo *o que é instituído*, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou ‘inexistir’ o que existe, e as representações [são] enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam”.<sup>17</sup>

Quando propomos que existe uma identidade étnico-histórica sulina que invisibilizou o trabalhador escravizado e seus descendentes, acreditamos que resultou de uma luta para impor visões sociais de mundo que extirparam – ou as *velaram* – do imaginário social essa parcela da população. Neste passo, ocorreu um processo de imposição de sentido, de consenso de grupo, em que determinadas classificações ditaram, de acordo com sua força, sua

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.p. 112-113.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 118.

capacidade de imposição, qual era o papel-qualidade-vocação de cada etnia, de cada elemento sociológico, cada tipo racial, cada classe, na composição do grupo indenitário sul-riograndense.

Para Bourdieu, a realidade é uma luta permanente pela *definição* da realidade representada. As representações são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Os discursos não são neutros, pois tendem a impor determinada visão de mundo que implica em escolhas, portanto, geram classificações.

Os critérios pela definição da identidade “étnica” ou “regional” nada mais são do que classificações operadas pelos agentes sociais. Só podemos compreender o estatuto ontológico dessas classificações se não opusermos, de forma mecânica, as representações/classificações à *realidade*. Não queremos dizer que as representações não devam ser cotejadas com a *o fato acontecimental*, pois, de outra forma, não teríamos um parâmetro de qualificação, mas essa relação não deve ser compreendida de forma dicotômica. Devemos “incluir no real a representação do real ou, mais exatamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais”.<sup>18</sup>

Quando tratamos os textos historiográficos do ponto de vista da construção da identidade do Rio Grande do Sul, já partimos de uma concepção previamente formada, a de que as representações propostas ali, muitas vezes, não refletem as condições objetivas das características *raciais* e culturais da sociedade sul-riograndense. A realidade social é objeto das lutas de classificações que, por sua vez, contribuem para a formação dessa realidade. Uma característica social tida como essência de uma determinada sociedade às vezes não coincide perfeitamente com suas características históricas objetivas, “é que a ‘realidade’, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária”.<sup>19</sup>

As representações impressas nas análises histórico-sociológicas feitas por esses autores baseiam-se em propriedade e critérios objetivos da sociedade sulina, mas enfatizam mais alguns aspectos e omitem outros. Criam classificações arbitrárias, condicionadas por estruturas simbólicas que estão no âmbito subjetivo. Conforme Bourdieu,

a procura de critérios objetivos da identidade “regional” ou “étnica” não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios [...] são objetos de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos, e de *representações objetivas*, em coisas [...] ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação

---

<sup>18</sup> BOURDIEU, 1998, p. 113.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p.115.

mental que os outros podem ter dessas propriedades e de seus portadores.<sup>20</sup>[Grifos do autor]

A utilização da noção de “lutas” para compreender as formas como a realidade social é construída é porque permitem que os agentes adquiram o poder de controlar e definir os esquemas classificatórios e, por conseguinte, interfiram e modifiquem os esquemas de percepção. Ao mesmo tempo, as “lutas” contêm uma dimensão de embate, de resistência à dominação e à ortodoxia das classificações.

Neste trabalho, queremos falar a respeito de representações feitas pela historiografia, pelos agentes historiadores. Não vamos tratar essas representações feitas sobre o trabalhador escravizado e seus descendentes, em termos de “lutas” na acepção clássica *bourdiesiana*, já que teríamos que levar em conta dois aspectos: a violência simbólica e a resistência. É porque não temos acesso às formas de resistência e sim, apenas, às categorias representacionais criadas pelos historiadores analisados.

Nossa pesquisa se propõe a analisar textos produzidos sobre o Rio Grande do Sul por alguns intelectuais. Pretendemos ver neles as formas como o *negro*, escravizado ou livre, é apresentado e representado. Entendemos que a proposta metodológica de luta de classificações e lutas das representações de Bourdieu nos ajudará. Entretanto, nos caminhos metodológicos apontados para o estudo das representações, nossas fontes permitem estudar a construção da identidade étnico-histórica sulina a partir não do confronto entre as representações ideologicamente conservadoras e representações ideologicamente resistentes, revolucionárias, mas sim da imposição da violência simbólica, daqueles que detêm o poder de classificar, de fundar representações, e torná-las consenso sobre a formação sulina. Não é questão de negar a dimensão dialógica nesta luta pela definição da realidade, mas a partir dessas fontes, consideramos necessário e legítimo enfatizar a parte dominadora e impositiva, que, muitas vezes, é apresentada como se fosse a visão correta, única e *natural*.

A parcela social objeto das classificações produzidas por esses autores que selecionamos ocupa posição dominada na estrutura de classes. Desde o período de formação do Rio Grande do Sul luso-brasileiro até o final do Império e a implantação da República, o objeto das representações era um trabalhador escravizado sem direitos políticos e civis. No mundo social, o trabalhador escravizado não possuía *status* público e civil; no mundo das representações, havia contra ele extensas representações que construíram, entre outros elementos, as visões racistas ainda atuais. Posteriormente, em plena República, o homem *negro* livre teve a cidadania constantemente subtraída, limitada por várias estruturas sociais,

---

<sup>20</sup> BOURDIEU, 1998, p. 112.

inclusive as próprias representações construídas pela historiografia. No momento em que “a presença ou ausência de um grupo na classificação oficial depende de sua aptidão [sic] de se fazer reconhecer”, podemos compreender porque o trabalhador negro escravizado e seus descendentes não se fazem representar na essência da identidade étnica sul-rio-grandense.<sup>21</sup>

Neste trabalho partimos do entendimento de que o mundo social é composto tanto por estruturas objetivas quanto por estruturas simbólicas, sendo a realidade social construída por práticas e representações. O mundo social objetivo não passa apenas pela materialidade dos objetos e das ações humanas, é fruto, também, de um conjunto de sistemas simbólicos, de percepções e de classificações subjetivas que possuem o mesmo poder de estruturar esse mundo social. Mais do que isso, há uma dimensão política nos sistemas simbólicos que contém uma função ideológica e pretende naturalizar interesses e impor visões classistas como se fossem universais e não fruto de uma classificação, de processos de distinção.

Quando afirmamos que os textos historiográficos desses autores constituem práticas que geram representações a respeito de uma realidade social, temos que ter a preocupação de buscar bases teóricas onde referenciar essas práticas. O que queremos dizer é que o historiador é um agente social no mundo. No momento que propomos que sua prática, o texto historiográfico, é carregada de sentido, determinações e classificações, muitas vezes até arbitrárias e comumente inconscientes, devemos procurar caminhos epistemológicos que garantam explicações objetivas para essas práticas e representações. Não devemos cair numa visão determinista que acredite que essas representações compõem um projeto deliberado e pré-concebido de manipulação da realidade, realizado por indivíduos que estão acima das estruturas sociais que os envolvem e os definem. Esse caminho nos parece estar, em parte, na ideia de *habitus* proposta por Bourdieu.

O conceito de *habitus* de Bourdieu pode ser uma ferramenta para compreender o sistema de disposições que conformaram as ideias e as ações desses autores. As formas de pensar são produtos do contexto histórico. Colocando a questão de tal maneira, não tem sentido, por exemplo, afirmar que as ideias de um intelectual estão à frente de seu tempo. Por contexto entendemos o conjunto de situações políticas e econômicas que organizam as relações sociais em uma sociedade determinada, fornecendo-lhe as referências para a reprodução das condições de existência coletiva e das formas históricas de distribuição de poder.

---

<sup>21</sup> BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre RS: Zouk, 2007. p. 445.

Nesse sentido, é necessário, primeiro, retomar uma definição que é cara para Bourdieu, e para nós igualmente importante: referimo-nos ao embate entre a filosofia do sujeito e a força determinante da estrutura. Em Bourdieu, a ideia de *habitus* está intimamente ligada ao poder estruturante, aos condicionamentos sociais e, ao mesmo tempo, à capacidade criadorado indivíduo que compõe uma prática social. A origem do conceito não está na obra de Bourdieu, ele possui longa tradição no pensamento ocidental. Bourdieu, porém, lançou mão do conceito e propôs com ele uma categoria que possibilitasse um duplo rompimento, tanto com a dureza engessadora da estrutura, quanto com a liberdade transcendental da filosofia do sujeito. A intenção teórica era, segundo ele, romper com o hegelianismo, com o dualismo kantiano, sair da filosofia da consciência e, ao mesmo tempo, reagir contra a orientação mecanicista do estruturalismo de Saussure e Lévi-Strauss. Bourdieu afirma:

[...] eu queria insistir nas capacidades geradoras das disposições, ficando claro que se tratam de disposições adquiridas, socialmente construídas [...] vontade de reintroduzir a prática do agente, sua capacidade de invenção, sua improvisação. Mas eu queria lembrar que essa “capacidade criadora, ativa, inventiva”, não é a de um sujeito transcendental como na tradição idealista, mas a de um agente ativo.<sup>22</sup>

Como podemos ver a ideia de *habitus*, em Bourdieu, possui um sentido profundo que designa as disposições adquiridas pela experiência. O *habitus* funciona como um sistema de esquemas adquiridos que age como categorias de percepção, apreciação e classificação e organiza a ação, fazendo do agente social o operador prático da construção dos objetos.

Porém, neste ponto, é importante fazer um complemento ao conceito de *habitus* remetendo à questão da ideologia ou, para utilizar um termo do próprio Bourdieu, às “visões de mundo”. Para Bourdieu, é importante valorizar a dimensão classista da luta de representações, pois as lutas de classificações constituem uma “dimensão esquecida da luta de classes” e “a posição na luta de classificações depende da posição na luta de classes”.<sup>23</sup> Por isso pensamos em relacionar o conceito de *habitus* com o de ideologia, pois que este último está intimamente vinculado às posições de classe, assim, o *habitus* tem um horizonte de referência e delimitação que é a posição de classe, a visão social de mundo produzida pelo agente, mas de acordo com o pertencimento à determinada classe social.

Michel Löwy fez uma discussão teórica a respeito da relação entre os condicionamentos ideológicos e a produção de conhecimento nas ciências sociais e avançou alguns conceitos que pensamos serem úteis para nossa reflexão. Löwy mostra que, de acordo com a tradição marxista, o conceito de ideologia possui estreita relação com as posições de

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas / Pierre Bourdieu**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 25.

<sup>23</sup> BOURDIEU, 2007, p. 447.

classe, sejam conservadoras, sejam revolucionárias. Esclarece que, em Marx, o termo ideologia aparece com um sentido claramente pejorativo, designando as ideias deformadas da realidade e em acordo com a ideologia dominante. Com as reformulações de Karl Mannheim, introduziu-se uma distinção entre ideologia, que continuou a designar as ideias conservadoras, da classe dominante, e utopia, que passou a designar ideias revolucionárias, que contrapõem as visões dominantes da realidade social, possibilitando sua superação.

Michel Löwy propõe a utilização de uma terminologia conceitual que, independente da posição de classe, possa significar um conjunto de ideias, valores, representações e intenções políticas, o que chama de “visão social de mundo”. É mais ou menos nessa perspectiva que pretendemos trabalhar aqui, tendo como referência teórica de fundo Pierre Bourdieu e seu conceito de representações, também como “visões de mundo”, amparadas no *habitus*. Em outros termos, entendemos que as representações se estruturam em um determinado *habitus* que tem como horizonte de referência as ideologias de classes. Para Löwy,

[...] é útil tomar a distinção feita por Mannheim entre ideologia e utopia, mas se deve procurar outro termo que possa se referir tanto às ideologias quanto às utopias. Que defina o que há de comum a esses dois fenômenos. O termo que me parece mais adequado para isso [...] é “visão social de mundo”. Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas.<sup>24</sup>

Este ponto é muito importante; mostrar as posturas desses autores como visões sociais de mundo. Existem as visões conservadoras e as visões questionadoras e, neste caso, trabalhamos com visões de mundo conservadoras e legitimadoras da ordem social vigente, portanto, visões essencialmente ideológicas. Quando vemos as ideologias como sinônimo de visões de mundo, temos uma percepção muito mais ampla do seu sentido, que não se restringe a uma simples ideia da realidade, sem lastro e conteúdo. Visões sociais de mundo são um conjunto muito mais vasto e orgânico de crenças, valores, convicções, categorias cognitivas, representações que são orientadas a partir de uma posição de classe.

Löwy observa que, de acordo com Marx,

[...] o processo de produção da ideologia não se faz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais. Os criadores das visões de mundo, das superestruturas, são as classes sociais, mas quem as sintetiza, desenvolve, dá-lhes forma de teoria, de doutrina, de pensamento elaborado, são os representantes políticos ou literários da classe:os

---

<sup>24</sup> LÖWY, Michel. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 1998. p. 13.

escritores, os líderes políticos, etc.; são eles que formulam sistematicamente essa visão de mundo, ou ideologias, em função dos interesses de classe.<sup>25</sup>

Em outros termos, são as classes sociais que produzem as ideologias e esse conjunto é que fornece conteúdo ao que chamamos aqui de *habitus*.

Mesmo considerando que o agente no mundo social está imediatamente referenciado por sua perspectiva de classe, com a ideia de *habitus*, consideramos que suas práticas não são mecânicas, determinísticas. É importante que, ao analisar as disposições dos agentes, não se atribua a eles qualquer conotação teleológica finalista. Entendemos que o *habitus* cercante oferece um sistema de referências que orientam as práticas, porém ele permite, ao mesmo tempo, descartar a ação consciente do agente, a explicação da ação por causas determinadas. Bourdieu lembra que “as condutas podem ser orientadas em relação a determinados fins sem ser conscientemente dirigidas a esses fins, dirigida por esses fins. A noção de *habitus* foi inventada, digamos, para dar conta desse paradoxo.”<sup>26</sup>

A riqueza da noção de *habitus* é que ele intermedia a relação da estrutura com as necessidades objetivas dos agentes sociais, oferecendo condições para a produção de estratégias que se mostram objetivamente ajustadas às situações reais, embora não sejam produto de uma aspiração conscientemente planejada de acordo com essas condições objetivas. A ação do agente é comandada pelo que Bourdieu chama de “sentido do jogo”, ela “tem toda a aparência da ação racional que representaria a um observador imparcial, dotado de toda a informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio.”<sup>27</sup>

O *habitus* é capaz de dotar os agentes de um capital de esquemas informacionais que lhes permitem produzir pensamentos e práticas consideradas sensatas e corretas sem a intenção deliberada, previamente planejada como tal. Para Bourdieu, não somos livres para agir nem dominados pelas estruturas, somos produto de estruturas profundas, mas também possuímos princípios geradores que nos permitem organizar e direcionar nossas práticas e representações. É de acordo com este raciocínio que Bourdieu defende a ideia de não utilizar o conceito de “sujeito” e sim de “agente”, preservando uma dimensão ativa nas práticas e representações.

Falo em agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas

---

<sup>25</sup> LÖWY, 1998, p. 95.

<sup>26</sup> BOURDIEU, 2004, p. 22.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 23.

que lhes escapam. Nos jogos mais complexos [...] eles investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador.<sup>28</sup>

Portanto, os indivíduos são agentes na medida em que atuam a partir de um senso prático, de um sistema adquirido de preferências e classificações. Pretendemos ver nas obras os dispositivos que compõem as representações construídas sobre o trabalhador escravizado e seus descendentes na formação da sociedade sul-rio-grandense. Para isso, tentamos valorizar o conjunto de disposições sociais que estão à mão dos agentes e são acessíveis através do seu *habitus*.

## 1.2 A política no trabalho intelectual

Além do âmbito ideológico, parte do discurso desses autores está permeado por uma clara dimensão política. Neste ponto, consideramos necessário atentar para o que Norberto Bobbio chamou de “política dos intelectuais ou intelectuais na política”.<sup>29</sup> Quando pensamos no aspecto político dessa historiografia, levamos em consideração tanto uma orientação político-ideológica, como é o caso do pensamento liberal de Assis Brasil, Alcides Lima e Jorge Salis Goulart; ou um projeto político-pragmático de proposição de uma identidade regional a partir de critérios racistas, também nesse último autor; ou, ainda, uma abordagem político-estratégica, de readequação temática para a historiografia sulina, como é o caso de Dante de Laytano.

Não vamos nos deter na definição do conceito de intelectual, o que achamos estéril para a proposta do presente trabalho, bastando dizer que tratamos esses autores como intelectuais na medida em que podem ser considerados homens de ideias, para utilizar uma expressão de Bobbio, e suas ideias incidem diretamente sobre suas ações. Sua produção não se caracteriza, apenas, por um trabalho intelectual, mas possui uma função política, ideológica. Envolve problemas éticos e cognoscitivos na medida em que interfere no poder constituído e no poder que se vai constituir.<sup>30</sup>

A relação entre a produção científica e seus desdobramentos políticos ou ideológicos é um tema fundamental das ciências humanas. Para Bobbio, ele envolve uma dimensão ampla que diz respeito à própria relação entre teoria e práxis, entre o mundo das ideias e o mundo

<sup>28</sup> BOURDIEU, 2004, p. 21.

<sup>29</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997. p. 70.

<sup>30</sup> *Id.*, 2004, p. 114 e 115.

das ações. Bobbio vê como um tema bastante difícil este problema de avaliar a função dos intelectuais na sociedade, para ele

Falam dele como se fosse pacífico que ideias, que são as “coisas” de que se ocupam os intelectuais, contam e interferem na realidade, independentemente de quem as produz, a favor de quem ou contra quem são dirigidas, em quais circunstâncias apareceram, sem portanto que se responda antes à questão de saber que influências as ideias exercem sobre as ações, se essa influência existe, e em que medida.<sup>31</sup>

A influência que ideias exercem sobre ações; parece-nos que esse ponto conecta-se com toda a reflexão teórica que fizemos até aqui. Esta noção é essencial para compreender o conceito de representações como percepções do real que redefinem a experiência histórica. Essas ideias, que possuem a mesma força de fatos e eventos, não são neutras, despidas de projetos políticos, de conteúdos ideológicos, são lutas pela imposição de classificações, pela organização da realidade, pela leitura *correta* do que existe e do que existiu.

Essa discussão sobre a política dos intelectuais ou os intelectuais na política leva à distinção elaborada por Bobbio entre tipos de intelectuais, os intelectuais ideólogos e os intelectuais expertos. Essa categoria conceitual é importante para avaliar os trabalhos desses autores e os desdobramentos que exerceram sobre a formação da identidade étnico-histórica do Rio Grande do Sul. Essa distinção weberiana que Bobbio faz entre tipos ideais de intelectuais é uma estratégia metodológica que procura organizar a forma de identificar a função política do intelectual, o que não quer dizer que só existam os tipos puros, ao contrário, a realidade do trabalho intelectual é mais complexa, porém “são os casos limites que nos permitem dar conta da utilidade da distinção”.<sup>32</sup> Para Bobbio,

Toda a ação política, enquanto é ou pretende ser uma ação racional, necessita de ideias gerais a respeito dos fins a perseguir, que chamo de “princípios”, mas poderia também chamar de “valores”, “idealidade”, “visões de mundo”, e de conhecimentos científicos e técnicos necessários para alcançar os fins estabelecidos. [...] Os ideólogos são aqueles que elaboram os princípios com base nos quais uma ação diz-se racional por estar conforme certos valores propostos como fins a perseguir; os expertos são aqueles que, sugerindo os conhecimentos mais adequados para o alcance de um determinado fim, fazem que a ação que a isso se conforma possa apresentar-se como uma ação racional segundo os fins.<sup>33</sup>

Se, conforme Bobbio, os intelectuais exercem um poder real na sociedade “ainda que mediante a persuasão e não a coação, nas formas extremas de manipulação ou de falsificação dos fatos por meio de uma violência psicológica, que é sempre diversa da violência física a

---

<sup>31</sup> BOBBIO, 2004, p. 70.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 75.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 118 e 119.

que o estado recorre”, eles não necessariamente “sujam as mãos” exercendo o poder de fato.<sup>34</sup> O exemplo dos intelectuais aqui analisados – e especificamente nesses textos que escolhemos para discutir a identidade étnico-histórica sul-rio-grandense – suas funções são eminentemente ideológicas. Eles não estão no poder, suas obras não são destinadas a influir diretamente no poder político, porém se prestam a legitimar o poder vigente, justificar as formas de relações de poder praticadas e, por meio dos seus escritos e discursos, contribuir para a fábrica do consenso a respeito de determinada visão de mundo.<sup>35</sup>

### 1.3 Descendentes de trabalhadores negros escravizados

Também queremos estabelecer a maneira como iremos tratar do termo *negro*, utilizado em itálico, confirmando nosso estranhamento ao conceito. É que a expressão *negro* não é uma categoria objetiva que corresponda necessariamente à parcela populacional que queremos tratar.

Há na expressão *negro* uma conotação fundada no social, que está sujeita às representações formadas nas condições sociais de sua produção. Temos, em primeiro lugar, que admitir que, no Brasil, sempre conviveram, de maneira mais ou menos tensa, a cultura negro-africana estigmatizada e um padrão cultural branco-europeu. Dessa relação compôs-se uma sociedade onde o imaginário étnico-racial dominante privilegiou o segmento branco-europeu e, por consequência, um ideal de branqueamento e de universalização da cultura e da estética branco-europeia em detrimento da identidade negro-africana.

Mesmo estranhando o termo, optamos por mantê-lo, mas não de uma forma ingênua que entenda por *brancos*, apenas pessoas com tom de pele claro e por *negros*, apenas pessoas com tom de pele escuro. É claro que a aparência fenotípica importa. É a partir dela que se criam estigmas, preconceitos, classificações, porém igualmente importante é o sentido ideológico, socialmente compartilhado, que o termo *negro* carrega e que está além da aparência física, mas na cultura, no consciente coletivo de uma sociedade e nas relações de poder concretas e cotidianas. Portanto, *negro* é todo aquele homem que carregue as marcas da distinção, os estigmas, que são as classificações sociais direcionadas, nesse caso, ao *negro*.<sup>36</sup> Não se trata de ver a produção historiográfica enquanto uma análise de *brancos* sobre *negros*, simplesmente, mas sim ver este quadro imbricado com uma perspectiva de classe e de

---

<sup>34</sup> BOBBIO, 2004, p. 112.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>36</sup> Cf. BOURDIEU, 2007, p. 15-95.

poder, portanto, de escravizadores sobre escravizados, violentadores sobre violentados, dominadores sobre dominados, daqueles que podem classificar e se auto-classificar sobre os que são classificados. Diríamos, inclusive, que houve muitos ditos *mulatos* e mesmo *negros* que, em posições sociais mais bem classificadas, sancionaram as representações feitas pelas ditas *elites* intelectuais brasileiras a respeito do *negro* e do trabalhador escravizado.

Também não é o caso de cair no velho equívoco simplista de afirmar que os *negros* discriminam a si mesmos. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira é necessário ver isso no quadro da ideologia do branqueamento e da interiorização da superioridade branco-europeia:

Cabe lembrar que no pós-abolição [e, certamente, antes da abolição] foram formuladas políticas que visavam ao branqueamento da população, pela eliminação simbólica e material da presença dos negros. Nesse sentido, é possível que pessoas negras sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas. O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam.<sup>37</sup>

Entendemos que o conceito de *negro* preserva a dimensão atual desse debate, pois, ao falarmos da identidade étnica do Rio Grande do Sul, interessa-nos saber, de forma mais ampla, como as representações feitas por essa historiografia contribuíram para as percepções que a sociedade sul-rio-grandense atual tem de sua essência genética e cultural. As representações feitas, a partir do trabalhador escravizado, muitas vezes, não podem ser imediatamente transpostas para a população *negra* sul-rio-grandense atual, sem uma enorme simplificação histórica. Porém, essas classificações pensadas em um período longínquo, para homens submetidos a uma forma de trabalho na qual não possuíam *status* político e social, como a escravidão, sobrevivem com uma força que às vezes subdimensionamos. Por isso, também iremos utilizar a seguinte expressão: “o trabalhador negro escravizado e seus descendentes”, em um sentido que designe, precisamente, os tipos sociais que tenham sua identidade associada à escravidão e à sua herança negativizada.

Ao mesmo tempo, utilizamos o conceito de trabalhador negro escravizado, esse sim, correspondendo especificamente à categoria racial objeto das representações que queremos analisar. Inclusive, a escravização funcionou como uma das marcas de distinção e de classificação dessa parcela populacional. O termo carrega a qualidade essencial do trabalhador escravizado que é, justamente, o trabalho compulsório. Como poderemos ver,

---

<sup>37</sup> BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006, p. 237.

muitas vezes, as representações negativas e as classificações excludentes feitas pela historiografia tradicional sobre o passado sulino pretenderam ocultar a dimensão da importância do trabalho na construção dessa sociedade ao ocultar o trabalhador escravizado.

Por fim, é importante ressaltar que as análises histórico-sociológicas feitas por Jorge Salis Goulart e Dante de Laytano já não se atém exclusivamente ao período de formação do Rio Grande do Sul, mas contemplam igualmente suas sociedades contemporâneas, onde veem, não raro, com preocupação a necessidade de enquadrar em suas classificações o *negro*, agora já não mais escravizado.

## **AUSENTES NA ORIGEM: A OMISSÃO DO TRABALHADOR ESCRAVIZADO DA FORMAÇÃO SULINA EM ASSIS BRASIL E ALCIDES LIMA**

Em 1882, foram publicados os dois primeiros livros que nos dispomos a analisar neste capítulo, *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, e *História Popular do Rio Grande do Sul*, de Alcides de Mendonça Lima.

A origem social e os itinerários biográficos desses autores são importantes para entender suas obras, que possuem muitos pontos de aproximação. Para o nosso propósito, queremos analisar de forma articulada os textos de Assis Brasil e de Alcides Lima, quanto ao silêncio, total ou parcial, sobre o trabalhador escravizado, já que suas trajetórias políticas, suas origens sociais, seu pertencimento de classe e o sentido de suas obras intelectuais são bastante próximos. Ambos vêm do mesmo universo pastoril e, guardando-se as proporções quanto às posses das famílias, eram descendentes de ramificações familiares *tradicionais* povoadoras das terras sul-rio-grandenses.

Assis Brasil e Alcides Lima têm uma origem muito próxima, ainda que o primeiro fosse de família abastada, de estancieiros, e o segundo, filho de um comerciante português de classe média. Mesmo que algumas diferenças marquem suas trajetórias pessoais, acadêmicas e políticas, eles pertencem à mesma classe social, compartilham as mesmas visões sociais de mundo, possuem os mesmos horizontes ideológicos de classe, estavam imersos no mesmo sistema de regras, valores, referências e classificações que compõe o *habitus* formador da sociedade sul-rio-grandense e, sobretudo, da sociedade pastoril.

Quando esses homens escreveram suas obras eram ainda bastante jovens, tinham 23 anos e estavam apenas iniciando carreira política. Mas, uma questão também importante, é o que representava a insígnia de intelectual para esta dita *elite* rural. Conforme observou Carmem Aita, a origem social destes intelectuais era de um universo provinciano, distante dos centros de debate político e acadêmico. Para Aita, esta origem interiorana, austera, privada de muitos luxos e de ilustração, e profundamente imersa naquele universo pastoril, onde, normalmente, um filho era escolhido para ser o representante da família no mundo das letras e ao resto caberia e lentidão do trabalho campeiro, influenciou as visões de mundo impregnadas nas obras que compuseram. Caberia a eles serem os porta-vozes de sua origem, das visões de mundo dos extratos sociais a que pertenciam, diante dos círculos ilustrados. Por conseguinte, um filho que retornasse da academia representava “o herdeiro preparado para enfrentar as

vicissitudes da política localista, conservando e perpetuando o controle das relações de mando e poder destas mesmas famílias tradicionais.”<sup>1</sup>

É importante esclarecer o leitor que esses intelectuais ocuparam posições de destaque em suas sociedades contemporâneas. Posteriormente, inclusive, embora isso não fosse determinante no momento de composição das obras, representaram influências importantes na cena política e intelectual local. Podemos dizer que já eram homens com capital intelectual e científico e, conforme Bourdieu, a autoridade científica é um dos elementos essenciais nas lutas de classificações.

Para Bourdieu, os interesses postos em jogo numa determinada configuração social podem assumir uma conotação de “capital”, no mesmo sentido do econômico, que, neste caso, pode constituir capital simbólico, cultural, científico. Assim como no âmbito do econômico, nas outras categorias, os agentes derivam sua autoridade da posse do capital. Para criar classificações que sejam aceitas, esses autores precisam ser reconhecidos como autoridades e, portanto, possuir capital científico. O autorizado,

ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”.<sup>2</sup>

As obras selecionadas aqui carregam uma importância simbólica muito grande, pois são consideradas fundantes da historiografia sul-rio-grandense.<sup>3</sup> Podemos dizer que são as primeiras análises sistemáticas da formação do Rio Grande do Sul, de caráter historiográfico, e produzidas por analistas autóctones. Inclusive, este foi um dos motivos de selecionarmos essas obras para esta pesquisa, conforme apontamos na introdução.

Apresentaremos, em seguida, alguns breves dados biográficos conforme, aliás, faremos com os demais autores. Na procedência desses intelectuais está um importante elemento para entender suas disposições, suas perspectivas de classe. Porém, no caso de Assis Brasil e Alcides Lima, os livros que iremos analisar foram os primeiros por eles produzidos, portanto, quando ainda não possuíam uma trajetória política extensa. É que, por coerência

<sup>1</sup> AITA, Carmen S. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos (1857-1938)/Joaquim Francisco de Assis Brasil; organização (pesquisa documental/iconográfica e texto) Carmen Aita. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006. p. 20-21.

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 114.

<sup>3</sup> MAESTRI, Mário. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**: herencia, presencia y visiones del otro. Centro de Estudios Avanzados, Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20100823031132/06mae.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

teórica, não queremos trazer para a análise informações biográficas posteriores à publicação das obras, entendendo que é na experiência social concreta que os agentes encontram as categorias com as quais lidam. As representações e as classificações com as quais trabalharam estão fundadas em suas condições sociais de existência. Por isso que trabalhamos com o conceito de *habitus*, pois que ele designa, ao mesmo tempo, a gama de categorias e de classificações que estão à disposição na sociedade – que são internalizadas e naturalizadas pelos homens – e, também, preserva a liberdade e a habilidade inventiva dos agentes que, em suas práticas, se utilizam de diversas formas dessas estruturas sociais.

Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu em 1858, em São Gabriel, na região da Campanha do Rio Grande do Sul, descendendo de uma família de açorianos. É importante destacar que sua família era proprietária de terras e de trabalhadores escravizados, mas desde criança foi direcionado para os estudos, para o curso de Direito, como era habitual nesse setor social. No ano de 1870, iniciou seus estudos em São Gabriel, transferindo-se para Pelotas, em 1872, quando também ficou órfão de pai, e para Porto Alegre, em 1874, onde se preparou para ingressar na Faculdade de Direito.<sup>4</sup>

Embora já simpatizasse com o republicanismo, foi durante o período de formação acadêmica universitária que se aproximou da propaganda republicana. Ingressando na Faculdade de Direito de São Paulo em 1878, já no ano seguinte, envolveu-se no *Clube Republicano Acadêmico*, formado por jovens rio-grandenses, ajudando a fundar o jornal *Evolução*, em parceria com alguns colegas da faculdade. É nesta agremiação que Assis Brasil contactou e estreitou laços com inúmeros conterrâneos republicanos: Alcides Lima, Arymirio Galvão, Antônio Augusto Borges de Medeiros, Antônio Gomes Pinheiro Machado, Barros Cassal, Júlio de Castilhos.

O período de estudante acadêmico de Assis Brasil foi bastante produtivo, escrevendo literatura e a obra de cunho histórico/sociológico que analisaremos aqui, *História da República Rio-Grandense*. Ainda em 1882, obteve o título de bacharel em Direito e retornou ao Rio Grande do Sul, junto com outros colegas de faculdade, entre eles Alcides Lima e Júlio de Castilhos, que também haviam concluído o curso. Igualmente naquele ano, juntamente com outros confrades políticos, fundaram o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e, no ano seguinte, fizeram o primeiro congresso do partido e criaram um jornal partidário, *A Federação*, que teve a primeira publicação em 1884. Essa era a breve trajetória de Assis

---

<sup>4</sup> PASSOS, Manuel Caetano de Araújo. **Entre os Direitos do Cidadão e o Interesse do Estado**: representação política no pensamento político de Joaquim Francisco de Assis Brasil. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Dissertação (Mestrado) – Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 16.

Brasil quando escreveu *História da República Rio-grandense* e, como podemos inferir, era um sujeito de formação liberal e, em algum grau, alinhado ao movimento em torno da propaganda republicana. É arriscado designá-lo como progressista, pois, como a maioria dos republicanos rio-grandenses, jamais se envolveu realmente no *abolicionismo intransigente*, o movimento mais radical e progressista da época.

Alcides de Mendonça Lima nasceu em Bagé, em 1859, e foi um dos colegas de Assis Brasil na Faculdade de Direito de São Paulo. Diferentemente de Assis Brasil, Alcides Lima não era procedente de família abastada, proprietária de estâncias, mesmo assim, sua origem estava associada a este universo, pois Bagé, como São Gabriel, localiza-se na região da Campanha do Rio Grande do Sul, caracterizada pela economia pastoril criacionista. Alcides Lima veio de uma família de classe média: seu pai era um descendente de portugueses, proprietário de um armazém de secos e molhados. Também foi direcionado desde muito cedo para os estudos, mais ou menos na perspectiva que apontamos anteriormente com Carmem Aita. Com oportunidade de estudar, priorizada por seu pai, Alcides Lima frequentou boas escolas, entre elas, o Colégio São Pedro, em Rio Grande, e o Colégio Gomes, em Porto Alegre, o mesmo frequentado por Assis Brasil.<sup>5</sup>

Alcides Lima também foi um estudante destacado, mas sua obra escrita foi sempre mais tímida do que a de Assis Brasil. Enquanto propagandista republicano, dentro do padrão de atuação da época, dedicou-se ao jornalismo, como redator do jornal *O Federalista*, na cidade de São Paulo, em 1880, e do jornal *A República*, também de São Paulo, em 1881, quando ainda estudante, e após retornar ao Sul, em *O Cidadão*, a partir de 1889, periódico de sua propriedade.<sup>6</sup> Analisando a trajetória de Alcides Lima – que, aliás, sofre de carência de estudos monográficos – é interessante perceber que como líder pastoril não abastado como, por exemplo, Assis Brasil, seu *status* político jamais pode ultrapassar seus *status* familiar e pessoal objetivo.

Também em 1882, Alcides Lima publicou *História Popular do Rio Grande do Sul*, obra de cunho histórico/sociológico, de caráter único em sua produção bibliográfica. A publicação de *História Popular* lhe proporcionou o título de sócio benemérito da entidade republicana de maior destaque no Rio Grande do Sul, o *Club Vinte de Setembro* – associação de jovens republicanos que estudavam Direito na Academia Paulista – a título de

---

<sup>5</sup> TORRES, Luiz Henrique e PEREIRA, Neide Jaqueline. **Fundamentos Político-Históricográficos em Alcides Lima**. BIBLOS, Rio Grande, 11: 51-62, 1999, p. 51.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 52.

comemoração ao 47º aniversário da Revolução Farroupilha.<sup>7</sup> De certa forma, essa vinculação institucional ajuda a entender o sentido do texto. Alcides Lima destacou-se no cenário político local ao obter este título, figurando ao lado de atores sociais de grande destaque na cena política da província e, a seguir, do estado, como o próprio Assis Brasil e Júlio de Castilhos. Além da publicação de *História Popular*, o ano de 1882, marcou a obtenção do título de bacharel em Direito por Alcides Lima.

Também no caso de Alcides Lima a publicação de *História Popular* foi muito precoce em relação às definições de sua carreira, que se direcionou mais para o exercício do Direito como profissão liberal – talvez pela necessidade objetiva de manter-se economicamente – do que para a militância política. Mas pensamos que tanto Alcides Lima quanto Assis Brasil já tinham suas referências básicas estabelecidas, principalmente suas visões ideológicas da instituição escravista, do papel do trabalhador escravizado na formação da sociedade sulina e do desafio que se apresentava com a abolição da escravatura. Mesmo jovens, já eram homens ilustrados, com formação acadêmica concluída e conhecedores de toda a doutrina liberal, que dominava os centros acadêmicos de formação em Direito.

## 2.1 A abolição da escravidão e o debate à disposição dos agentes

Importante também é o momento histórico em que os dois autores iniciaram suas carreiras políticas e acadêmicas – de maneira geral, período da propaganda republicana e, fundamental para nosso tema, de radicalização da campanha abolicionista. Podemos encontrar nesse conjunto de disposições as condições sociais em que essas obras foram produzidas.

De maneira geral, no Brasil, toda a segunda metade do século XIX foi palco para o desenrolar da luta, primeiro emancipacionista, a seguir, abolicionista. Mesmo findado o tráfico internacional de trabalhadores africanos escravizados, entre 1849 e 1852, a escravidão continuou enquanto categoria central na vida econômica e social do Império. Com o fim do tráfico transatlântico, seguiu o interprovincial, arrefecendo a voz contra a instituição escravista, pois “não houve qualquer organização antiescravista de qualquer porte ou

---

<sup>7</sup> SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. **Tradições republicanas e usos do passado**: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (1881-1889). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308190625\\_ARQUIVO\\_textoanpuh2.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308190625_ARQUIVO_textoanpuh2.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2013. p. 8.

popularidade no Brasil até a década de 1860 e não existiu, também, qualquer jornal brasileiro que defendesse a abolição da escravatura.”<sup>8</sup>

A partir da década de 1860, avolumou-se o debate em torno da insustentabilidade da escravidão no Brasil e da necessidade da sua abolição imediata, para alguns poucos; da emancipação controlada dos cativos, para um número maior de defensores; e a defesa de manter-se tudo como estava, para numerosos escravistas. Uma realidade que culminaria na Lei Rio Branco, em 1871, que libertava os filhos recém-nascidos das mulheres escravizadas, em geral após 21 anos de trabalho sem pagamento, esvaziando por alguns anos o movimento anti-escravista.<sup>9</sup>

Um dos centros de combate à escravidão surgiu justamente na Faculdade de Direito de São Paulo, berço acadêmico de grande parte da jovem intelectualidade brasileira, onde Assis Brasil e Alcides Lima se formaram. Na academia paulista, os nordestinos Rui Barbosa (1849-1923), Antônio de Castro Alves (1847-1871) e Joaquim Nabuco (1849-1910) foram vozes influentes contra a escravidão. Juntos, os ainda jovens intelectuais criaram o *Clube Radical* e o jornal *O Radical Paulistano* onde defenderam ideias já mais radicais, que superavam o reformismo emancipacionista e formavam o *germen* do movimento radical abolicionista da década de 1880. Entretanto, os republicanos rio-grandenses não participariam, ou participariam muito marginalmente dessas jornadas abolicionistas.<sup>10</sup>

Apesar de o debate abolicionista ferver no Brasil no final da década de 1870 e no decorrer da década de 1880, o engajamento antiescravagista estava longe de ser consenso. A sociedade manifestava os compromissos mais variados com o abolicionismo. O longo processo de definhamento, de quase quarenta anos, desde a extinção do tráfico até a abolição completa da escravidão, era significativo deste compromisso.

Ainda no início da década de 1880 havia muita relutância, por setores que dependiam ou lucravam ainda substancialmente com o trabalho escravizado. Gradualmente, clubes e sociedades emancipacionistas e abolicionistas surgiram, mas ainda neste momento, o fazendeiro e o estancieiro escravistas, com destaque para a produção cafeeicultora hegemônica, eram uma força social dominante. Dependentes destes mandatários locais, “para cada

---

<sup>8</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 39.

<sup>9</sup> MAESTRI, Mário. **A segunda morte de Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo**. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011. p. 87-93.

<sup>10</sup> CONRAD, *op. cit.*, p. 104-106.

comerciante, médico, burocrata ou advogado que participaram [do movimento abolicionista] nos primeiros anos, havia muitos que não o fizeram.”<sup>11</sup>

No Rio Grande do Sul, de acordo com Robert Conrad, em *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, a escravidão possuía uma importância central. Em 1874, a população escravizada na província sulina era de 21,3 % – percentualmente a terceira maior região escravista do país e, em números absolutos, a sexta, contando com 98.450 cativos. Já no início da década de 1880, a população escravizada do Rio Grande do Sul havia diminuído significativamente, de 98.450, em 1874, para 60.136, em 1884, chegando a 8.442, em 1887.<sup>12</sup>

Essa diminuição significativa do número de cativos era fruto da conjuntura abolicionista-emancipacionista, mas, também, de fatores sociais e econômicos: a imigração europeia; o cercamento dos campos com aramados que diminuiu a necessidade do emprego do cativo campeiro; o aumento do preço do cativo, produto escasso desde o fim do tráfico internacional, comprado do sul pelas fazendas cafeicultoras do sudeste; e, sobretudo, o processo de libertação sob cláusula de prestação de serviços gratuitos de 1884-85, impulsionado pelo próprio Partido Liberal rio-grandense. Esta última garantia em geral por sete anos o trabalho do *ex-cativo*, sem qualquer remuneração. Libertado o trabalhador, seu ex-proprietário, que usufruía de seu trabalho forçado, não pagava mais taxas sobre ele.<sup>13</sup>

Como veremos, estes elementos foram usados pela historiografia de Assis Brasil e Alcides Lima de forma ideologicamente comprometida com a justificação da ordem social escravista, pois criaram duas formas de representações a respeito da presença do trabalhador escravizado: a primeira afirmava que a diminuição no número de cativos deveu-se ao espírito benevolente dos escravizadores e não a motivações econômicas e, a outra, utilizou esses dados demográficos para ignorar a condição de região profundamente escravista que era o Rio Grande do Sul durante seu período de formação, representando este espaço como fruto da construção de homens livres e de descendência europeia.

Os autores aqui analisados eram contemporâneos de todos estes debates. A publicação de *História Popular e História da República Rio-Grandense* datam de 1882, ou seja, no “olho do furacão”. O problema proposto por nós neste trabalho – pelo menos com estes dois primeiros autores – é menos simples do que possa parecer. Como tentaremos mostrar adiante, nossa empreitada é falar do que não há, ou seja, do silêncio. O problema da escravidão é

---

<sup>11</sup> CONRAD, 1978, p. 177.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 345-362.

<sup>13</sup> Cf. MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

olimpicamente ignorado pelos autores ou, no máximo, tratado como algo excepcional, jamais categoria central para entender aquela sociedade.

O silêncio neste caso é também uma forma de classificação. Na taxonomia elaborada pelos autores, há a presença garantida de outras etnias, menos a que representa o trabalhador escravizado. Criou-se uma representação da composição étnico-racial sulina onde o *negro* não aparece e, portanto, não existe, pois “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido [...]”<sup>14</sup>

Para nós, os textos produzidos a respeito da formação social sulina compuseram representações a respeito da identidade étnico-histórica do Rio Grande do Sul, representações, portanto, do trabalhador escravizado e seus descendentes. É importante destacar – e isso é central para entender esse primeiro capítulo e o porquê de escolhermos esses autores e livros – que essas representações sobre o *negro* escravizado ou livre não foram feitas, apenas, através dele, ou seja, abordando-se ativamente esta parcela *racial*. Queremos mostrar que as representações sobre o *negro* foram feitas de diferentes formas, com ou sem ele, e que a força representativa de sua exclusão, de sua ausência na identidade sulina tem a mesma capacidade elucidativa que a sua presença. Uma construção que diante da realidade objetiva contrastante, ignore a instituição escravista, invisibilize o *negro* como etnia, negue seu direito de estar representado na identidade e na genética dessa sociedade, produz uma violência simbólica tão grande como uma construção que aborde ativamente o tema, de forma condenatória e pejorativa.

## 2.2 “Insignificância do elemento africano”

Insignificância: no índice analítico de *História da República Rio-Grandense* é com este designativo que Assis Brasil se refere à análise que dispensou à população africana e afrodescendente escravizada na formação do Rio Grande do Sul. Neste caso, o discurso dos autores assume um sentido performativo que pretende enunciar e, ao mesmo tempo, legitimar uma classificação criada arbitrariamente. A carga performativa de uma representação não se restringe a explicitar o que existe, ela cria uma categoria e pretende fazer sobreviver o que enuncia no próprio ato de enunciar.<sup>15</sup>

Quando Assis Brasil e Alcides Lima escreveram *História da República Rio-Grandense* e *História Popular*, eram estudantes de direito em São Paulo e estavam no início

---

<sup>14</sup> BOURDIEU, 1998, p. 118.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 116.

de suas carreiras políticas e acadêmicas. Os dois jovens intelectuais eram confrades acadêmicos e de ideias políticas, suas obras dialogam profundamente, ambas foram encomendadas para o mesmo fim, laurear a República Rio-Grandense com objetivos propagandísticos e foram desenvolvidas pelos mesmos caminhos teóricos e políticos. O próprio Alcides Lima afirmou no início de seu livro que “a *História Popular* não é mais do que uma introdução à *História da República Rio-Grandense*. Ambos os trabalhos são frutos de uma mesma aspiração: *comemorar a imortal Revolução de 35.*”<sup>16</sup> (Grifos do autor).

Para Ieda Gutfreind, ao reconhecer em forma laudatória a influência espanhola no Rio Grande do Sul, apesar de não descuidarem do destaque à colonização lusitana, os trabalhos de Assis Brasil e Alcides Lima enfatizam as singularidades da região e sugerem sua autonomia em relação ao *resto* do Império. O Rio Grande do Sul seria *brasileiro* por opção e não por necessidade.<sup>17</sup> Esses autores procurariam construir um discurso historiográfico que singularizava o Rio Grande do Sul em relação ao Brasil. Os interesses econômico-financeiros eram diferenciados, sua geografia também era diversa e definidora de boa parte da identidade do homem rio-grandense, a colonização seguiu outro ritmo e a população era diferente em sua essência genética e psicológica.

Destacamos tal visão como paradigma da negação da presença do trabalhador escravizado no Rio Grande do Sul praticada pelos autores. Se este espaço era singular, era mais alinhado às repúblicas platinas do que ao império escravocrata brasileiro, era também conveniente promover uma limpeza racial e do caráter escravista de sua economia, sociedade e instituições, em nome de uma pretensa *natureza* democrática do homem sul-rio-grandense e da civilização pastoril. Conforme Gutfreind,

Alcides Lima enfatizava os valores, as qualidades físicas e morais da população sul-rio-grandense, insistindo em sua origem lusa e insular: originários dos Açores e da Madeira, teriam resguardado maiores virtudes que os portugueses do Continente. [reconhecia] a proximidade dos vizinhos e a presença de nacionalidades em todas as atividades. [...] A estância era vista na obra de Alcides Lima como o primeiro passo para a democracia, versão, aliás, que foi mantida na historiografia sulina, genericamente falando. [...] Assis Brasil seguia colocações gerais que vinham acompanhando a historiografia sulina desde seu início, tais como a colonização tardia por contingentes lusos que pouco se miscigenam com o negro e com o índio. Porém, distintamente, também destacava o concurso de contingentes espanhóis na formação da população.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> LIMA, Alcides de Mendonça. **História Popular do Rio Grande do Sul**. Edição da Livraria do Globo. Barcellos, Bertaso & Cia. – Porto Alegre, 1935 [1882]. p. 7.

<sup>17</sup> GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS 1998, p. 19.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 19-20.

Quanto à metodologia de organização da análise, os textos de Assis Brasil e Alcides Lima são bastante parecidos, o que Alcides Lima referiu como um esforço para a apresentação do “conjunto da elaboração social dos elementos que predispueram o Rio Grande do Sul a desligar-se do Império brasileiro”. Inclusive atribuiu esta mesma lógica ao trabalho do colega Assis Brasil, quando afirmou que seu livro é uma “introdução necessária” ao trabalho daquele. Um desses “elementos da elaboração social” é a população que compôs o caldo racial sulino.

### 2.3 Formação do território e a composição da identidade étnico-histórica sulina

Em a *História da República Rio-Grandense*, a segunda parte do primeiro capítulo é dedicada à análise da população que formou o Rio Grande do Sul, que “diferem em muito das que originaram a dos outros territórios do país”.<sup>19</sup> Em *História Popular*, Alcides Lima distribui a análise da povoação por três capítulos: “A ocupação do Rio Grande”, “Os selvagens” e “Colonização”.

Para Assis Brasil, os portugueses foram os primeiros povoadores, mas já não eram os mesmos que colonizaram o Brasil — eram portugueses dos Açores, os quais já “se haviam modificado sob influência do meio” formando biotipos que compunham uma “raça forte”, de estirpe superior e que formaram o “tronco original” do território sulino. No trabalho de Alcides Lima, os colonos açorianos formaram a massa primitiva da colonização que imprimiu suas qualidades e seus costumes à população: “[...] uma confederação de famílias que vinham lançar no solo rio-grandense a semente que mais tarde desabrocharia num povo laborioso e industrial”, a mulher açoriana é elogiada em seus atributos físicos, “alta, desenvolvida”, de “musculatura bem torneada”.<sup>20</sup>

Neste ponto podemos ver uma representação interessante que ignora a importância e a extensão da exploração do trabalhador escravizado, para eles, no Rio Grande do Sul, longe de ser o cativo negro o veículo estrutural de exploração econômica daquela sociedade, foi o *laborioso* açoriano quem desempenhou os mais essenciais e duros trabalhos; seria essa a “classe que sofre as mais rudes privações e entrega-se aos trabalhos mais penosos”.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: ERUS, 1981. [1882], p. 13.

<sup>20</sup> LIMA, 1935 [1882], p. 53.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 55.

Portanto, os autores constroem um discurso que faz desconhecer que a produção açoriana tríticola, pastoril, mercantil, etc. apoiou-se fortemente na produção escravizada.<sup>22</sup>

Para esses autores, outro contingente que contribuiu para a colonização foi composto por paulistas e mineiros, também já diferenciados em virtude do meio e da atividade arriscada e aventureira que exerciam. Em *História Popular*, esses exploradores assumem papéis de verdadeiros heróis. “Foram eles os primeiros que reconheceram e utilizaram-se desses mananciais inesgotáveis”.<sup>23</sup> Para o autor, o Rio Grande do Sul deve sua preservação aos espanhóis e ao paulista e não à metrópole portuguesa.

Montados a cavalo, cobertos pelo ponche largo e abrigador, de espada ao lado e carabina à frente, animados pela sede insaciável das minas auríferas ou pela necessidade da aquisição de braços para suas lavouras, eles penetravam os desertos, rasgavam estradas pelas florestas, traçavam o curso e a navegação aos rios, afugentavam do solo brasílico os intrusos castelhanos e não raro destruíam aldeamentos inteiros no intuito de conservar o território pátrio completamente livre da ocupação estrangeira.<sup>24</sup>

O elemento espanhol também tem sua parcela da contribuição reconhecida. Para Assis Brasil, a influência dos vizinhos hispano-americanos se exerceu de duas maneiras: “pela infusão de sangue” e pela “imitação de costumes”. Argumenta que, apesar da rivalidade entre os povos contíguos, “jamais antagonismos políticos perturbaram assuntos de procriação”.<sup>25</sup>

É neste ponto que surge outro elemento importante para compreender a representação feita sobre a participação do trabalhador escravizado na composição da sociedade sulina. Aliás, é a única referência direta que o autor faz ao africano em todo o livro.

Após entender que não houve qualquer barreira para a mistura sanguínea entre portugueses e espanhóis, conjectura que o contrário teria acontecido para com o negro africano e o indígena.

O que oferece um sério embaraço ao contato de duas raças, pelo menos nos primeiros tempos, é a repugnância material ou moral que uma experimenta a respeito da outra; este fato, que não se poderia dar entre portugueses e espanhóis, raças [sic] que se aproximam por muitos pontos de afinidade, julgo ter influenciado em parte no Rio Grande relativamente ao cruzamento de brancos com africanos e indígenas.<sup>26</sup>

Podemos perceber claramente uma avaliação negativa, ideia introduzida pelo autor, da negação da mistura racial, através da dedução que houve repugnância entre as raças, por ele

<sup>22</sup> Cf. OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.) **Colônia**. v. 1 – (Coleção História Geral do Rio grande do Sul). Passo fundo: Méritos, 2006. p. 153-170.

<sup>23</sup> LIMA, 1935 [1882], p. 24.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 26.

<sup>25</sup> ASSIS BRASIL, 1981 [1882], p. 14.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 14-15.

consideradas antagônicas. O autor não pode negar a completa inexistência do cativo nessas paragens. Depois dessa referência, admite que, após assentarem os primeiros núcleos coloniais, introduziu-se “em escala apreciável” o tráfico de africanos para o Rio Grande. A correspondência histórica de tal afirmação pode ser encontrada na realidade objetiva do Rio Grande do Sul. Além disso, Assis Brasil conhecia o censo demográfico de 1814 que mostrava o alto contingente de cativos no Rio Grande do Sul.

No censo de 1814, segundo João Cezimbra Jacques, podemos ver, por exemplo, que, em “Porto Alegre havia entre brancos, índios, mestiços, recém-nascidos, 2.212 escravos, uma população de 6.111 habitantes”, ou seja, a proporção de escravos era de 36%, isso se não acrescentarmos na conta, como *peessoas de cor*, aqueles que o autor identifica como “mestiços”. Em Pelotas, o número de habitantes era de “2.419 brancos índios, recém-nascidos e 1.226 escravos”, um índice que chegava a incríveis 46% de trabalhadores escravizados, praticamente a metade da população. Em Rio Grande, não era diferente, “3.590, entre brancos, índios, mestiços, recém-nascidos e 1.119 escravos”, uma proporção de 31%. Para algumas cidades, não apresentam dados demográficos como, por exemplo, Santa Maria, São Gabriel, Alegrete. Outras são citadas sem distinção entre livres e escravos, como Cachoeira e Rio Pardo, aliás, nesta última, o autor faz questão de enfatizar que possuía uma população de “[...] 10.445 habitantes pela maior parte brancos e índios [...]”.<sup>27</sup>

Helen Osório, em um artigo sucinto, mas preciso, mostrou a importância do trabalho escravizado na unidade produtiva tradicionalmente considerada pouco adequada ao trabalho escravizado, onde os historiadores que negam a escravidão no Sul centram a análise, a estância. Por exemplo, no período entre o último quartel do século XVIII e as duas primeiras décadas do século XIX, as estâncias consideradas pequenas tinham no trabalhador escravizado 30% de seu patrimônio, em média, com sete escravos. Já nas estâncias médias a grandes, o cativo representava 17% do patrimônio e chegava, em média, a 22 escravos por fazenda.<sup>28</sup>

Outrossim, Helen Osório é categórica ao afirmar que pesquisas atuais, como a dela própria, a partir de inventários *post mortem*, mostram o considerável número de cativos nas estâncias e revelam que, na verdade, elas representavam unidades de produção mista, em que 60 a 70% desenvolviam atividades agrícolas.<sup>29</sup>

<sup>27</sup> CEZIMBRA JACQUES. *Costumes do Rio Grande Sul*. Precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Porto Alegre: Estante Rio-Grandense União de Seguros. 1979 [1883], p. 36-45 passim.

<sup>28</sup> OSÓRIO, 2006, p. 165.

<sup>29</sup> OSÓRIO, *loc. cit.*

Por mais que esses autores, a exemplo de Assis Brasil, no conjunto de seus textos, construíram leituras que ignoraram a importância do trabalhador escravizado, essa última citação, afirmativa da escala apreciável da introdução de escravos no Sul, mostra que eles não desconheciam a realidade objetiva da composição étnica da sociedade sul-rio-grandense.

Mas, imediatamente após admitir a quantidade apreciável de cativos que ingressaram no Rio Grande do Sul, Assis Brasil se põe a minimizar esta importância, justificada pelas dificuldades e desvantagens da introdução de escravos no território sulino.

O infame comércio não poderia ser ali exercido com grandes vantagens: antes de tudo, a difícil entrada da barra, onde não havia ainda um serviço regular de praticagem, e depois a pobreza dos habitantes, que não permitia larga saída à negra 'mercadoria', deviam ser obstáculos de considerável monta. Assim é que, pela época da revolução da província [1835-45], bem que já o sangue etiópico houvesse penetrado na massa da população, não era, contudo, em quantidade eficiente que acentuasse nela uma influência decisiva.<sup>30</sup>[Grifos do autor]

Dois estudos sobre o Rio Grande do Sul serviram de referência para Assis Brasil: os *Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, publicada em (1819) e *Memórias econômico-políticas sobre a administração do Brasil*, de Antônio Gonçalves Chaves de (1922). Segundo Mário Maestri, que analisou essas obras, os *Anais* não apresentam qualquer referência ao negro escravizado. Constituem obra histórica dedicada aos grandes feitos e processos políticos que desdenha o fato econômico e social e compreendia a escravidão como realidade semi-natural.<sup>31</sup>

Por outro lado, de forma única no pensamento dominante do século XIX sobre a instituição escravista, as *Memórias* de Antônio Gonçalves Chaves apresentam referências substanciais à escravidão, dedicando título específico para análise, "Sobre a escravatura", onde apresenta uma crítica geral à ordem escravista, com ideias abolicionistas e emancipacionistas e atentas ao problema social que a escravidão condicionava ao *negro*. Caso singular, em sua crítica, Gonçalves Chaves não via diferença *essencial* entre o *negro* e o *branco*, propondo que as *aparentes* deviam-se à escravidão.<sup>32</sup>

Sintomaticamente representativo do esforço para silenciar a presença do trabalhador escravizado na formação da população sulina, Alcides Lima admite ter sido fortemente influenciado pelo estudo de Fernandes Pinheiro, mas ignora completamente o estudo de Gonçalves Chaves, que não cita sequer na bibliografia apresentada no final do livro. Conhecedor da realidade da escravidão nas fazendas, já que era *filho* de estâncias escravistas,

<sup>30</sup> ASSIS BRASIL, 1981 [1882], p. 15.

<sup>31</sup> MAESTRI, 2008, p. 58.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 59.

e, devido a sua vasta ilustração, do trabalho de Gonçalves Chaves, Assis Brasil não ousou silenciar sobre o negro escravizado, servindo-se, porém, de manipulação textual para anular a contradição entre a realidade histórica e sua visão ideológica.

Em nosso entendimento, uma premissa de Assis Brasil, que não está dita no texto, mas parece permear sua construção, é o fato de, segundo a concepção da época escravista, não considerar o trabalhador escravizado como parte do que designa por “*povo*” (portanto, enquanto uma etnia com manancial cultural próprio).

Em meio às *causas* que procura para a “Revolução”, Assis Brasil tenta explicitar as peculiaridades da população sul-rio-grandense, para a qual cada *povo* contribuiu. Tem lugar o português, o espanhol e o indígena (este que teria contribuído minimamente e o autor fez um esforço de exaltar suas qualidades físicas e morais), mas o trabalhador escravizado não é considerado nesta conta.

A justificativa para este seu entendimento está na seguinte fórmula: a influência se dá de duas maneiras: *raça/sangue* e *costumes/cultura*. O problema da raça ele resolveu negando a miscigenação; o problema dos costumes, negando a condição de *povo* capaz de imprimir sua cultura neste novo ambiente no qual o africano escravizado e, na condição de homem não livre, não agiu.

Quanto a Alcides Lima, é clara sua leitura ideológica da realidade social, pois a construção representativa que faz ignora, de forma absoluta, a existência da instituição escravista e a presença de trabalhadores escravos no Rio Grande do Sul. Mais do que isso, é nítida sua postura como intelectual ideólogo, pois sua construção textual é mais panfletária, laudatória de um suposto caráter superior e libertário do homem sul-rio-grandense – sinônimo de branco da classe dominante – do que coerente com a natureza objetiva das relações de poder praticadas naquela sociedade.

A forma como apresenta o caráter do estancieiro o coloca em um polo completamente avesso à instituição escravocrata. O sul-rio-grandense é apresentado como baluarte da liberdade contra a tirania, homem que possui uma inclinação natural a lutar contra todo tipo de opressão e negação da liberdade. Sempre articulado com uma linguagem determinista, seu livro estabelece as bases para o discurso que posteriormente irá sistematizar a proposta da “democracia pastoril” para o Rio Grande do Sul.

A vida fácil e folgazã dos campos, os hábitos aguerridos e livres que o povo tinha contraído, os exercícios constantes da destreza física e de independência moral a que estavam sujeitos pelo gênero de vida que adotaram, haviam colocado a população em antagonismo completo com as leis semi-bárbaras da metrópole portuguesa [...] O aparecimento das estâncias foi o primeiro passo da democracia rio-grandense [...] em

meio a campanhas dilatadas, [...] rodeados de companheiros de todas as nacionalidades [...] os estancieiros foram os primeiros a sentirem a necessidade de instituições livres [...].<sup>33</sup>

Em *História Popular* existem apenas duas referências diretas à escravidão, mas não para abordá-la e problematizá-la, e sim para refutá-la ou justificá-la. Uma delas é quando comenta sobre o contrabando que prejudicava a economia sul-rio-grandense e não era objeto de qualquer controle pelo governo do Brasil. O autor fala sobre o tráfico negreiro, mas, sintomaticamente, faz questão de afastá-lo do Rio Grande do Sul como se fosse algo indiferente ou mesmo estranho a ele, realidade que contradita com a objetividade histórica.<sup>34</sup>

Os negreiros embarcavam negros em qualquer porto das colônias portuguesas da África ou mesmo do Brasil, tiravam guias para as capitânicas do sul e *sem tocar nelas* seguiam viagem para Montevidéu e Buenos-Aires, onde desembarcavam a carga humana [...] era trocada por charque, trigo, sebo, etc., que os negreiros traziam para vender no Brasil como se fossem embarcados no Rio Grande.<sup>35</sup>[Grifos nossos]

Outra referência ao trabalhador escravizado é quando fala sobre a inclinação escravista que seduzia os imigrantes ao chegarem ao Brasil. Nessa parte do livro, aponta os imigrantes alemães como grandes protagonistas da colonização do território sulino. Deles exalta qualidades civilizadoras e capacidade laborativa. Neste território foram ainda beneficiados pelo clima, muito “próximo da Europa”. Diante do grande debate trabalho livre *versus* trabalho escravizado, assume posição ambígua:

[com a vinda dos imigrantes alemães] realizava-se [...] completa e exatamente, nas margens do Rio dos Sinos a aspiração nacional tantas vezes expressa por esta frase ilusória: substituição do braço escravo pelo livre. Todavia, não queremos dizer com isso que o braço escravo fora irrevogavelmente banido das colônias. Ele voltou mais tarde sob a forma de patrimônio, não do estado, mas dos próprios colonos, esse fato vem, mais uma vez, pôr em evidência que os estrangeiros, longe do Brasil, são muito bons abolicionistas e enérgicos defensores dos direitos do homem, mas que, chegados aqui, esquecem-se dos seus entusiasmos humanitários e tornam-se possuidores de escravos tão facilmente como qualquer outro filho do país.<sup>36</sup>

Nessa referência contingencial à escravidão podemos perceber uma quase justificação moral para o escravizador, vendo a escravidão como instituição orgânica daquela sociedade. Ao mesmo tempo, apesar de Alcides Lima, bem como Assis Brasil e outros republicanos contemporâneos, serem considerados abolicionistas, essa proposta registra a presença do

<sup>33</sup> LIMA, 1935 [1882], p. 103.

<sup>34</sup> Cf., por exemplo, os seguintes trabalhos: BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790– c. 1825. Mestrado em História– PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2006; MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul**: trabalho, resistência e sociedade. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 52-61; MONTI, 1985, p. 31-41.

<sup>35</sup> LIMA, 1935 [1882],p. 133.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 176.

cativo nas colônias e a crítica do autor aos abolicionistas. Ironicamente, é a referência mais valiosa que o autor poderia dispensar a tal instituição, pois, no intuito de justificá-la, a mostrou como elemento tão arraigado que se impunha a todas as esferas da vida social e econômica. A propriedade escrava dominava, portanto, mesmo as inclinações libertárias de quem chegava de uma experiência cultural e civilizatória alienígena que, imersa neste ambiente, não vingava incólume sem ser seduzida pela prática escravizadora.

Cabe valorizar também a forma como Assis Brasil e Alcides Lima se referem ao indígena, como parâmetro para entender as representações que compõem seu manancial de valores, referências e classificações sobre o trabalhador escravizado, já que as alusões a este praticamente não existem e porque colocam ambos, africanos e indígenas, no mesmo lugar: “contribuições insignificantes”.

Embora sugira um valor diferenciado ao indígena – visto que também compartilhava desse meio físico privilegiado – Assis Brasil argumenta no seu livro que o indígena encontrou extrema dificuldade de se misturar com o branco. Também afirma que o indígena, não devido à sua coragem, mas ao “valor selvagem de fanatismo e ignorância” se “atiravam à morte” contra os portugueses e espanhóis. Não por ação deliberada dos europeus e seus descendentes, mas por ação ignorante dos índios, “dizimaram-se extraordinariamente” e, por todas essas razões, “o cruzamento de índios com brancos seria difícilimo”.<sup>37</sup>

Outra análise pejorativa e determinista do meio sobre o homem é quando Assis Brasil analisa a paisagem sulina e contrasta a influência da pampa e do mato, aliás, pressuposto do determinismo geográfico; o homem da planície, o homem da montanha, o homem do mato, cada um com seus atributos singulares.<sup>38</sup> Para ele, o gaúcho que vive na campina, em meio ao horizonte livre, está propenso ao bom caráter, à justiça, à civilização, ao contrário do indígena, que vive no mato, lugar propício ao vício, ao crime, às intenções perversas do caráter. Giuseppe Garibaldi, o mercenário italiano que lutou pela causa farroupilha, teria percebido estas características. “Garibaldi teve a ocasião de notar [...] que os moradores daquelas florestas eram quase todos antipáticos à causa republicana e principalmente traiçoeiros e covardes, agredindo das emboscadas e fugindo após o golpe insidioso.”<sup>39</sup>

Assis Brasil considera estas percepções do “grande general” “muito exatas”, e complementa: “Na campina, ainda aqueles que têm tendência inata para a traição não o

<sup>37</sup> ASSIS BRASIL, 1981 [1882], p. 17.

<sup>38</sup> CANTO, Otávio do e ALMEIDA, Jalcione. **Meio ambiente:** determinismos, metamorfoses e relação sociedade-natureza. s/d Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/746.pdf>> Acesso em: 17 jul. 2013.

<sup>39</sup> ASSIS BRASIL, *op. cit.*, p. 24.

podem exercer facilmente. Nas brenhas escuras, pelo contrário, o próprio aspecto da natureza acorda no homem o gérmen, o prurido das inclinações perversas.”<sup>40</sup>

Mesmo quando quer admitir que o indígena [e o africano] poderiam, de alguma forma, ter contribuído para a formação da população sul-rio-grandense, imediatamente se põe a desqualificar tal possibilidade.

[...] se mais tarde o elemento aborígine cooperou na formação da população rio-grandense, pelo menos em 1835, época do pronunciamento revolucionário, a mescla desse fator era ainda inapreciável. E, de fato, poucos mestiços havia por esse tempo.<sup>41</sup>

Em seguida, vem a contraposição ou, pelo menos, a amenização dessa ideia, de que possa ter ocorrido alguma margem de cooperação étnica e cultural:

Quando a revolução de 1835 se foi preparando no ânimo da província, já esta possuía um caráter propriamente seu, usos, costumes e tendências característicos. Era mesmo esse o tempo da maior originalidade: as forças naturais haviam realizado a sua evolução completa e a civilização não lhes tinha ainda modificado os efeitos.<sup>42</sup>

Ou seja, mesmo que, “mais tarde”, essas raças inconvenientes possam ter influenciado em alguma medida a composição do homem sul-rio-grandense, isso não teve importância, pois, já em 1835, este tinha alcançado “sua evolução completa”, definida em sua essência moral e biológica. Na balança das contribuições étnicas que concorreram para a formação deste novo homem, cada *povo* teve sua contribuição, que Assis Brasil sintetiza da seguinte forma:

Em resumo, a população rio-grandense – e cumpre notar que *me refiro à quem influi* para o movimento de 1835 – é produto imediato destes fatores principais: açoriano e português, paulista e mineiro, espanhol; o elemento africano e o autóctone exercerão ação quase nula (...).<sup>43</sup>[Grifos nossos]

Esta passagem é muito rica, pois explicita quem Assis Brasil considera como população rio-grandense: o homem que integrou a Revolução como classe dirigente. Neste sentido, ilustra sinteticamente a concepção presente em toda obra, em que o trabalhador escravizado não influenciou na formação deste espaço social. Só podemos compreender as concepções desses autores se os avaliarmos integrados ao seu momento histórico e a sua perspectiva de classe.

<sup>40</sup> ASSIS BRASIL, 1981 [1882], p. 24.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 21 e 22.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 20 e 21.

Conforme apontamos no primeiro capítulo, as visões de mundo estão intimamente associadas aos valores de classe. Tanto que o próprio intelectual age em acordo com a classe a que pertence. Não é ainda o caso do intelectual orgânico, mas algo mais sutil, mais furtivo, são “maneiras de pensar” – de acordo com Löwy, uma expressão utilizada por Marx – conforme os valores e a cultura de classe. Essas maneiras de pensar acabam definindo a própria forma de abordagem que o intelectual, representante da classe, faz do tema.

Há uma certa problemática e “certos limites no cérebro” (uma expressão usada por Marx, que se poderia traduzir por *horizonte intelectual*) da pequena burguesia, que os seus representantes políticos e literários não conseguem superar.<sup>44</sup> [Grifos do autor]

Apesar de toda a boa fé, da aplicação do método, da seriedade científica, nenhum intelectual escapa à sua perspectiva de classe, às maneiras de pensar, às visões de mundo, à superestrutura ideológica, à dimensão estruturada do *habitus*. Então, o ponto de vista conservador e legitimador de uma determinada ordem social, as representações arbitrariamente defendidas como verdadeiras e necessárias, não são, simplesmente, uma apologia servil aos interesses das classes dominantes, mas resultado de uma visão social burguesa, ou aristocrática ou, enfim, de alguma forma, alinhada às classes dominantes.

Também, quanto ao papel do indígena, vemos correspondência analítica entre Assis Brasil e Alcides Lima. Os “selvagens” também têm sua importância parcialmente reconhecida por Alcides Lima, valores que o meio lhes conferiu. O autor exalta suas qualidades físicas, fruto da alimentação e da influência da “natureza que formara nesses índios um tipo de força e valentia.” Apesar de em uma passagem atribuir aos “selvagens” “faculdades inferiores”, em outras exalta suas qualidades físicas de “musculatura abundante, rija”, de personalidade “sério, duro, feroz” e que “a esses caracteres correspondiam qualidades morais de idêntico valor.”<sup>45</sup>

Todas as características positivas do indígena teriam contribuído de alguma forma para a composição do homem sulino moderno, contudo, o autor utiliza de uma manobra para relativizar tal influência, pois o “cruzamento” com a “raça colonizadora” foi mínima: “não nos parece que essa mestiçagem tenha se desenvolvida largamente. O elemento índio, o sangue indígena entra no organismo da sociedade rio-grandense em doses mínimas, quase imperceptíveis.”<sup>46</sup> Ainda assim, essa mistura insignificante teria sido preponderantemente com Charruas e Minuanos, índios de estirpe “superior”, mas que “os portugueses encontraram

<sup>44</sup> LÖWY, Michel. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 1998. p. 96.

<sup>45</sup> LIMA, 1935 [1882], p. 46 e 47.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 49-50.

já dizimados”<sup>47</sup>, já estavam extintos, cessando qualquer possibilidade de transmissão cultural para além do que o gaúcho teria herdado de tempos imemoriais.

## 2.4 O eldorado para a mais perfeita civilização

Uma das categorias centrais das representações sobre a *qualidade racial e moral* da população sul-rio-grandense, utilizadas por esses autores, são as teses autorizadas do determinismo científico. Com efeito, queremos lembrar novamente a importância que os referendos científicos têm nas lutas de classificações. Conforme Bourdieu,

O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos ‘objetivos’, precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento [...].<sup>48</sup>

A segunda metade do século XIX é o período de gênese das teorias deterministas geográficas e raciais que aplicaram na análise das sociedades humanas, em forma arbitrária, as ciências da natureza, com ênfase na pretensa determinação do homem e da cultura pelo meio e pela raça. Também é o período que observou a consolidação do liberalismo europeu, que acompanhou a Revolução Industrial.

No Brasil, o papel das chamadas *elites* intelectuais contribuiu de maneira decisiva para o sucesso do liberalismo – o país não alcançava o mesmo grau de desenvolvimento econômico da Europa – importando muitas das ideias, recebidas como verdade científica, portanto, absolutas. Conforme Thomas Skidmore,

Afirmava-se que os europeus do norte tinham conquistado poder econômico e político graças a sua herança genética e ao ambiente físico singularmente favorável. Em suma, os europeus do norte eram as raças “superiores” e desfrutavam de um clima “ideal”; por implicação, as raças mais morenas e os climas tropicais jamais poderiam produzir civilizações comparáveis. Alguns desses autores excluía explicitamente a possibilidade de civilização numa área destituída de condições europeias. Não por coincidência, a análise era dirigida às áreas que tinham sucumbido à conquista europeia desde o século XV: a África e a América Latina.<sup>49</sup>

As principais potências europeias colhiam os frutos do liberalismo, fortalecendo suas economias e expandindo sua dominação por outras partes do mundo, inclusive o Brasil. Concomitante a esta expansão política e econômica ocorreu uma expansão do pensamento

<sup>47</sup> LIMA, 1935 [1882], p. 43.

<sup>48</sup> BOURDIEU, 1998, p. 119 e 120.

<sup>49</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento social brasileiro (1870-1930). 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 67.

liberal europeu, que procurava justificar “cientificamente” a superioridade da civilização europeia, servindo-se amplamente do determinismo geográfico e racial e do dito racismo científico.

As referências científicas ao sustentar as teses da determinação do meio físico e da raça sobre os costumes e o caráter da população vêm do positivismo, teoria social dominante na época. Hippolyte Taine (1828-1893) e Henry Thomas Buckle (1821-1863) são os dois intelectuais expoentes do positivismo do século XIX, no que se refere à interpretação do homem a partir de fatores deterministas: meio ambiente, raça e momento histórico.

Podemos destacar, entre esses ideólogos do determinismo do meio, o historiador inglês Thomas Buckle, uma das referências certas desses autores, sendo, inclusive, citado por Assis Brasil, o único que apontou referências teóricas. Em sua obra *História da Civilização na Inglaterra* (1857-1861), Buckle dedicou oito páginas para a aplicação de suas teorias na análise da formação social brasileira, embora não conhecesse o país.

Para Skidmore, há muito pouco de “científico” nas avaliações que Buckle fez das características naturais do Brasil, ao contrário, utilizou uma linguagem comum aos estereótipos do romantismo, que, aliás, eram muitas das referências que possuía. Mesmo assim, conclui que, no Brasil, a natureza dominava o homem, produzindo seu definhamento físico e moral que, agravado pela predominância de raças inferiores, representava algo excepcionalmente grave.

Já Hippolyte Taine, historiador e filósofo positivista francês, notabilizou-se por pensamento com fortes traços deterministas e conservadores em relação aos fenômenos da democratização e a emergência de uma sociedade de classes na sociedade francesa. Escreveu uma série de estudos sobre a sociedade francesa em que as categorias de raça, meio e momento guiavam as reflexões.<sup>50</sup>

Os trabalhos desses teóricos do determinismo procuravam explicar o espaço como uma variável autônoma, capaz de definir homens e costumes. Ou seja, as mais diversas culturas e personalidades teriam correlação estreita com o espaço em que atuavam e do qual recebiam influências deterministas. Adeptos do positivismo, a intenção desses ideólogos era produzir uma física social para entender o fenômeno cultural, rejeitando interpretações metafísicas. Para eles, era possível e necessário dominar o espaço e classificá-los de acordo com seus respectivos quadros teóricos, podendo apresentar uma fórmula que decifrasse

---

<sup>50</sup> MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008, p.22.

analiticamente a diversidade cultural e moral.<sup>51</sup> A mobilização das categorias do espaço para a análise das sociedades e suas culturas, na percepção de João Marcelo Maia, possui dois desdobramentos:

por um lado, o espaço é variável determinante, como em boa parte do pensamento geográfico do século XIX, preocupado em classificar os meios físicos que pudessem produzir tipos específicos. Por outro lado, o tema espacial pode ser mobilizado por meio de metáforas e analogias, como fonte para a produção de imagens e comparações sobre o mundo social.<sup>52</sup>

Nesta tarefa, o lugar do positivismo aparecia como instrumento na busca do domínio científico. Um desses instrumentos, a determinação geográfica e racial, é exemplarmente seguido por Assis Brasil, que cita *História da Civilização na Inglaterra*, de Buckle e *História da Literatura Inglesa*, de Taine, como referências em *História da República Rio-Grandense*. O livro é escrito em plena propaganda republicana e não seria exagero propormos que o autor tenta apresentar, além de valores republicanos, um modelo de homem sul-rio-grandense para enfrentar essa incursão na modernidade que viria com a República. Não podemos esquecer, entretanto, que o *homem rio-grandense* a que se refere, contempla, assim como em Alcides Lima, apenas o cidadão rio-grandense que, na era escravista, restringia-se às ditas *elites* e que, na vindoura República, não lhe parecia necessário manter-se essencialmente alterada.

Em Alcides Lima, uma passagem é exemplar dessa proposta: enquadrar o Rio Grande do Sul em uma leitura racionalista, habilitando-o a ingressar na modernidade e na democracia republicana a partir da receita taineana – meio físico privilegiado mais povo geneticamente elevado, convergem mutuamente para um desempenho feliz. Depois de argumentar que a fauna, a flora, a geografia e o clima do Rio Grande do Sul não afluem para gerar no homem sentimentos supersticiosos, o autor completa:

Todos os fenômenos maravilhosos da natureza, que despertam os primitivos temores religiosos e coadjuvam desenvolvimento de superstições, são absolutamente inexistentes ao Rio Grande. Livre desses excitantes permanentes da *imaginação* e do *sentimento*, a natureza do Rio Grande favorece o exercício das faculdades do *raciocínio* e da *reflexão*. A harmonia e concomitância dos agentes físicos é pois completa para fazer do homem nessa província um baluarte contra a tirania e contra a exploração dos ambiciosos.”<sup>53</sup>[Grifos nossos]

Utilizando-se de um discurso ufanista que mistura uma análise fantástica da composição ambiental, climática e geográfica do Rio Grande do Sul com critérios pseudocientíficos, Assis Brasil apresenta uma longa introdução sobre a formação sulina.

---

<sup>51</sup> MAIA, 2008, p. 23.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>53</sup> LIMA, 1935 [1882], p. 42.

Ninguém pode hoje desconhecer a eficaz influência que sobre um povo exerce o conjunto de circunstâncias físicas que o rodeiam, o *meio cósmico*. E, se esse fato não assumisse já o caráter de lei aceita e proclamada, seria ainda assim de grande proveito o exemplo do Rio Grande, onde os hábitos e a tendências dos habitantes desde logo sensivelmente se adaptaram à natureza específica do meio.<sup>54</sup> O solo de nenhuma das outras províncias pode ser equiparado aos do Rio Grande, cuja natureza e conformação o tornaram, relativamente ao resto do país, o que se pode chamar – um mundo a parte.<sup>55</sup>

Nada falta ao Rio Grande do Sul. É uma terra que pode viver com luxo exclusivamente de seus próprios recursos. Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso, ainda mesmo aquelas circunstâncias que à primeira vista representam um estorvo.<sup>56</sup>

Na mesma linha determinista, o autor aproveita para “linkar” essa composição física do espaço natural sul-rio-grandense como definidora do “caráter” ou, poderíamos dizer, das características físicas e psicológicas de sua população.

Da adaptação do povo a este conjunto de circunstâncias ambientes nasce para ele uma natureza correspondente. O caráter rio-grandense teve esta origem. É, pois, em primeiro lugar, na natureza física, no conjunto de circunstâncias que constituem o meio cósmico – que se encontra a primeira razão, a causa inicial, não direi só da revolução, mas também como ela se efetuou.<sup>57</sup>

O livro de Alcides Lima é constantemente atravessado de justificativas deterministas do meio para a ação dos indivíduos. Para ele, o território do Rio Grande do Sul não foi valorizado devidamente pela coroa portuguesa e menos ainda pelo Império do Brasil. Relaciona este descaso com um profundo lamento, ao desperdício, por muito tempo, de um meio físico exuberante, benigno e saudável, onde a fertilidade das terras, a “doçura do clima” e a abundância da alimentação carnívora poderiam gerar um homem superior, forte, robusto.

O autor dedicou um capítulo sintético para a análise do “meio físico”.

Ninguém hoje ignora a influência que o meio físico tem sempre exercido no desenvolvimento da população, nos seus costumes, na produção e na distribuição da riqueza e até a marcha na direção das ideais. Na historia de todos os povos encontra-se uma ligação íntima entre a contribuição do solo, a influência do clima, a composição orgânica dos produtos alimentícios de um lado, e o desenvolvimento moral e industrial do outro lado.

Olhando a influência do meio físico como um fato indiscutível e aceitável, deixamos de parte sua comprovação histórica e comprovação científica.<sup>58</sup>

Sua descrição geográfica do território sulino é menos exuberante e fantasiosa do que a de Assis Brasil, mesmo assim, exalta o aspecto espacial e natural do Rio Grande do Sul como

<sup>54</sup> ASSIS BRASIL, 1981 [1882], p. 2 e 3.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 4.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 11-12.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 12-13.

<sup>58</sup> LIMA, 1935 [1882], p. 41.

um eldorado onde prosperaria uma rica e superior civilização. Ao final de uma longa explanação a respeito das características físico-espaciais do Rio Grande do Sul, o autor conclui peremptoriamente:

Podemos agora sinteticamente concluir que os agentes físicos do Rio Grande são altamente favoráveis ao florescer de uma população, rica, culta e independente. Tudo nesse belo país [sic] induz o homem a cultivar o solo com proveito, a amar a liberdade sem peias, a desprezar os temores sobrenaturais, a confiar unicamente em seus próprios recursos, a ser generoso, hospitaleiro, forte e robusto.<sup>59</sup>

Tanto em *História da República Rio-grandense* quanto em *História Popular*, o determinismo científico possui uma importância central e meio e raça são consideradas essenciais para o sucesso na composição de um tipo humano superior nas pampas sul-rio-grandenses.

Essa é uma fórmula que não vê espaço para comportar uma raça considerada inferior como a africana. É preciso admitir que não vemos nessas obras a construção de representações pejorativas sobre o *negro* como raça inferior, que pudessem ter contrastado com as qualidades geográficas do solo e do clima rio-grandenses. É que, conforme já apontamos, os autores extirpam a presença do trabalhador escravizado dos tipos raciais formadores desse espaço social e, quando vemos as análises deterministas do meio sobre os indivíduos, fica clara a estratégia de exaltar as qualidades naturais do Rio Grande do Sul que contribuíram para a formação de um povo superior. A representação, neste caso, é uma classificação que elege determinados tipos *raciais* para representar essa identidade e exclui, ignora, silencia, sobre outros tipos, neste caso o cativo negro.

Todas as referências à escravidão que encontramos possuem uma carga pejorativa muito forte. Nas obras desses autores, o problema da escravidão parece ser maior que um problema de cunho racista, ou seja, de condenação do africano enquanto raça inferior. As poucas menções à instituição escravista deixam a impressão de certo constrangimento, pois em plena propaganda republicana, onde o Rio Grande do Sul deveria exaltar seu pioneirismo, devido à experiência da República Rio-Grandense, para assumir papel de proeminência e baluarte da nobre instituição republicana.

Falar desses grupos étnico-raciais formadores do Rio Grande do Sul admitindo a presença do *negro* trazia um grande problema: enfrentar o debate a respeito da escravidão. E escravidão não combinava com sentimentos ditos republicanos farroupilhas – o que todos os autores procuram apresentar como orgânicos aos homens sul-rio-grandenses.

---

<sup>59</sup> LIMA, 1935 [1882], *loc. cit.*

É interessante perceber como a origem social, a perspectiva de classe, as concepções políticas e ideológicas, as experiências acadêmicas, as referências teóricas e filosóficas, suas concepções a respeito do homem enquanto indivíduo e cidadão são muito semelhantes e se mostram nas obras e nos itinerários biográficos de cada autor. As duas obras são muito parecidas ao não ver no papel do trabalhador negro escravizado e seus descendentes uma categoria importante para entender e explicar a formação do Rio Grande do Sul. Algumas respostas para essa negação estão no texto, justificadas teoricamente, metodologicamente, mas muitas não estão.

O que propomos como ângulo de compreensão dessas construções são as “visões sociais de mundo” dos autores, os condicionamentos ideológicos de classe, os estratos sociais mandatários de que são oriundo se que lhes forneceram o poder e a autoridade de exercer uma violência simbólica, construindo uma leitura arbitrária da identidade étnica do Rio Grande do Sul, que extirpou a escravidão e os trabalhadores negros escravizados dessa identidade. Essas representações são construções a respeito da forma como esta sociedade se formou e possuem uma função performativa que serviu de referência para várias esferas sociais; a própria historiografia procedente, as políticas públicas implantadas pelo Estado, a auto-percepção identitária do povo sul-rio-grandense.

## O ARQUÉTIPO DA HISTORIOGRAFIA RACISTA: ENQUADRAMENTO E DESQUALIFICAÇÃO DO *NEGRO* EM JORGE SALIS GOULART

Em 2011, Jefferson Teles Martins elaborou uma dissertação de mestrado, pela PUC-RS, onde analisou a trajetória intelectual de Jorge Salis Goulart. É um trabalho esclarecedor, pois além de oferecer alguns dados biográficos, traz uma pertinente análise de Salis Goulart como um agente no campo intelectual do Rio Grande do Sul. De acordo com a linha de abordagem que estamos priorizando aqui, interessa, pelo menos, identificar a origem social desses intelectuais como viés de compreensão do sentido da obra que compuseram, bem como suas opções políticas e ideológicas.

Diferentemente de Assis Brasil e Alcides Lima, que escreveram os livros aqui estudados quando eram ainda muito jovens, sendo aquelas obras as primeiras de peso que publicaram, com Salis Goulart é o contrário. O livro *Formação do Rio Grande do Sul*, que avaliaremos como parâmetro importante da historiografia sul-rio-grandense sobre o tema do trabalhador negro escravizado e seus descendentes, foi publicado em 1927, já na maturidade intelectual do autor. Aliás, intelectual que morreu jovem, sete anos após a publicação deste livro.

Jorge Salis Goulart nasceu no último ano do século XIX, em Bagé, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Foi na cidade de Pelotas, porém, que este importante intelectual sul-rio-grandense se fez enquanto “homem de letras”. Salis Goulart era oriundo de setores médios urbanos. Mesmo não sendo da aristocracia terratenente sul-rio-grandense, sua família possuía prestígio social. Seu pai, Virgílio Goulart, era agrimensor, profissão para a qual era necessária formação superior. Pela ascendência materna, também trazia algum prestígio social, através de um tio farmacêutico e outro coronel do Exército que, à época, não eram profissões acessíveis a qualquer estrato social.

Já aos quinze anos, Salis Goulart mudou-se para Pelotas para estudar no Ginásio Pelotense. A formação foi em Direito, também em Pelotas, no curso aberto em 1913,<sup>1</sup> possibilitando à aristocracia local um centro de formação próximo e, aos setores sociais médios, sem condições de ir estudar longe, uma oportunidade de conseguir um título de bacharel. Salis Goulart se formou em 1922.

---

<sup>1</sup> Cf. MARTINS, Jefferson Teles. **O pensamento histórico social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo “campo” intelectual rio-grandense na década de 1920.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2011. p. 65.

De acordo com Jefferson Martins, não se tem muitas informações sobre a forma como custeou seus estudos, mas pode-se inferir que não foi uma jornada muito confortável. O Ginásio Pelotense foi fundado pela maçonaria e costumava ofertar bolsas para estudantes. Além disso, simultaneamente aos estudos acadêmicos, prestou serviço militar.

O diploma de Bacharel em Direito, à época, era um instrumento importante para galgar prestígio e ascensão social. É nesse período que conhece sua futura esposa, Walkyria de Araújo Neves, com quem trocava confidência lamentando-se de sua vida de sacrifícios entre o serviço militar e as duras exigências acadêmicas, e era a ela que dedicava seus esforços.<sup>2</sup>

A inteligência de Salis Goulart logo se destacou e o levou a ocupar espaços privilegiados em meio à juventude acadêmica de Pelotas. Ainda na faculdade, em 1919, trabalhou como redator-chefe do jornal estudantil *O Acadêmico* e tornou-se correspondente da revista acadêmica *Ariel*, de Montevideú. Desde sua fase acadêmica, portanto, foi direcionando sua atuação para o jornalismo. Jefferson Martins propõe que a atuação no jornal acadêmico propiciava um aprendizado também político na profissão jornalística que, de forma geral, era uma posição subalterna na hierarquia social, ainda mais para alunos que não tinham origem abastada, de famílias tradicionais. Nestas condições o trabalho no jornal acadêmico era uma tribuna para os alunos mostrarem algum talento e expressarem uma visão comprometida com a reprodução da ordem social.<sup>3</sup>

Em 1922, já formado, assume a posição de redator-chefe do *Jornal da Manhã*, o qual dirige até 1925, quando o jornal é extinto, possibilitando, segundo Jefferson Martins, o aumento de seu “capital social”. A imprensa pelotense era reconhecidamente qualificada, possuindo importantes redes de relações políticas e intelectuais. Simultaneamente à chefia de redação do *Jornal da Manhã*, Salis Goulart passou a ser correspondente do jornal porto-alegrense *Diário de Notícias*.

Em 1927, mesmo ano da publicação de *Formação do Rio Grande do Sul*, já intelectual reconhecido, Salis Goulart assume a direção do jornal pelotense *O Diário Popular*, além da correspondência do jornal *A Federação*, da capital do estado. Estes dois jornais eram os órgãos oficiais do Partido Republicano Rio-grandense (PRR).

Jefferson Martins mostra que a incursão de Salis Goulart na militância política começara na vida acadêmica, quando, em 1922, por ocasião da eleição de Borges de Medeiros

---

<sup>2</sup> MARTINS, 2011, p. 6.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 67.

para a presidência do estado, fez um discurso representando a “mocidade acadêmica republicana de Pelotas.” Para Martins,

Os efeitos de sua tomada de posição no partido dominante da política rio-grandense foram importantes e permanentes na trajetória do intelectual Salis Goulart. Através da militância e engajamento no PRR, Salis pode constituir redes sociais fundamentais para sua carreira, seja jornalística, intelectual ou professor. Nisto, percebe-se o quanto naquele momento histórico e naquelas condições sociais o meio intelectual era dependente em relação ao campo político.<sup>4</sup>

Outro levantamento importante feito por Jefferson Martins diz respeito à trajetória intelectual de Salis Goulart. É interessante perceber o que o levou a publicar, em 1927, seu primeiro ensaio sociológico que se tornou seu grande trabalho de referência.

Desde 1919, Salis Goulart incursionou pelo gênero literário que, à época, figurava como a grande vitrina da intelectualidade rio-grandense. Publicou *Auroras e Poentes* (1919), *Chuva de Rosas* (1922), *Colheitas de Ouro* (1924) e *A Vertigem* (1925). Em 1927, com *A Alma Viva do Rio Grande*, há um primeiro redirecionamento, no sentido temático, incluindo em sua poesia a pauta regionalista, embora ainda continuasse no gênero literário.

No Rio Grande do Sul, a *Livraria do Globo* era a principal livraria-editora do período. Sob a direção do escritor Mansueto Bernardi, de 1925 a 1930, nenhum livro que não abordasse o Rio Grande do Sul foi publicado.<sup>5</sup> O redirecionamento para o tema regionalista de *Alma Viva do Rio Grande* mostrava essa adequação à pauta. Contudo, Mansueto Bernardi recusou a publicação do livro, felicitando-o pela mudança de temática, mas salientando que, também o gênero, a poesia, já não era mais a prioridade da editora, por motivos de mercado.<sup>6</sup>

É importante destacar aqui, de forma pontual, pois trataremos disso com mais atenção no quarto capítulo, a importância da atuação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), desde o início da década de 1920, que assumia para si a tarefa de (re)construir a identidade do Rio Grande do Sul alinhada com a identidade brasileira. Nessa perspectiva, o ensaísmo histórico se impôs como gênero privilegiado da produção intelectual porque trazia, também, uma missão política.

Os relatórios de produção da Livraria do Globo apontam, desde meados da década de 1920, para o aumento e a valorização social de um gênero intelectual [sic]: os ensaios de história e ciências sociais. De 1925 a 1929 a Livraria editou 34 volumes dentro do “gênero” ciências sociais e econômicas, que correspondia a 16,7% de toda a produção. Este incremento do ensaísmo histórico e social tem a ver com o papel do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul que, desde 1920, iniciou o processo de institucionalização do saber histórico que resultou na valorização da

---

<sup>4</sup> MARTINS, 2011, p. 70.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 113.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p.114.

história como “gênero” intelectual mais elevado que os demais e, também, propiciou ao Instituto se tornar uma das principais instâncias de legitimação; ao mesmo tempo que o IHGRS consagrava os intelectuais que lhe eram dedicados, a própria Instituição se autoconsagrava. Ao impor sua legitimidade como Instituição, o ingresso ao IHGRS tornou-se objetivo da aspiração de todos aqueles que desejavam uma posição reconhecida no campo intelectual local.<sup>7</sup>

Atento a essa agenda, em 1927, Salis Goulart lançou *A Formação do Rio Grande do Sul* que teve alta repercussão e boa aceitação, local e nacional. Com o êxito obtido em seu primeiro ensaio sociológico, Salis Goulart garantiu acesso ao IHGRS, em 1928.

Jorge Salis Goulart morreu em 1934, aos 35 anos, o que abreviou sua carreira e possibilidade de consolidação intelectual. Em 1956, o jornalista Carlos Reverbel publicou, no *Correio do Povo*, uma pesquisa a respeito das obras fundamentais da bibliografia sul-riograndense. Os critérios não eram direcionados, ficava a cargo do próprio intelectual consultado a escolha das obras. Foram ouvidos nomes de peso das “letras sul-riograndenses”, boa parte dos quais pertencentes aos quadros do IHGRS. Entre os consultados, listavam, por exemplo, Alcides Lima, Arthur Ferreira Filho, Carlos Galvão Krebs, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Dante de Laytano, Guilhermino Cesar, Walter Spalding, entre outros. O livro de Salis Goulart foi o quarto mais lembrado.<sup>8</sup>

### 3.1 A determinação das leis tendenciais da formação Rio-grandense

*A Formação do Rio Grande do Sul* é um livro planejado metodologicamente. Salis Goulart desenvolve suas teses a partir do que define como *leis tendenciais* onde joga com três elementos: geografia, raça e forças sociais. Escrevendo no final da década de 1920, o poder explicativo das teorias deterministas já não possuía a mesma força do início do século, Salis Goulart afirma que, em sociologia, tendências e possibilidades têm mais capacidade elucidativa das formações sociais do que a dura determinação. O princípio de possibilidades geográficas toma de Vidal de La Blache, portanto, em teoria, opondo-se à determinação geográfica do final do século XIX, defendida por Friedrich Ratzel e Henry Thomas Buckle. As leis sociológicas que propõe as pretende como tendenciais e de acordo com “o moderno conceito da Sociologia”. Na contramão do discurso, pretendemos mostrar que categorias deterministas marcam regularmente as análises desenvolvidas no livro.

---

<sup>7</sup> MARTINS, 2011, p. 116 e 117.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 123 e 124.

Procurando flexibilizar o caráter determinista de um ou outro aspecto social ou natural, Salis Goulart manipula esses elementos de forma que, por diferentes combinações, exerçam diferentes resultados.

*I – quando as forças sociais ou raciais atuam no mesmo sentido que as possibilidades geográficas, a sua influência se torna real e máxima.*

*II – quando as forças sociais ou raciais são antagônicas com as possibilidades geográficas, podem dar-se dois resultados: a) as forças sociais ou raciais anulam totalmente as possibilidades geográficas; b) as forças sociais ou raciais não anulam as possibilidades geográficas e do seu encontro se origina um fato que participa tanto das forças sociais ou raciais como das aludidas possibilidades.<sup>9</sup>*

Nessas proposições tenta quebrar a dureza das determinações específicas de um ou outro fator separadamente. Amplia essa justificativa salientando a plasticidade e as possibilidades de oposição e combinação de suas *leis tendenciais*. Critica “o velho pensamento de Comte”, elogiando a “moderna geografia social”.

Para o nosso tema é importante ver o sentido mais profundo das proposições de Salis Goulart, enquanto tese sociológica explicativa de formação do Rio Grande do Sul. Nesse aspecto, apesar da alegada flexibilidade ou do caráter tendencial, o importante é percebermos que tanto geografia, quando raça, quanto forças sociais (onde estariam moral, organização política, progresso material e imaterial e a cultura) determinam! A determinação da lei predomina sobre a possibilidade da tendência.

Quando Salis Goulart fala de povoamento não se atém a discriminar os diferentes tipos étnicos – como fazem Assis Brasil e Alcides Lima, que priorizam o colonizador europeu e eurodescendente, minimizando o indígena e ocultando o cativo negro – que compuseram a sociedade sulina, nem descreve, numa metodologia historiográfica, períodos de colonização. Sua análise é sociológica. De forma central, a tese é explicar o povoamento do território amparado na influência geográfica e racial. Para Salis Goulart, algo de peculiar aconteceu no Rio Grande do Sul, onde, diferentemente de outros lugares, foi o povoamento continental, e não litorâneo, que obteve sucesso. O litoral, praticamente sem portos e ancoradouros, empurrou o colonizador para o interior, onde os rios Jacuí, São Gonçalo e Guaíba funcionaram como “grandes estradas da civilização rio-grandense”.

O autor mostra que o povoamento ocorreu no interior e aponta para uma tentativa de explicação sociológica da forma como o território foi ocupado. Para ele, “duas classes sociais”, agricultores e fazendeiros – e vejamos que considera *categorias sociais* como classes, portanto não vê o conceito na óptica da luta de classes – definiram o caráter

---

<sup>9</sup> GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985 [1927]. p. 9.

socioeconômico do Rio Grande do Sul. Sua fórmula explicativa põe como ponto importante as diferentes zonas geográficas onde cada um desses segmentos sociais se estabeleceu. Identifica a colonização pastoril nas zonas de campos, em terras privilegiadas, descampadas e planas. A agricultura desenvolveu-se nas regiões florestais e serranas do norte do estado. A explicação oferecida para o fenômeno é voluntarista e não econômica. Esses agricultores teriam optado por estas terras agrestes e hostis. Em sua explicação, não foi o latifúndio e o caráter oligárquico da formação meridional do estado que resistiram à redistribuição de terras, que definiram a ocupação do território e empurraram novos colonizadores para serras e florestas. Não foi, portanto, um problema de reforma fundiária conforme aponta a historiografia recente.<sup>10</sup>

Após alguns exemplos das dificuldades enfrentadas pelas colônias do norte do estado, o elogio ao trabalho desses agricultores assume foros verdadeiramente heroicos, o que leva o autor a afirmar ter “dúvida sobre qual teria sido a razão que os induziu a procurarem a parte mais selvagem do território.”<sup>11</sup> Contudo, logo à frente, oferece uma resposta determinista, citando os geógrafos franceses Jean Brhunes e Camille Vallaux:

Por que motivo se verifica essa atração do homem pela floresta? “enquanto sobre a estepe o homem se encontra facilmente com o menor esforço, numa vida pastoril, semi-contemplativa, onde o leite e a carne são suficientes para as necessidades, o terreno que se conquista à floresta recompensa os desbravadores. Estes se estabelecem, constituem família e os braços disponíveis se multiplicam para realizar a melhora, lenta e contínua, do solo agrícola aonde a produção aumenta e a zona do desbravamento cresce à medida que a família se desenvolve. Queimada a floresta, teremos um solo agrícola e um adubo pronto. A floresta, com seus materiais sólidos e inesgotáveis, dá ao homem os elementos de sua casa. Estabiliza-o, provoca naturalmente a formação do grupo de cabanas que se tornará, amanhã, a aldeia. Além disso, a caça e a pesca nos rios que correm por entre as matas tornam a floresta muito mais fecunda do que a estepe”.<sup>12</sup>

Como se pode perceber, algo que já é resultado do processo de adaptação a um espaço hostil, como uma região de floresta, é apresentado como a causa que levou estes homens a, espontaneamente, ocuparem tais lugares.

Um último exemplo da importância atribuída ao meio espacial à conformação das sociedades humanas aparece no sétimo capítulo, dedicado à análise do “problema das raças”. Salis Goulart chama a atenção para a importância do clima que, de acordo com a “moderna ciência”, “exerce indiscutivelmente influência sobre a civilização”. Observa, amparado no geógrafo estadunidense Ellsworth Huntington, que o Rio Grande do Sul está localizado em

<sup>10</sup> Cf. ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

<sup>11</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 21.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 24.

uma latitude temperada, ideal para o desenvolvimento material e cultural de um povo. Alerta para a nocividade dos rigores das temperaturas muito quentes, causa de “grande parte do atraso dos trópicos”. Conclui que “ao povo do extremo sul coube um dos melhores quinhões no que diz respeito ao problema étnico e ao problema geográfico: [...] um solo rico, um clima temperado, um dos povos mais eugênicos da América do Sul.”<sup>13</sup>

O livro *A Formação do Rio Grande do Sul* é dividido em dez capítulos. Nos sete primeiros o autor avalia aspectos da formação social e política do estado e, nos três últimos, arrisca-se em algumas previsões para o futuro desta sociedade.

Consideramos o livro de Jorge Salis Goulart uma das obras mais importantes para pensar a questão racial no Rio Grande do Sul, por dois aspectos. Em primeiro lugar, pelo fato de o autor dedicar uma atenção central ao fator racial na fórmula sociológica elaborada para explicar a formação sulina. Em segundo lugar, pelo viés explicitamente vexatório com que percebe a presença do trabalhador negro escravizado e seus descendentes e, neste passo, procura anulá-los de duas maneiras: primeiro, negando a dimensão da luta de classes, das contradições e tensões sociais do sistema escravista; e, em seguida, enquadrando o *negro* como raça inferior.

Ao analisar este livro, optamos por não fazê-lo de forma linear, por capítulos, e sim por assuntos importantes para o nosso tema, tratados pelo autor. Dessa forma, não abordaremos todos os temas, nem tampouco todos os capítulos. Posteriormente daremos mais atenção a dois deles: o capítulo seis, dedicado “a formação do território” e ao capítulo oito, que trata do “problema das raças”.

### **3.2 Um mundo idílico: sem tensão, sem padrão, sem exploração**

Jorge Salis Goulart apresenta uma visão social de mundo conservadora, simpática ao latifúndio e alinhada às classes dominantes. Através desse aspecto mais ideológico, no sentido liberal conservador, o autor faz o elogio da civilização agrária e mostra a estância como a célula fundamental da sociedade sulina. Além disso, essa visão de mundo liberal, de uma maneira indireta, leva à eliminação do *negro* em sua leitura da sociedade sul-rio-grandense, quando remete à própria negação do trabalho escravizado, da tensão social, da contradição de classes.

---

<sup>13</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 192.

O autor elogia a força progressista e civilizacional da agricultura. Consta que as regiões agrícolas são muito mais povoadas que as zonas pastoris e decreta, de forma um tanto melancólica:

É fácil, pois, adivinhar-se a direção que vai tomar, de hoje em diante, o povoamento do Rio Grande do Sul: serão procuradas, de preferência, pelos agricultores as grandes regiões florestais, até que um dia, restando apenas as extensas estepes, estas tenham de entregar o seio fecundo à charrua e à enxada.<sup>14</sup>

Mesmo constatando a inexorável imposição da agricultura e a decadência econômica do mundo pastoril, prepara o território para, no capítulo seguinte, reconhecer na estância a célula democrática da formação sulina. Enquanto célula social do Rio Grande do Sul, o latifúndio pastoril é apresentado como unidade orgânica onde a interação entre proprietários e trabalhadores não seria pautada por relações exatamente dessa natureza.

A estância é apresentada como um misto de clã e organização patriarcal. O fato de inexistir pequena propriedade alternativa à estância obrigava todos a agregarem-se ao estancieiro. Longe de significar submissão, haveria entre chefes e empregados, pela natureza das ligações amistosas, uma relação patriarcal “onde o patrão se entrega com seus subordinados aos trabalhos da comunidade”.<sup>15</sup> Devido à relação patriarcal e à unidade orgânica e coesa da estância e, diante da inexistência de vínculos de parentesco entre chefes e agregados, esse organismo social assumiu a característica de um clã. Ao mesmo tempo, o “sentimento público” e o “espírito provincial”, venceram a tendência à coesão absoluta do clã, permitindo uma profunda solidariedade política entre as estâncias e seus respectivos líderes.

Quanto a este ponto, de atribuir a sustentabilidade das relações de trabalho nas estâncias a uma organização patriarcal, é importante dizer que a tese da não coerção do cativo e as relações de trabalho baseadas na amizade e na confiança ampara-se na ideia de que, na estância, a única forma de trabalho existente era o trabalho campeiro. Ao contrário, a aplicação do trabalho escravo, nas estâncias, dava-se, sobretudo, nas atividades agrícolas subsidiárias à criação.<sup>16</sup> E nesta atividade havia sim duras condições de trabalho, sob controle e coerção.

Como explicar enquanto democrática uma sociedade marcada pela gigantesca propriedade centralizada que era a estância? Além disso, em que a exploração econômica foi marcada pela presença do cativo!? Entram na receita argumentos adjetivantes como “altivez

<sup>14</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 25.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>16</sup> Cf. OSÓRIO, Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.) *Colônia*. v. 1 – (Coleção História Geral do Rio grande do Sul). Passo fundo: Méritos, 2006.

tradicional do gaúcho”, “felicidade inata”, “não haver no estancieiro egoísmo”, além de qualidades de caráter que colocam o *gaúcho*, mesmo humilde e despossuído, como sujeito independente e insubmisso à tirania e à injustiça; “o rio-grandense não tem aquele aspecto humilde, desconfiado e gregário das populações centrais: é mais ativo, mais independente, mais individualista.”<sup>17</sup>

Para Salis Goulart, que em sua produção ideológica vincula-se à visão de mundo liberal-latifundiária – embora suas manifestações político-partidárias não tenham feito oposição ao positivismo, ao contrário, fez o elogio aos líderes positivistas Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros – a essência da sociedade sul-rio-grandense é rural.<sup>18</sup> A própria colonização definiu essa fisionomia pela ação da família agrícola açoriana e pela determinação geográfica da pampa, que impôs o latifúndio. As cidades se constituíram meros reflexos do campo, pois foi daí que veio sua estabilidade, seu sustento e seus dirigentes políticos. Aliás, esta tese tem sua elaboração original na obra clássica de Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888), *Facundo o Civilización y Barbarie em las pampas argentinas*, de 1845, em que o político argentino se opõe às visões liberais que queriam implantar uma modernização baseada em ideias europeias sem conhecer as entranhas do país, onde, para Sarmiento, estava expressão autêntica da pampa indomada.<sup>19</sup> Para Salis Goulart,

Foi, incontestavelmente, a campanha que elaborou toda a originalidade rio-grandense. Foi ela que com seu efeito nativo e seu espírito próprio reagiu sobre a organização artificial dos centros populosos, dando a todo povo rio-grandense o seu verdadeiro sentimento coletivo.<sup>20</sup>

A tese da formação democrática é sustentada por um discurso marcadamente liberal e conservador. Nessa estratégia, a democracia é apresentada como conciliação de interesses entre opostos, sejam classes ou raças. Para Salis Goulart, como resultado deste clima de integração atávico, “o empregado, não criando como não criava interesse de oposição com o patrão, identifica-se com ele, torna-se seu amigo e, por assim dizer, seu igual.”<sup>21</sup>

Essa democracia dos pampas, que se sustentava unicamente na conciliação de interesses e na inexistência do conflito, leva à minimização da importância da exploração do trabalho e, principalmente, à anulação da carga ideológica de interesses classistas distintos entre mandatários e subalternizados.

---

<sup>17</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 29.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 153-174.

<sup>19</sup> Cf. SARMIENTO, Domingo F. **Facundo: civilización y barbarie**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

<sup>20</sup> GOULART, *op. cit.*, p. 37.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p. 41.

Tendo cada homem assegurada a sua ração cotidiana, tal era abundância dos gêneros de consumo, as causas de conflitos individuais, determinados pelas lutas econômicas, não se verificaram. [...] As lutas motivadas por interesses materiais eram quase inexistentes, o que permitia que a sociabilidade, isenta de qualquer tropeço, se desenvolvesse com franqueza.<sup>22</sup>

Se, de acordo com uma visão materialista histórica, o trabalho produz as sociedades humanas, as relações de produção – onde interagem as forças produtivas e os proprietários dos meios de produção – parecem ter sua importância reconhecida por Salis Goulart, porém numa perspectiva ideológica conservadora. O ponto central do conceito de democracia sustentado por ele está ancorado nas horizontais e flexíveis relações de trabalho. O conceito de relações de produção ou relações trabalhistas é substituído pelo conceito de cooperação voluntária.

Em vista da espontaneidade do trabalho dos subalternos das estâncias, diante da inexistência de qualquer coação tendente a explorar o trabalho alheio, assistimos a uma verdadeira *cooperação* voluntária, idêntica à teoria sociológica de Spencer.<sup>23</sup>[Grifo do autor]

A tese da cooperação voluntária de Herbert Spencer (1820-1903) é uma ideia antiescravista. Aliás, é bom esclarecer que liberalismo e escravidão se excluem, embora isso não queira dizer que os liberais brasileiros fossem antiescravistas, inclusive Salis Goulart. Mas Salis Goulart não faz a defesa da instituição escravista, ao contrário, tenta negá-la, tenta apresentar as relações de trabalho no Rio Grande do Sul marcadas, mesmo em plena era escravista, por características tipicamente liberais. A ideia de cooperação voluntária nada mais é do que a aplicação da doutrina do livre mercado à organização social.

Em 1884, Spencer publicou *O Indivíduo Contra o Estado* onde defendeu a predominância de um modelo de organização social baseado na doutrina do *laissez-faire*: o modelo industrial, de base contratual, e marcado pela *cooperação voluntária* entre os indivíduos. Essa é uma premissa básica que advém do caldo de teorias que sustentaram o pensamento clássico liberal a respeito da relação entre Estado e sociedade, ou seja, o Estado como mediador das relações entre os indivíduos.<sup>24</sup>

Nesses moldes, seria possível, em uma concepção liberal de organização social, estabelecer relações de produção com base em um contrato de livre mercado que, por si, permitiria uma cooperação voluntária e não a cooperação compulsória. As relações de

<sup>22</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 86.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 41.

<sup>24</sup> VIDAL, Francisco Baqueiro. **Um marco do fundamentalismo neoliberal: Hayek e O Caminho da Servidão.** – OBSERVANORDESTE – Textos Especiais. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

produção não gerariam conflito, se autor regulariam, e caberia ao Estado uma função mínima, prover a defesa externa e a ordem interna, bem como a execução de trabalhos públicos.<sup>25</sup>

Podemos ver a partir de passagens como essas, que não há qualquer vestígio de que a formação do Rio Grande do Sul se deu através da exploração e coação de trabalhadores escravizados. Com essas premissas do liberalismo clássico, poderíamos nos perguntar: de qual sociedade mesmo Salis Goulart está falando?

Para Salis Goulart, o espírito democrático que caracteriza o *gaúcho* teria se formado anteriormente à consolidação da instituição escravista no Rio Grande do Sul, negando, portanto, a historicidade dos homens que colonizaram este território já que vinham de regiões escravocratas, como São Paulo e Minas, e que a presença do cativo negro esteve associada já às primeiras incursões no território sulino.<sup>26</sup> A democracia rio-grandense teria produzido relações peculiares com a escravidão, tratando o trabalhador reduzido a esta condição, sem crueldade: “[...]a democracia rio-grandense, por conseguinte, adoça, humaniza entre nós a nefanda instituição que *outros povos* criaram e exploram.”<sup>27</sup>[Grifo nosso]

Tais ideias foram resgatadas e aproveitadas, de alguma forma, pela historiografia posterior que transformou este discurso na expressão de que no Rio Grande do Sul a escravidão teria sido branda, a produção não seria fruto do trabalho e sim de atividades encaradas como diversão e, por tudo isso, o escravizador e a estância, enquanto espaço de produção diferenciado, teriam proporcionado relações democráticas de convívio e flexíveis e agradáveis de produção.<sup>28</sup>

Um autor sul-rio-grandense pioneiro a enfrentar o debate sobre a inexistência de trabalho na estância foi Décio Freitas, que abordou o tema em um texto intitulado “Mito da ‘produção sem trabalho’”, publicado na obra clássica, de cunho denunciante, *RS: Cultura e Ideologia*, no ano de 1980. Freitas avalia a construção das visões, pela majoritária historiografia desde o século XIX, sobre a produção na estância, como o reflexo ideológico de uma dominação social comandada pelas classes dominantes locais. A partir de um viés marxista, explora o tema como construção ideológica que procurou diminuir a importância do trabalho social. Para ele,

<sup>25</sup> Cf. BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 128-132.

<sup>26</sup> Cf. MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul**: trabalho, resistência e sociedade. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.p. 43-51.

<sup>27</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 48.

<sup>28</sup> Cf. MAESTRI, Mário. **O gaúcho negro**: o cativo e a fazenda pastoril. Disponível em:<biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/maestri.rtf>. Acesso em: 18 set. 2013.

Dessa forma, nega-se toda a teoria econômica do valor, já que a natureza, não o trabalho, seria no pastoreio fonte de valor. As implicações de semelhante construção ideológica parecem óbvias: a acumulação do capital se operando mediante processos exclusivamente naturais, não haveria dominação e exploração no pastoreio.<sup>29</sup>

Décio Freitas ilustra suas denúncias citando como exemplos os trabalhos de Rubens de Barcelos e Jorge Salis Goulart, para os quais o trabalho na estância assumia um caráter lúdico e desportivo. Porém, contradita Décio Freitas, “sem trabalho não haveria produção”. Sem pretendermos entrar na discussão conceitual que utiliza, por exemplo, “capitalismo pastoril”, é reconhecidamente importante a construção que elabora: a função ideológica na negação do trabalho pastoril potencializa a dimensão exploradora do trabalho alheio pelo estancieiro, pois, se no capitalismo clássico, pelo menos se admite a presença do trabalhador, na atividade pastoril, os ideólogos da produção sem trabalho nem isso fazem e atribuem a produção apenas à natureza, portanto, como uma produção espontânea.<sup>30</sup>

Na tentativa de exemplificar a natureza do trabalho pastoril, Décio Freitas esforça-se para caracterizá-lo como dispendioso, assim, comenta: “é falso dizer que o trabalho era suave”, pois consistia em “reunir o gado”, “pelo menos um rodeio a cada seis meses”, “o rodeio distava muitas léguas do estabelecimento”, “os peões saíam para o rodeio de madrugada”, “dormindo em meio ao relento”. “Igualmente extenuante era o trabalho de marcação” onde “o peão estava sujeito a acidentes graves, inclusive à morte”.<sup>31</sup>

Décio Freitas acata, entretanto, a tese da pouca importância do trabalho escravizado na atividade pastoril. Constrói raciocínios lógicos para isso, afirmando que era um “emprego desaconselhável”, exigia “supervisão e vigilância” e, sem isso, o escravo “trabalharia pouco e mal”. Além disso, avalia que o custo da vigilância “tornaria antieconômico o trabalho escravo” e “à parte isso, os africanos não possuíam experiência técnica de trabalho pastoril”.<sup>32</sup> Não que o autor negue a presença do cativo na estância, mas este faria apenas trabalhos auxiliares, serviços domésticos e de produção agrícola para subsistência. O trabalho pastoril propriamente dito ficaria a cargo do gaúcho e do indígena que dominavam as técnicas campeiras.

No fechamento do capítulo sobre a democracia rio-grandense, também o argumento geográfico entra na fórmula explicativa da diferenciação do Rio Grande do Sul em relação ao império escravista brasileiro. Salis Goulart resume toda sua fórmula sociológica

<sup>29</sup> FREITAS, Décio. O mito da “produção sem trabalho”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius(Org.). **RS: cultura & ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.p. 7.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 12 e 13.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 17.

argumentativa, a nosso ver, pautada por categorias deterministas. O clima subtropical e a geografia da pampa determinaram a economia pastoril. Além de a raça branca ser moral e culturalmente superior, neste espaço privilegiado, teve a condição de potencializar suas qualidades também para o trabalho físico, atuando lado-a-lado com o trabalhador escravizado nas lides campeiras. No norte do país, de clima quente e de exploração agrícola, “só estavam aptos [para o trabalho] os povos de raça indiana e negra”.<sup>33</sup> Lá haveria necessidade da raça branca, moralmente superior, mas fisicamente inadequada para o trabalho nos trópicos, coagir constantemente o cativo para realizar as duras atividades agrícolas. No sul isso não aconteceria. “Em resumo: a natureza rio-grandense determinou a vida pastoril e o sistema de criação aqui adotado, formado de acordo com o meio, agiu no sentido da democracia.”<sup>34</sup>

### 3.3 Enfrentando o “problema das raças”

Jorge Salis Goulart não evitou o enfrentamento da questão mais delicada e constrangedora para a historiografia sul-rio-grandense, no que diz respeito à construção da identidade étnico-histórica do Rio Grande do Sul: a contribuição do africano e dos afrodescendentes e sua miscigenação com o branco. Certamente, essa mudança de postura, que marcou as três primeiras décadas do século XX, estava na preocupação com os escravos que estavam em processo de proletarização. Havia uma grande inquietação dos intelectuais nacionais com os novos rumos do Brasil e qual seria o papel da imensa massa de *negros* e mestiços na incursão do Brasil na sociedade moderna.

É interessante notar que Salis Goulart publica *Formação do Rio Grande do Sul* em 1927, período da hegemonia do fascismo a ascensão do nazismo na Europa, que só arrefecem após o término da Segunda Guerra, em 1945. O período de ouro da elaboração das teorias racistas foi o final do século XIX, mas, no Brasil, até meados da década de 1930, tais teorias eram ainda dominantes, com raras exceções – Manuel Raimundo Querino (1851-1923), Manoel Bomfim (1868-1932). A avaliação que Salis Goulart faz da questão racial é pautada naquelas teorias racistas que viam o africano como raça inferior e eram bastante pessimistas diante do fenômeno da miscigenação.

Por volta da década de 1870 tomaram força no Brasil teorias raciais oriundas da ciência europeia imperialista. Essas teorias foram reapropriadas tendo em vista as representações vigentes na época de que o Brasil seria um país mestiço e, por isso, singular. A

---

<sup>33</sup> FREITAS, 1980, p. 48.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 49.

singularidade era vista de forma extremamente pessimista, pois a presença de raças inferiores, principalmente o enorme contingente *negro* misturado, estava degradando a civilização brasileira e condenando o seu futuro.<sup>35</sup>

A miscigenação brasileira, nesse período, é questão de muita polêmica já que precisava dialogar com o determinismo, o evolucionismo e o racismo implicados na apropriação de tais teorias. Silvio Romero (1851-1914) é um dos primeiros intelectuais brasileiros a tratar do tema. É ele o “primeiro formulador sistemático” da clássica fórmula da complementaridade das três raças: índio, negro e branco. Rodolfo Vilhena evidencia que há uma valorização da mestiçagem na obra de Romero, porém, ainda numa perspectiva racista, embasada na ideologia do branqueamento.<sup>36</sup>

Ainda deve-se destacar a influência do pensamento de intelectuais como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Euclides da Cunha (1866-1909). Inclusive, *Os Sertões* de Euclides é citado por Salis Goulart. Atuando na virada do século XIX, eles, ao contrário de Romero, interpretavam a miscigenação com um caráter completamente pessimista e como fator de inferioridade e degradação do “homem brasileiro”. Esses autores, colocando-se como seguidores de Romero, acabaram por contestar sua tese simpática à miscigenação e à integração racial. Partindo para a antropologia e para a psicanálise, Nina Rodrigues considerava que o africano-negro possuía uma inferioridade natural, um desenvolvimento incompleto que o tornaria semelhante a uma criança. Condena o negro brasileiro, assim como o mestiço, que carregavam a ancestralidade bárbara africana e nunca seriam capazes de chegar ao nível da civilização europeia. Euclides, pautado no determinismo físico-geográfico, em forma geral, também defendeu a degradação do mestiço.<sup>37</sup>

Outro autor racista que merece destaque é Oliveira Vianna (1883-1951), este que foi uma referência certa para Salis Goulart, já que possuíam, inclusive, uma correspondência intelectual.<sup>38</sup> Salis Goulart também cita o livro *Evolução do Povo Brasileiro*, de Oliveira Vianna, que, entre outros do autor, foram suas referências para o assunto das raças.

Oliveira Vianna produziu uma obra que estudou ampla e cuidadosamente o caldeamento formador do povo brasileiro. Em relação ao africano, valorizou as diferenças entre as diversas nações que compõem a raça negra. O *negro brasileiro* é visto sempre em

---

<sup>35</sup> Cf. MOURA, Clovis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

<sup>36</sup> VILHENA, Luis Rodolfo. **Os intelectuais regionais**. Disponível em: <<http://luisrodolfovilhena.googlepages.com/IntelectuaisregionaisRBCS.pdf>>, S/D. Acesso em: 03 jun. 2012. p. 9.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 9 e 10.

<sup>38</sup> MARTINS, 2011, p. 122.

comparação com as tribos africanas e seus tipos característicos, que variavam em termos de qualidade genética. O *negro puro*, nunca poderia assimilar completamente a cultura branca europeia, no máximo imitar os hábitos e costumes do homem branco, porém o mestiço tinha uma percepção diferenciada. Para ele, ainda que a raça negra fosse inferior, a seleção dos tipos eugênicos de cada raça e a preponderância do componente branco no sangue do mestiço, poderia solucionar o problema da qualificação civilizatória do povo brasileiro.<sup>39</sup>

Na contramão do debate dominante até então, a década de 1930 é reconhecida pela literatura consagrada ao estudo das relações raciais, principalmente a que diz respeito ao *negro* no Brasil, como determinante para uma reviravolta no olhar que se dispensava à problemática. A partir deste período, a condenação da raça e da miscigenação transforma-se em tábua de salvação, a mistura racial passa a ser exaltada como o elemento unificador, o diferencial positivo da sociedade brasileira.

A década de 1930 marca a chegada ao Brasil, de forma sistemática, da antropologia cultural norte-americana que buscava dissociar o binômio raça/cultura. Intelectuais como Arthur Ramos (1903-1949) e Gilberto Freyre (1900-1987) foram os principais expoentes dessa redefinição; Ramos como antropólogo, cientista, preocupado com o rigor metodológico e coadunado com as mais recentes aquisições da antropologia internacional; e Freyre, o mais importante neste processo – gozando de um prestígio intelectual incontestável – figurava como o intérprete genérico da formação histórico-sociológica brasileira a partir da “tríade racial”, mas de caráter ensaístico, literário e não acadêmico.

Não há como negar que o grande paradigma da releitura da formação étnico-racial brasileira se dá com a publicação de *Casa Grande e Senzala* (1933). Para Antônio Cândido, o impacto da publicação deste livro “Foi um verdadeiro terremoto, com reações favoráveis por parte da maioria dos leitores, sobretudo os mais esclarecidos”.<sup>40</sup> Antes de *Casa Grande e Senzala*, de acordo com Cândido, a referência mais atualizada e autorizada para abordar o tema racial era *Populações Meridionais*, de Oliveira Vianna, um livro claramente mais racista.

Considerando que a publicação de *Formação do Rio Grande do Sul* (1927) é imediatamente anterior a toda essa reviravolta, causada pela publicação de *Casa Grande e Senzala* (1933), Salis Goulart tinha ainda como referência um teórico como Oliveira Vianna.

---

<sup>39</sup> GASPAR, Walter B. **Nina Rodrigues e Oliveira Vianna: Interpretações do Brasil**. FGV – DIREITO RIO, 2010-2. Disponível em: <[http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/8/82/IBRA\\_Trabalho\\_Walter\\_\\_Nina\\_Rodrigues\\_e\\_Oliveira\\_Vianna.pdf](http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/8/82/IBRA_Trabalho_Walter__Nina_Rodrigues_e_Oliveira_Vianna.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2013.

<sup>40</sup> PONTES, Heloisa. ENTREVISTA COM ANTONIO CANDIDO. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS** - VOL. 16 Nº. 47, 2001. p. 7.

É claro que, em tese, essas mesmas teorias culturalistas manejadas por Freyre estavam à disposição de qualquer intelectual contemporâneo. Porém, é preciso considerar que o corte culturalista da antropologia norte-americana era ainda muito recente e não era popular no Brasil. Gilberto Freyre teve contato com esta vertente de pensamento fora do Brasil, estudando nos Estados Unidos, sob a orientação de Franz Boas, grande sistematizador da antropologia culturalista.<sup>41</sup>

Voltando-se, em primeiro lugar, para o assunto da identidade étnica, um aspecto muito evidente quando Salis Goulart fala do perfil das raças que formaram o Rio Grande do Sul é a preocupação em afastá-lo do vizinho platino. Já chamamos atenção aqui para a validade da obra clássica de Ieda Gutfreind sobre as correntes *platinistas* e *lusitanistas* da formação sulina. No caso de Salis Goulart é evidente a preocupação em afastar, por diferentes aspectos, a formação sul-rio-grandense da formação platina. Evidentemente, interessa aqui, o argumento racial utilizado por ele.

O Rio Grande do Sul é visto como uma “babel de raças”, destacando-se a clássica tríade racial, que o autor busca em Oliveira Vianna, composta pelo “africano”, o “branco” e o “indígena”.

A estratégia seguida no livro é minimizar, de todas as formas possíveis, as raças africanas e indígenas salientando o alto índice de brancos. Nessa tarefa, mostra o Rio Grande do Sul como sociedade peculiar, reduto definitivamente brasileiro, sendo necessário, porém, marcar a diferença racial de um Rio Grande do Sul branco para um Brasil mestiço. Significativamente, este ponto é considerado pacífico e sequer merece análise no texto. O autor limita-se apenas a afirmar tal proposição, inclusive pelo fato de sua opinião estar avalizada na incontestável autoridade de Oliveira Vianna.

Desde logo chegamos à convicção de que três raças distintas se vão formar através do grande território que a clarividência lusa pode conquistar e conservar unido e forte: o extremo norte mais indígena, o centro mais africano, o extremo sul mais branco.<sup>42</sup>

Esforço maior é concentrado, como afirmamos, para mostrar as diferenças entre os povos rio-grandense e platino a partir de sua composição étnica. O ponto comparativo central com o Prata se dá, principalmente, pela exploração da diferença do percentual de indígenas, bem como de sua miscigenação com o branco, que, para Salis Goulart, marca os dois povos. O autor faz uma avaliação comparativa entre “períodos iguais” da “psicologia” de

---

<sup>41</sup> PALLARES-BURKE, M. L. G. **Gilberto Freyre**: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Editora Unesp, 2005. p. 31.

<sup>42</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 177.

“fenômenos revolucionários” nas duas sociedades que, devido à qualidade racial de seus respectivos povos, teriam assumido rumos completamente diferentes: “enquanto em 35, aqui predomina a piedade, lá se salienta a desordem perversa.”<sup>43</sup>

O autor apresenta números demográficos do Rio Grande do Sul e do Prata para o início do século XIX, onde procura minimizar a presença de *negros*, indígenas e mestiços na província brasileira e potencializar sua contribuição na região do Prata. Mais à frente voltaremos aos dados demográficos apresentados no livro, por agora basta observar que a narrativa construída a partir desses dados é deliberadamente ideológica, pois, com números muito semelhantes para os dois povos, coloca-os em posições valorativas diametralmente opostas. Enquanto no Rio Grande do Sul, predominaria a raça branca, no Prata, “sobrepõem os elementos inferiores com a profunda mestiçagem.”<sup>44</sup>

A avaliação de Salis Goulart é tão comprometida que a análise feita dos dados é incompatível e ambígua. Por exemplo, para o Vice-reinado do Prata, no início do século XIX, ora diz que havia 20% de negros, logo a frente, porém, apresenta o seguinte número: 300.000 habitantes, sendo 30.000 deles negros, ou seja, apenas 10%. Contraditoriamente à sua análise, mostra que o número de negros para o Rio Grande do Sul, no mesmo período, era de 29%.

Em relação à miscigenação com o índio, sua avaliação também é muito confusa e contraditória. Destaca que “a mescla com o elemento indígena do Rio Grande do Sul foi insignificante em comparação com o que se observa nas colônias espanholas. Se bem que essa mestiçagem fosse, até certo ponto, apreciável entre nós.”<sup>45</sup> No capítulo oito, dedicado ao “problema das raças”, admite que a miscigenação com o índio no Rio Grande do Sul foi significativa, algo que parece uma estratégia de ceder diante do quadro inegável de alta miscigenação. Possivelmente compreendia que a mistura com o índio era menos degradante do que com o *negro*.

É importante destacar que a *raça* indígena é literalmente demonizada nas páginas de Salis Goulart, pois são apresentados como naturalmente cruéis e incivilizáveis. Concorda e avaliza o juízo do sociólogo argentino Carlos Bunge para quem “a crueldade do gaúcho hispânico [se deveu] à influência do sangue indígena.”<sup>46</sup>

Carlos Octavio Bunge nasceu em Buenos Aires, em 1875, e faleceu em 1918. Descendente de imigrantes luteranos alemães pertencia à alta classe social argentina. Foi professor na Universidade de Buenos Aires e na Universidade Nacional de La Plata. A obra

<sup>43</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 104.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 105.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 102.

<sup>46</sup> GOULART, *loc. cit.*

citada por Salis Goulart é *Nuestra América: Ensayo de Psicología Social*, um ensaio de peso, composto por cinco livros, publicado em 1903. Sem dúvida é o ensaio que alcançou maior difusão dentre suas publicações. Para Rodrigo Zagni, “o objeto da obra é a política dos povos hispano-americanos e, para ele, a organização política de um povo é produto de sua psicologia, que por sua vez é composta por fatores étnicos aliados ao ambiente físico e econômico.”<sup>47</sup>

Os princípios seguidos por Bunge são oriundos das teorias racistas. Índios, negros e mestiços seriam portadoras de complicações genéticas e psíquicas. Os problemas, portanto, seriam os fatores étnicos – a mestiçagem e o hibridismo – potencializados pelo meio geográfico. Conforme Rodrigo Zagni, Bunge acreditava ter chegado aos traços típicos comuns da psicologia do índio americano: o fatalismo e a vingança, potencializados pela mistura com o elemento africano.

Em seu diagnóstico, as características gerais dos mestiços hispano-americanos, por conta da psicologia moral do *mulato* e do mestiço índio, seriam a psicologia contraditória e anômala e a falta de sentido moral. O remédio seria a homogeneização étnica e o natural desaparecimento das *raças inferiores*.<sup>48</sup>

O problema de fundo abordado neste ponto é a miscigenação. Salis Goulart atribui todos os problemas de violência e barbárie que tiveram lugar na colonização platina à influência nefasta do sangue indígena. Citando Carlos Bunge, pinta um quadro verdadeiramente sombrio dessa influência racial:

Não foi europeia, nem tampouco espanhola, a crueldade desenvolvida pela caudilhagem argentina nas lutas guerras civis que de 1820 a 1861 enodoaram a “Confederação Argentina”. [...] Ante os orientais [...] os europeus em matéria de crueldade são inocentes crianças, e mesmo os espanhóis [...] Porém nas veias da plebe hispano-americana o sangue azul dos fidalgos *godos corre de mistura com o obscuro sangue dos selvícolas*, parentes longínquos dos indo-malaios. Dir-se-ia o preclaro sangue dos heróis da conquista aliado ao sombrio sangue dos deuses de Montezuma e Atahualpa e ao vermelho arquiplebeu sangue dos escravos importados do Coromandel de Moçambique. [...] Tocando à degola na batalha, o soldado índio de melhor comportamento se transforma em verdadeiro verdugo chinês. Perturba-se e mata, não por fanatismo nem por escarmento, mas pelo prazer de matar [...] E ainda quando houve tocar o descanso, não se pode conter e continua embriagado, degolando à direita e à esquerda feridos e doentes, mulheres e crianças. Para sofreá-los, como a um potro desbocado o estrondo na pólvora, o oficial branco necessita de toda força de seus pulsos.<sup>49</sup>

<sup>47</sup> Cf. ZAGNI, Rodrigo Medina. **O labirinto da política crioula: nossas enfermidades e tratamentos segundo Carlos Bunge**. Simposio Internacional El Ensayo: hacia El bicentenario de sua paricion en Hispanoamerica. ACTAS. *Mendoza, Argentina, 4, 5 y 6 de noviembre de 2009*. Disponível em: <files.comunidades.net/forum.../200911Labirinto\_da\_politica\_criolla>. Acesso em: 18 mar. 2013.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>49</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 102 e 103.

Aqui podemos ver a construção de uma representação completamente arbitrária sobre o indígena. Temos um exemplo claro de uma violência simbólica com poder de condenar a influência do indígena sobre a formação genética e cultural desta sociedade. Ora, a partir desta ideia, constrange-se a contribuição dessa etnia, promove-se nesta sociedade uma autopercepção que repudia todas as características, símbolos, traços, heranças, que possam ligá-la a uma origem tão perversa. A representação aqui proposta é performativa, ao mesmo tempo em que propõe, já institui um padrão de referência.

Salis Goulart entende que a miscigenação tem um papel importante na formação dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade. Porém, a visão apresentada da miscigenação racial é extremamente pessimista.

Ora, não é indiferente para o estudo da psiquê de um povo a maior ou menor dose de mestiçagem que ele contém. Quando os elementos superiores existem em tão grande número como no Rio Grande do Sul, são eles, certamente, que imprimem ao ritmo da história esse cunho altamente humano que é apanágio dos povos de sentimentos cristãos. A revolução de 35 foi um movimento social produzido por uma considerável maioria branca, ao passo que os fenômenos caudilhescos do Prata foram executados por um número enorme de mestiços.<sup>50</sup>

Salis Goulart procura amparo nos clássicos da antropologia física para avaliar “a psicologia dos mestiços e sua influência social sobre a formação dos povos.”<sup>51</sup> Todo o instrumental teórico clássico das teorias racistas tem espaço garantido em sua fórmula explicativa para a formação da sociedade sul-rio-grandense. Amparado em teóricos consagrados do determinismo racial, sua avaliação da miscigenação é negativa.

Muitos autores afirmam que o mestiço é inferior a qualquer dos seus genitores. Assim, dizem que o mulato é, pelo físico e pelo intelecto, inferior ao negro e ao branco. Topinard pesou vários cérebros de brancos, de negros e de mulatos, chegando à conclusão de que o cérebro deste último é sempre menos pesado. Gobinaud e Humbolt, se por um lado julgam que o mestiço significa um progresso em relação às raças inferiores, por outro, acoimam-no de rebaixar extraordinariamente os tipos superiores.<sup>52</sup>

Seguindo o modelo padrão da determinação racial, vincula a suposta inferioridade biológica dessas raças a respectivas qualidades morais. Não existiria, também, possibilidade evolutiva física e, ainda menos, moral na mistura racial. Em sua visão, a psicologia do mestiço herda caracteres antagônicos, construindo uma “verdadeira ‘assimetria psíquica’”. Haveria no mestiço uma “justaposição de caracteres atávicos” levando-o à “instabilidade” e à

<sup>50</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 105.

<sup>51</sup> GOULART, *loc. cit.*

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 105 e 106.

“volubilidade”. Conclui à moda de Nina Rodrigues, que “são, por isso, fracos de vontade, distinguindo-se por uma insuficiência de ‘senso moral’”.<sup>53</sup>

A concepção racista das sociedades humanas tem longo curso no pensamento ocidental. O conceito de raça humana, numa “concepção científica”, surgiu no início do século XIX. Conforme Lilia Moritz Schwarcz, definir povos e nações a partir do conceito de raça tratava-se de um aspecto conservador das propostas igualitárias das revoluções burguesas. O debate que definiu a oposição das teorias racistas às concepções igualitárias da Ilustração está ligado a questões mais complexas como a própria origem da humanidade enquanto única e homogênea (monogênica) ou diversa e heterogênea (poligênica).

Duas grandes vertentes aglutinavam os diferentes autores que na época enfrentaram o desafio de pensar a origem do homem. De um lado, a visão monogenista, dominante até meados do século XIX, congregou a maior parte dos pensadores que conforme às escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una. O homem, segundo essa versão, teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto “de maior degeneração ou perfeição do Éden”. [...] a partir de meados do século XIX a hipótese poligenista transforma-se em uma alternativa plausível em vista da crescente sofisticação das ciências biológicas e sobretudo diante da contestação do dogma monogenista da Igreja. Partiam esses autores da crença na existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas.<sup>54</sup>

A concepção poligenista esteve ligada diretamente à interpretação biológica do comportamento humano. Simultaneamente surgiram *disciplinas auxiliares* como a frenologia, a craniologia e a antropometria que, a partir da medição da face, do crânio e do cérebro, procuravam fazer correlações entre o índice cefálico e a capacidade intelectual ou entre aspectos fisionômicos e características psíquicas e morais. Ao mesmo tempo, há um recrudescimento cientificista que leva à imposição dessas metodologias na antropologia. A antropologia criminal procurava respostas objetivas no tipo físico dos indivíduos através de tabelas rigorosas de medição fisionômica. Haveria uma determinação biológica para o comportamento criminoso, para a debilidade moral ou para a doença mental.

É neste período, segunda metade do século XIX, que a etnologia e a antropologia surgem como ciências do comportamento humano. De acordo com Lilia Schwarcz, essas duas disciplinas estão diretamente ligadas às concepções monogenista e poligenista da origem humana. Enquanto os estudos etnológicos estão ligados à tradição iluminista e monogenista, a antropologia é uma falsa filha, *bastarda e degenerada*, das ciências físicas e biológicas, que surgiu e se fortaleceu ao mesmo tempo que as interpretações poligenistas.

<sup>53</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 106.

<sup>54</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 48.

Em 1859, foi publicada *A origem das espécies*, estudo revolucionário e germinal de Charles Darwin, que se tornou referência obrigatória, um paradigma tanto para poligenistas como monogenistas.

De um lado, monogenistas como Quatrefage e Agassiz, satisfeitos com o suposto evolucionista da origem una da humanidade, continuaram a hierarquizar raças e povos, em função de seus diferentes níveis mentais e morais. Por outro lado, porém, cientistas poligenistas, ao mesmo tempo que admitiam a existência de ancestrais comuns na pré-história, afirmavam que as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas. *A novidade estava, dessa forma, não só no fato de as duas interpretações assumirem o modelo evolucionista como em atribuírem ao conceito de raça uma conotação bastante original, que escapa da biologia para adentrar questões de cunho político e cultural.*<sup>55</sup>[Grifo nosso]

O desdobramento do darwinismo nas sociedades humanas denominou-se “darwinismo social” ou “teoria das raças”, totalmente estranho ao seu pretense pai. Darwinistas sociais viam de forma bastante pessimista a miscigenação, pois raças humanas seriam fenômenos evolutivos acabados – ideologicamente deturpando a teoria de Darwin, para o qual não havia evolução acabada – e, portanto, com qualidades e defeitos imutáveis. Nessa perspectiva, o cruzamento de “raças puras” constituiria um resultado nefasto. O mestiço, portanto, seria uma aberração.

Em oposição à noção humanista e às conclusões das escolas etnológicas, partiam os teóricos da raça de três proposições básicas, respaldadas nos ensinamentos de uma antropologia de modelo biológico. A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma diferença encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo “racio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito, confirmando-se enquanto uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo.<sup>56</sup>

Com a transposição arbitrária e abusiva dos pressupostos da teoria darwinista, de evolução biológica e seleção das espécies, para a análise das sociedades e do comportamento humano, retoma-se uma questão política, que tem sua formulação original na obra de Aristóteles sobre a escravidão, e que propõe sua legitimidade fundada na inferioridade *natural* e não na força.

Para Aristóteles, a *família* “completa”, unidade de base da sociedade, forma-se por homens livres e escravizados. Para ele, a natureza criara as coisas diferentes, na procura da especialização, pois o melhor “instrumento” era o que serve para

<sup>55</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 55.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 58-60.

“apenas” um “mister”, e não para muitos. Essa visão expressava uma consciência, ainda que limitada e alienada, do avanço da produção social através da divisão e especialização do trabalho e de seus instrumentos. Assim, na consecução de fins comuns, seres de essência diversa complementavam-se, cada qual realizando a função para que fora criado pela natureza, na consecução do bem comum. Os mais elevados comandavam os menos perfeitos.<sup>57</sup>

Essa ideologia é requentada, agora com foros pseudo-científicos. Um dos desdobramentos do darwinismo social para a compreensão dos efeitos das teorias racistas foi a transposição dos critérios “científicos” de qualitativos físicos das *raças* para o comportamento moral dos indivíduos. Isso abriu o campo para a determinação do comportamento coletivo das *raças*, ou seja, não existiria livre arbítrio individual, possibilidade de comportamento diferenciado daquele que o respectivo “grupo racial” determinou.

Nesse caso a condenação moral e social de uma sociedade, pela qualidade das raças que a compõem, forjou a hierarquização interna dessas mesmas sociedades, onde “raças puras”, “superiores”, deveriam guiar as “raças inferiores” e mestiças. Em sociedades colonizadas e profundamente plurirraciais, como o Brasil e o Rio Grande do Sul, esse tipo de violência simbólica extrapolava o campo teórico abstrato, servindo como instrumento de organização e controle social.

Conforme mostramos, a concepção pseudo-científica de Salis Goulart sobre a mistura racial é radicalmente negativista, mas é importante destacar, por outro lado, e de forma paradoxal, que seu livro é politicamente *otimista* – no sentido conservador e na esteira da ideologia do branqueamento – diante do fenômeno racial no Rio Grande do Sul. Este otimismo é fruto da própria natureza do livro, que é, antes de tudo, uma obra política que procura pintar um quadro positivo da sociedade sul-rio-grandense. Salis Goulart representa o tipo de intelectual que Norberto Bobbio chama de ideólogo.

Este aspecto político leva o autor a marcar várias posições contraditórias sobre o fenômeno racial. Suas concepções científicas parecem ser mais pessimistas/condenatórias do que suas expressões políticas a respeito do “problema das raças” no Rio Grande do Sul. Por exemplo, mesmo depois de ter deixado claro o dano moral irreversível que a “obra nefasta do cruzamento das raças” de “psicologias antagônicas” causa para a formação de uma sociedade, afirma, de forma otimista – em sua concepção racista – com o depuramento racial, que:

---

<sup>57</sup> MAESTRI, Mário. **História Sumária do Racismo no Brasil (Primeira Parte)**. Mário Maestri - Publicado em Novembro 2010. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/8582-historia-sumaria-do-racismo-no-brasil-primeira-parte.html>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

Não há como negar, entretanto, a vantagem que teve o Rio Grande do Sul, relativamente ao fato de ser sempre aqui o coeficiente branco maior do que o negro ou índio. Isso contribuiu para que os aspectos da nossa História se tenham desenvolvido com aquela fisionomia, podemos dizer européia, cheia de humanismo, de generosidade, de probidade [...] Por esse motivo os elementos superiores puderam sempre guiar para o bem os inferiores, evitando que estes se desmandassem, enquadrando-os dentro de objetivos perfeitamente sociais. Os últimos foram vencidos, não só sob o aspecto social, como sob o antropológico.<sup>58</sup>

Essa passagem explicita uma flagrante violência simbólica para com as designadas “raças inferiores” (negros e índios), contra as quais defende o controle e a dominação, tanto sob o aspecto social, quanto sob o aspecto antropológico. Essa dominação, entretanto é furtivamente legitimada, pois o autor utiliza-se de uma estratégia persuasiva para que o leitor concorde com o que propõe: se o coeficiente branco representa o humanismo, a generosidade, a probidade, é justo, e todos concordarão, que ele domine o coeficiente não branco. Mais do que isso, o coeficiente branco exerce um papel quase heroico de evitar que as “raças inferiores” se desmandem – pois o desmande é o primeiro passo para a instituição do caos. O problema é que essa ideia é uma construção representativa que não corresponde à objetividade histórica. Conforme já afirmamos em outras partes desse texto, é um discurso performativo, que propõe e ao mesmo tempo afirma uma representação, uma classificação.

Outro aspecto político da avaliação da composição étnica do Rio Grande do Sul fica claro a partir dos números demográficos apresentados e da avaliação que faz deles. O historiador é um agente social que traz consigo todo um sistema de valores, de preferências e classificações, não podemos dizer que o autor manipula os dados, mas é na interpretação deles que sua ideologia se expressa. Isso não significa necessariamente falta de valor científico de uma obra nas ciências humanas.<sup>59</sup>

Neste caso, o autor admite, de maneira contraditória com a avaliação pessimista que faz da miscigenação com o indígena no Prata, que a mescla com o indígena no Rio Grande do Sul “não foi tão pequena ao nosso ver.” Destaca que, “o que surpreendentemente distingue o tipo étnico que se está formando em nosso Estado, é este notável contingente de raça branca, fundida com menor coeficiente de sangue indígena e africano.”<sup>60</sup> Para ele, o regime de trabalho pastoril convergiu com a “natureza indolente” do indígena, possibilitando sua “solidariedade com os dominadores.”<sup>61</sup> A mesma condescendência não há para com a importância do africano e a sua miscigenação com o branco: “insignificante foi o contingente

<sup>58</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 107.

<sup>59</sup> LÖWY, Michel. **Ideologia e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 1998. p. 95-112.

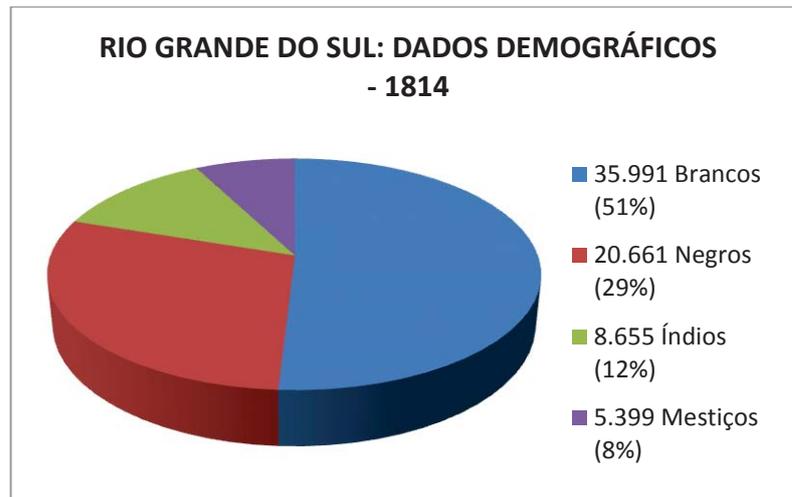
<sup>60</sup> GOULART, *op. cit.*, p. 177.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 178.

negro que para aqui veio em comparação com o de outras regiões do Brasil. O que até certo ponto explica a facilidade com que se registrou a abolição dos escravos entre nós.”<sup>62</sup>

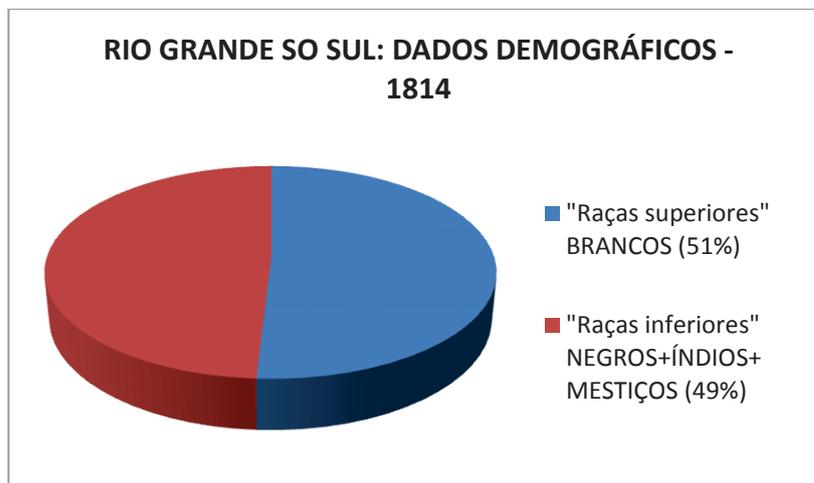
Salis Goulart apresenta números demográficos da primeira metade do século XIX, época de consolidação da escravidão no Rio Grande do Sul. Vejamos nos gráficos abaixo os números apresentados pelo autor, em dois períodos distintos, 1814 e 1835.

**Figura 1 - GRÁFICO 1**



Fonte: Gráfico Elaborado Pelo Autor

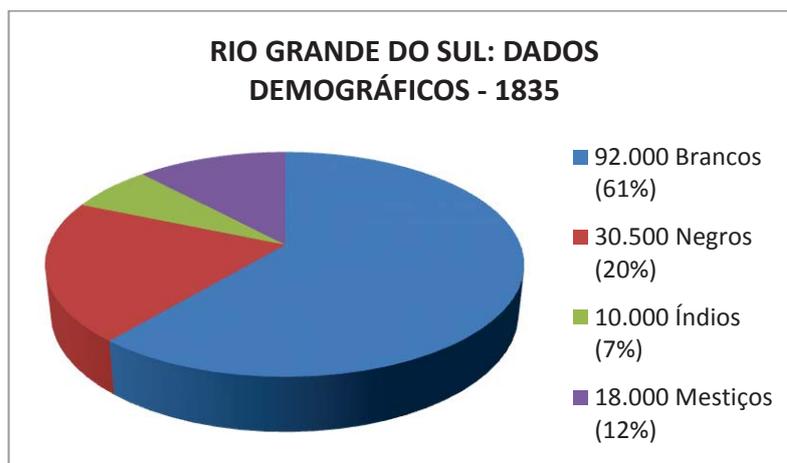
**Figura 2 - GRÁFICO 2**



Fonte: Gráfico Elaborado Pelo Autor

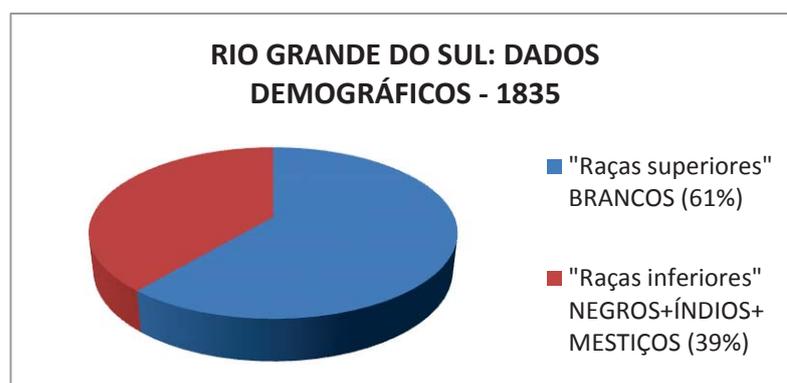
<sup>62</sup>GOULART, 1985 [1927], p. 179.

Figura 3 - GRÁFICO 3



Fonte: Gráfico Elaborado Pelo Autor

Figura 4 - GRÁFICO 4



Fonte: Gráfico Elaborado Pelo Autor

Conforme é possível observar nesses números, eles contrariam a argumentação apresentada por Salis Goulart de que o coeficiente de negros no Rio Grande do Sul era insignificante. A partir dos dados de 1814, nos dois primeiros gráficos, não se pode considerar que 29% de negros seja um número desprezível. Além disso, para o mesmo ano, se somarmos negros, índios e mestiços, ou seja, o conjunto de “raças inferiores”, elas somam a metade da população!

A mesma avaliação pode ser feita para os números de 1835. É claro que, proporcionalmente, aumentou o contingente de brancos, mas é necessário considerar que, a partir de 1820, o Rio Grande do Sul começa a receber o influxo da imigração alemã. Portanto, o distanciamento percentual dos brancos não se deveu, como quer fazer crer o autor em sua narrativa, ao puro crescimento vegetativo da *raça* branca, por melhor aptidão, diante de “raças inferiores” condenadas à dominação, ao controle e à extinção. Além disso, é importante

notarmos que, do segundo para o primeiro período, houve aumento considerável do número de mestiços, saltando de 7% para 12%.

O ideal do branqueamento parece ser a linha projetada por Salis Goulart para o futuro do Rio Grande do Sul. Após apresentar os dados demográficos do século XIX, faz uma análise da situação contemporânea: “[...] o sangue negro bem depressa desaparece confundido no sangue branco, pois que atualmente se calcula em 85% da população total o coeficiente ariano.”<sup>63</sup>

Um dos desdobramentos do darwinismo social diz respeito ao ideal político de controle, ou mesmo eliminação, das “raças inferiores”, denominado eugenia. Conforme Lilia Schwarcz, a ideia da depuração genética teve na eugenia um verdadeiro movimento pseudo-científico, a partir da década de 1880. Era preciso controlar as “raças inferiores” e proibir casamentos inter-raciais, proporcionando o aprimoramento da população, uma concepção que veio com o imperialismo europeu e foi seguido na América Latina e na África. O problema da eugenia era seu caráter incompatível com a própria teoria evolucionista.

Com efeito, punha-se por terra a hipótese evolucionista, que acreditava que a humanidade estava fadada à civilização, sendo que o termo degeneração tomava aos poucos o lugar antes ocupado pelo conceito de evolução [...] Para os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória.<sup>64</sup>

Esse darwinismo social eugenista era, portanto, contrário à concepção evolucionista de miscigenação. Acabou por subverter a teoria original de Darwin, visto que não identificava capacidade evolutiva, mas sim degenerativa na raça humana.

Olhando bem, um aspecto dessa afirmação de Salis Goulart de que, em virtude da mistura, o sangue negro, bem depressa, desaparecerá confundido no sangue branco, chama a atenção: a concepção favorável à mistura racial, ou seja, o fato de que poderia haver um processo depurativo para o padrão branco no cruzamento racial. Essa percepção reforça nossa tese de que as posições de Salis Goulart são profundamente ideológicas e pouco rígidas teoricamente. Ora sua visão da miscigenação é pessimista, darwinista-social, vendo raças como fenômenos evolutivos prontos e de combinações incompatíveis. Ora é otimista, acreditando na possibilidade de melhoria genética através do cruzamento racial. Assim, avalia que, no Rio Grande do Sul, diante da realidade incontestável da miscigenação, o cenário racial é positivo e rumará para uma sociedade branca, “pelo afluxo sempre maior e cada vez mais

---

<sup>63</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 180.

<sup>64</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 61.

crecente do sangue europeu, os mestiços tenderam e hão de tender sempre no Rio Grande do Sul a retornar, pelo fenômeno de regressão atávica ao tipo branco.”<sup>65</sup>

É possível compreender esta contradição de Salis Goulart remetendo essa opinião à sua influência por Oliveira Vianna. Com efeito, apesar de seu racismo, esse intelectual possuía uma concepção da miscigenação adaptada à realidade brasileira. Não via a mistura racial nos moldes duros do darwinismo social clássico e, portanto, não encarava do ponto de vista da degeneração e sim da melhoria genética. Em *Populações Meridionais do Brasil*, publicado em 1920, Oliveira Vianna apresenta a seguinte visão do *mulato*:

Em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro de tipo inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País. São aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca. Caprichos de fisiologia, retornos atávicos, em cooperação com certas leis antropológicas, agindo de um modo favorável, geram esses mestiços de escol. Produtos diretos do cruzamento de branco com negro, herdando, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo, somáticos da raça nobre.<sup>66</sup>

Nessa ideia da eugenia de Oliveira Vianna, os indivíduos de características mais eugênicas poderiam sobrepujar o sangue inferior. Esse processo estaria ligado a uma preponderância do componente branco na mestiçagem. Isso se deveria ao fato de que mesmo os indivíduos mais eugênicos das raças indígena e negra não seriam equiparáveis ao exemplar da eugenia branca. Para ele a organização do Estado estava intrinsecamente ligada ao caráter de seus componentes, portanto, era necessário um embranquecimento da população para que a administração pública pudesse ser eficiente.<sup>67</sup>

O ideal de uma sociedade majoritariamente branca projetado por Salis Goulart para o Rio Grande do Sul não pode ser definido como eugenista em sua concepção clássica, já que, na eugenia, não há miscigenação, mas é um projeto de branqueamento através da miscigenação e da *melhoria* racial, acreditando que a *genética branca* sobrepujaria a *genética negra*. Se não há um projeto claro em relação a isso, há, pelo menos, a construção de uma narrativa sociológica ideológica com este fim.

<sup>65</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 180.

<sup>66</sup> VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil** / Oliveira Vianna. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. p. 170 e 171.

<sup>67</sup> GASPAR, Walter B. **Nina Rodrigues e Oliveira Vianna: Interpretações do Brasil**. FGV – DIREITO RIO, 2010. Disponível em: <[http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/8/82/IBRA\\_Trabalho\\_Walter\\_\\_Nina\\_Rodrigues\\_e\\_Oliveira\\_Vianna.pdf](http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/8/82/IBRA_Trabalho_Walter__Nina_Rodrigues_e_Oliveira_Vianna.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2014.

Para ratificar o percentual de 85% da população sul-rio-grandense “de coeficiente ariano”, Salis Goulart invoca o mais atualizado censo escolar municipal de Pelotas, que utiliza como parâmetro para o Rio Grande do Sul. Neste censo, 87,35% das crianças matriculadas nas escolas eram brancas, portanto conclui que deveria servir como índice real de projeção da população geral do estado.

No referido censo o coeficiente das crianças de cor é de 12,75. É bem possível que este último número seja mais ou menos o mesmo para a população negra e mulata de todo o Estado. Nessa estatística escolar esse último coeficiente 12 para crianças de cor subdivide-se em dois: 9 representando os mistos e 3 os pretos. Isso demonstra que o número de indivíduos de cor pronunciada é insignificante e que o processo de clarificação vai sempre em progresso.<sup>68</sup>

Obviamente não podemos crer que no Rio Grande do Sul da década de 1920 um censo escolar, onde, é evidente, *negros* e índios estavam excluídos, possa ser considerado reflexo demográfico racial fidedigno da população geral. Além disso, é explícita a leitura ideológica do autor, para o qual estava em curso no Rio Grande do Sul um ambíguo, já que não logicamente e cientificamente explicado, processo de clareamento populacional.

Linhas atrás também destacamos o resultado político das teorias raciais para hierarquizar as sociedades e o papel dos indivíduos de acordo com seus respectivos “grupos raciais”. Para o teórico racista, o mesmo grau de inferioridade física corresponderia à inferioridade moral e intelectual. Para o Rio Grande do Sul, a avaliação do cenário e o prognóstico projetado é o seguinte:

Os elementos inferiores que existem no seio do nosso povo, disciplinados pelos fatores de escol, não poderão entrar “a marcha” ascendente dos nossos grandes destinos. Antes, dirigidos e orientados para o bem, constituirão também elementos para o advento de uma grande magnífica civilização. [...] Os elementos rio-grandenses [...] mais aptos para a civilização, têm assumido sempre a direção dos demais (índios, negros) fazendo-os progredir sob uma forte e constante orientação. Os batalhões de índios que tivemos, as forças de negros e mulatos que tomaram parte em diversas pugnas difíceis da terra rio-grandense, comandados por oficiais de raça branca, são a prova mais cabal de que os elementos inferiores aqui foram conduzidos para objetivos perfeitamente sociais. Essa orientação dirigente e dominadora dos elementos eugênicos é tanto mais notável quando eles tendem a aumentar em vista das constantes imigrações, bem como decrescente diminuição das raças inferiores revelada pela estatística. [...] no Rio Grande, [...] sempre o elemento racial inferior foi dominado pelo superior, nunca sendo verificada aqui a desorganização social produzida pela indisciplina de raças de que é exemplo a amargurada república do Haiti.<sup>69</sup>

Vemos que, mais do que a eliminação física das “raças inferiores”, era preciso enquadrá-las, ideológica, política e economicamente.

<sup>68</sup> GOULART, 1985 [1927], p. 180.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 190-191.

Estamos preocupados aqui com o aspecto político da obra deste autor. Acreditamos, com Bobbio, que os intelectuais ideólogos elaboram princípios com base nos quais uma ação é justificada: “em sentido forte, a ação é legitimada pelo fato de estar conforme com os valores acolhidos como guia de ação.”<sup>70</sup> Neste sentido, os dados apresentados sobre as parcelas de cada categoria racial são lidos de acordo com seu ideal de sociedade, um ideal conservador na perspectiva de reprodução e aprimoramento das relações de poder já existentes e não na sua superação. A obra de Salis Goulart, neste ponto, é ostensivamente política, pois que o autor projeta sua análise para um ideal de sociedade. Não apenas como as relações de poder entre as diferentes *raças* são, como, também, deverão se reproduzir no futuro político, econômico e social desta sociedade.

---

<sup>70</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997. p. 73.

## UM TEMA LEGÍTIMO E URGENTE: DANTE DE LAYTANO E O RIO GRANDE DO SUL “NEGRO” E “BRASILEIRO”

Dante de Laytano foi um influente intelectual sul-rio-grandense que, com habilidade política, ocupou importantes espaços acadêmicos e institucionais e atuou na criação e estruturação dos pioneiros cursos universitários na área de história no estado do Rio Grande do Sul.

Laytano nasceu em Porto Alegre, em 23 de março de 1908, e faleceu em fevereiro de 2000. Era descendente de imigrantes italianos calabreses, portanto um indivíduo de extração popular, mas que, devido à condição de classe média urbana de sua família, teve acesso a boas escolas. Concluiu o colegial no Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, em 1925 e, em 1930, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Porto Alegre.

Nos anos 20, foi castilhista; nos anos 30, aderiu ao fascismo italiano, participando, em 1935, com outros intelectuais, de manifesto em apoio à invasão da Abissínia pelas tropas mussulinianas, defendendo o direito de espaço vital ao mundo ítalo-latino em detrimento dos sub-civilizados abissínicos. Após a invasão, Laytano recebeu medalha do governo mussuliniano, junto a outros dirigentes do movimento de apoio.<sup>1</sup> Aderiu, apoiou e locupletou-se com o Estado Novo.<sup>2</sup> Apoiou igualmente o golpe militar de 1964, quando teve papel determinante na transformação do jornal *Última Hora* para o jornal *Zero Hora*, do qual foi o primeiro diretor-presidente e que passou a apoiar o Regime militar.<sup>3</sup>

Sua trajetória intelectual foi bastante intensa, embora não tenha construído uma obra considerável em termos de rigor analítico e literário, produziu estudos que lhe garantiram espaços privilegiados no cenário intelectual sul-rio-grandense conservador da época. Foi juiz distrital de Torres e Sobradinho. Ocupou o cargo de promotor público em Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Santa Cruz e Quaraí. Exerceu a função de consultor jurídico da Secretaria da Agricultura em Porto Alegre, foi sucessivamente chefe de Gabinete da Secretaria de

---

<sup>1</sup> Cf. MARQUES, Alexandre Kohalrauch. **A Questão Ítalo-Abssínia**: Os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS. Porto Alegre, 2008.

<sup>2</sup> Cf. IHU On-Line. **Era Lula e Era Vargas**: algo a ver? Entrevista especial com René E. Gertz. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10882-era-lula-e-era-vargas-algo-a-ver-entrevista-especial-com-rene-e-gertz>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

<sup>3</sup> Cf. BUENO, Carolina, PIMENTEL, Gabriela e BOCHI, Daiane. **ZH surge durante ditadura**. In: Jornal impresso do curso de Jornalismo do Centro Universitário Metodista IPA, Ano 1, Edição 2, Julho de 2006.

Educação e Cultura, diretor do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Excetuando-se alguns cargos administrativos que ocupou, além de breve carreira na magistratura, foi na carreira acadêmica que Laytano mais atuou e se destacou. Na década de 1940, sua atuação seria muito importante na criação e estruturação dos cursos de História da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Em 1952, quando essa universidade já era federalizada, Laytano foi nomeado catedrático na instituição.

Laytano também sempre teve muita esperteza política para galgar espaços de evidência no cenário político e intelectual local. Seu sobrenome verdadeiro não possuía a letra “y” e sim a letra “i”, a substituição teria sido uma estratégia para ocultar a descendência italiana e “espanholizar” sua origem.

Enquanto intelectual ideólogo das classes dominantes sul-rio-grandenses, a obra de Laytano é bastante diversa e, ao mesmo tempo, estratégica na abordagem temática: nesse processo, abordou diversos temas, com maior e menor repercussão, entre eles, o negro, influenciado e procurando repetir o sucesso de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. Como parâmetro comparativo, podemos ver a distribuição quantitativa e cronológica do tema do *negro* no conjunto de sua obra. Começou publicando literatura, como os livros de poesia *Uma mulher e outras fatalidades*, de 1931, e *Colecionadores de emoções*, de 1934.

A incursão pela História foi durante sua atividade enquanto promotor na cidade de Rio Pardo, a partir de 1930, quando decidiu escrever um livro sobre a história do município, pois suas funções como promotor facilitavam o acesso às fontes. Em 1932, publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), *Monumentos históricos e artísticos de Rio Pardo*. Em 1935, publicou *História da República Rio-Grandense*, por ele mesmo considerado uma obra central em sua trajetória – seu redirecionamento – tendo, a partir daí, se apresentado sempre como historiador.<sup>4</sup>

Em 1936, Laytano publicou, na Revista do IHGRS, *Os africanismos do Dialeto Gaúcho*, onde se propôs a analisar uma antropologia filológica do linguajar *gaúcho*, vendo como os termos de origem africana contribuíram na formação do linguajar típico do Rio Grande do Sul. Essa foi sua primeira publicação dedicada exclusivamente ao estudo do *negro*, a partir daí a preocupação com a história do *negro* no Rio Grande do Sul assumiu lugar importantíssimo em sua obra. Segundo ele próprio, depois de Revolução Farroupilha, a

---

<sup>4</sup> Cf. FLORES, Moacyr. **Nos Caminhos da História com Dante de Laytano**. In: Estudos Ibero-Americanos / pós-graduação de História, PUCRS, v. XXI, n. 1 – 160, julho, 1995. p. 109-117.

temática do negro foi seu maior *corpus* de interesse científico.<sup>5</sup> Em 1937, também pela Revista do IHGRS, publicou o artigo *O negro e o espírito guerreiro nas origens do Rio Grande do Sul*.

Durante as décadas seguintes, 1940, 1950, principalmente, continuou a publicar uma série de estudos com a mesma preocupação, evidenciar a contribuição do negro para a constituição histórica e cultural do Rio Grande do Sul. Em 1945, publicou um importante estudo, *As Congadas do município de Osório*, no qual fazia uma análise abrangente do papel da festa das congadas na formação histórica da Conceição do Arroio (nome da freguesia que deu origem ao atual município de Osório). O trabalho tem preocupação fortemente antropológica, procurando demonstrar a composição da festa religiosa, enfatizando aspectos como a formação dos desfiles, as expressões ritualísticas, a composição étnica dos ternos, sua origem, a riqueza dos detalhes simbólicos – cores, roupas, instrumentos, cantos.

Em 1948, publicou *República do Haiti - impressões de uma viagem ao país de negros franceses*, um exercício de análise etnológica da viagem que fez ao Haiti. Na década de 1950, publicou dois estudos importantes sobre a estância, *Fazenda de criação de gado*, de 1950, e *A estância gaúcha: documentário da vida rural*, de 1952, mas não dedicou atenção aos aspectos estruturais de sua formação – as relações de trabalho, sua importância econômica, social e política. Desde 1948, Laytano ocupava o cargo de presidente estadual da CNFL (Comissão Nacional de Folclore). A preocupação de seus estudos eram eminentemente folcloristas, coligindo fatos folclóricos para sua preservação. É com essa intenção que aborda a análise das estâncias nesses dois estudos.

O trabalho *A Igreja e os Orixás* foi resultado de uma pesquisa realizada por Laytano entre 1953 e 1960. Nesse estudo, analisou o batuque, em Porto Alegre, como uma expressão local da diversidade e da capacidade de adaptação das religiões africanas à fé católica, mostrando a cultura sul-rio-grandense profundamente sincretizada entre a cultura europeia e a cultura africana.

Em 1957, Laytano publicou *O negro no Rio Grande do Sul*, nos Anais do Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos. Este trabalho é importantíssimo para a historiografia sulina, pois representou, até aquele momento, a mais completa síntese sobre a contribuição do africano e do afrodescendente cativos à história do Rio Grande do Sul.

Neste estudo reuniu os mapas estatísticos referentes à população rio-grandense, procurando demonstrar e documentar a presença do *negro* desde sua formação em meados do

---

<sup>5</sup> FLORES, 1995, p. 110.

século XVIII. Também apresentou uma interpretação da importância econômica do ‘*negro*’, suas condições de trabalho, sua atuação militar ao lado do senhor branco, aspectos de sua cultura e a visão que os viajantes europeus registraram de sua presença e interação social na sociedade escravocrata sul-rio-grandense.

Nas décadas seguintes continuou publicando e variando a gama de assuntos de interesse, desde a imigração japonesa e italiana para o Rio Grande do Sul até as peculiaridades culinária local, em *A cozinha gaúcha na história do Rio Grande do Sul*, publicado em 1981.

De maneira um tanto arbitrária, pois Laytano publica até a década de 1980, podemos enquadrar o “cerne” de seu pensamento e sua pesquisa no período que vai de 1930 a 1960. A partir de 1930, passa a pesquisar história, realiza suas primeiras publicações e é admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). No início da década de 1960 exonera-se das atividades que desenvolvia como diretor do museu Júlio de Castilhos, anexo ao Arquivo Histórico, onde desenvolvia suas pesquisas, principalmente sobre folclore.

Dante de Laytano foi um pioneiro ao estudar a contribuição do *negro* na formação da sociedade sulina. Foi um dos primeiros a contradizer a mitificação da insignificância do trabalhador escravizado no Rio Grande do Sul, procurando apresentar documentos e registros que acabaram por se mostrar consideráveis.

Laytano, todavia, está, entre outros intelectuais seus contemporâneos, no centro da questão mais polêmica da historiografia do *negro* no Rio Grande do Sul. Referimo-nos à representação edulcorada da sociedade escravocrata sul-rio-grandense, adaptando a ela o chamado mito da democracia racial brasileira. Esse historiador, ao resgatar a significância do trabalhador negro escravizado e seus descendentes, construiu uma visão amenizadora da exploração e conciliadora dos conflitos, procurando demonstrar as relações de poder na sociedade escravocrata marcadas por um espírito humanitário e democrático do branco proprietário e uma condição conformada e passiva do cativo negro.

Essa abertura levou-nos a atentar para a obra de Dante de Laytano a partir da principal referência, seu contemporâneo, em “assuntos do negro brasileiro”, Gilberto Freyre. Conforme pontuamos no capítulo anterior, a partir da década de 1930, Freyre tem posição paradigmática em relação a uma reviravolta nas representações que se tinham do *negro* no Brasil. Esse intelectual reconstrói a concepção *científica* sobre o *negro* e a *miscigenação*, além de incluí-lo na própria composição da identidade brasileira, ao lado do português e do indígena, em posição de inferioridade em relação ao primeiro e superioridade, em relação ao segundo.

Contudo, o resgate efetuado por Freyre está comprometido ideologicamente com um ideal de integração social e étnico-racial no Brasil. A “tríade racial” português-índio-negro tornou-se um mito fundador do “homem brasileiro” e uma relação “harmônica e equilibrada” entre esses três elementos, hierarquizados racialmente, teria predominado em relação às desavenças. Essa interpretação ficou conhecida na literatura como *mito da democracia racial*.

A principal crítica que se faz à abordagem do tema do *negro* efetuada por Dante de Laytano é quanto ao seu caráter “tradicional” e harmônico. Entretanto, é preciso perceber que essa característica faz parte da própria estratégia de abordagem, que é freyriana e assim conscientemente conservadora, conciliadora, “acrítica” e paternalmente racista. É dessa forma que a análise da abordagem de Dante de Laytano, em relação ao *negro*, demonstra que, em sua raiz, há uma maior preocupação no sentido político, ideológico e metodológico enquanto campo de estudos “necessário” e sociológico – freyriano – quanto à influência sociocultural dos negros de identificação e conciliação com o seu explorador branco.

A influência freyriana sobre o trabalho de Laytano, a respeito da importância do *negro* no Rio Grande do Sul, tem, no mínimo, dois desdobramentos. Um é o que nos propomos a seguir, que é a necessidade da articulação do regional ao nacional e da atualização da produção historiográfica sul-rio-grandense às novas tendências e às novas abordagens em voga em centros referenciais do país, à cultura popular e à valorização da diversidade étnico-cultural. A outra é a aceitação do mito da democracia racial e o esforço para demonstrar essa sociedade como exemplo perfeito de tal conciliação.

#### **4.1 Um novo olhar para a identidade étnica brasileira**

No final da década de 1920, com o lançamento do *Manifesto Regionalista*, de 1926, de Gilberto Freyre, entra em evidência no país uma renovada abordagem da questão racial. Essa tendência se aprofundou a partir da década de 1930, com o lançamento de *Casa Grande e Senzala*, em 1933, e *Sobrados e Mucambos*, em 1936, de Gilberto Freyre, além de *O Negro Brasileiro*, em 1934, e *O folclore negro no Brasil*, em 1935, de Arthur Ramos. Grosso modo, esses estudos, de cunho culturalistas, substituíram o conceito de raça pelo de cultura na análise social, mesmo mantendo-se fortemente a hierarquização racial e ao racismo na obra de Gilberto Freyre. Além disso, essa corrente teórica representava uma *inovação* em relação às antigas abordagens de cunho positivista, pautadas nas teorias científicas e evolucionistas.

Gilberto Freyre foi o intelectual brasileiro que sistematizou uma nova interpretação para a questão étnico-racial no país. Ao contrário da abordagem científica, que via o *negro*

como uma raça inferior, a partir desse momento, passou a haver sua valorização, sendo colocado como um dos pilares da formação étnico-racial e cultural brasileira e a miscigenação passou a ser defendida como uma peculiaridade positiva da “civilização brasileira”. Uma civilização que necessitava se apoiar no trabalho do negro, dirigido pelo branco-europeu. Tratava-se igualmente de retomada das antigas teses escravistas.

Desde o final do século XIX, havia uma tentativa, por parte de alguns intelectuais, como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna de pensar e explicar a formação da sociedade brasileira, que “corresponde, ao nível simbólico, a uma busca de identidade”.<sup>6</sup> É preciso relembrar, porém, conforme já citamos anteriormente, que as reflexões desses intelectuais estavam pautadas em critérios cientificistas, como meio geográfico e raça, sendo o clima tropical do Brasil e o alto índice de miscigenação vistos como fator de degradação brasileira.

Foi a partir do Movimento Modernista de 1922 que se estruturou no Brasil uma tentativa consciente de fundar uma identidade “genuinamente brasileira”. Ou seja, regatando os principais elementos da cultura nacional e tentando se contrapor à tradição intelectual do país de copiar modelos científicos e artísticos estrangeiros. Ruben Oliven comenta que a estratégia do Movimento Modernista foi, além de defender a atualização artística e cultural do Brasil em relação ao exterior, enfatizar a elaboração de uma “cultura nacional”. Recusavam o regionalismo, argumentando que para ser brasileiro se deveria antes colocar o sentimento nacional em prioridade.<sup>7</sup>

Concomitantemente ao movimento modernista paulista, surgiu, no Recife, outra tendência também preocupada em pensar a identidade brasileira. O expoente máximo desse grupo recifense era Gilberto Freyre que, em 1926, lançou o *Manifesto Regionalista* no qual manifestava sua compreensão sobre a essência da formação social brasileira. Podemos pensar o movimento nordestino em oposição ao paulista em dois pontos essenciais; o modernismo e o centralismo deste e a tradição e o regionalismo daquele. Nessas questões Gilberto Freyre é categórico:

Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonadas, tal o furor neófilo de dirigentes que, entre nós, passam por

---

<sup>6</sup> ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 37.

<sup>7</sup> Cf. OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - Nação**. Petrópolis, Vozes, 1992.

adiantados e “progressistas” pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira.<sup>8</sup>

Em outro trecho, referindo-se à dicotomia nacional-regional, depois de chamar a atenção da injustiça que seria interpretar esse regionalismo como separatista ou como bairrista, Freyre alerta.

[...] as regiões vem sendo esquecidas pelos estadistas e legisladores brasileiros, uns preocupados com os “direitos dos Estados”, outros, com as “necessidades de união nacional”, quando a preocupação máxima de todos deveria ser a de articulação interregional. Pois de regiões é que o Brasil, sociologicamente, é feito, desde os seus primeiros dias, regiões naturais a que se sobrepuseram regiões sociais.<sup>9</sup>

Gilberto Freyre, empenhado na construção de uma nova identidade para o Brasil, a partir da cultura popular e da “conciliação dos antagonismos” brasileiros – sociais, étnicos, culturais, religiosos, regionais –, passou a representar um marco nos estudos sociológicos do país por abordar a história brasileira sob o ponto de vista social e cultural, sempre em um viés conservador e racista. Tudo ao que a chamada “geração de 1870”, representada por Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, entre outros, se opunha era, agora, valorizado pelos estudos culturalistas – o *negro*, a miscigenação, a tropicalidade, as manifestações populares, o cotidiano, que já estavam presentes no *Manifesto Regionalista* e que depois foram sistematizados em *Casa Grande e Senzala*.

O projeto de construção de um modelo identitário nacional para o Brasil a partir da valorização da *cultura popular* e do *regionalismo* – frente ao “centralismo cosmopolita” – expressão de Freyre – do qual ele era o principal representante, não foi uma posição isolada. O que Gilberto Freyre defendia fazia parte de um movimento organizado justamente com esse fim, ou seja, inspirar, a partir daqueles dois elementos, “uma nova organização para o Brasil”, como chega a afirmar no *Manifesto Regionalista*.

A necessidade do Rio Grande do Sul de estar incluído nessa nacionalidade em construção se colocava como o grande debate da intelectualidade sul-rio-grandense do período. A questão da integração/autonomia do estado, por exemplo, era um tema emblemático e paradoxal. Conforme constata Ruben Oliven,

Historicamente, um tema recorrente na relação do Rio Grande do Sul com o Brasil é justamente a tensão entre autonomia e integração. A ênfase nas peculiaridades do estado e a simultânea afirmação do pertencimento dele ao Brasil se constitui num dos

<sup>8</sup> FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. Disponível em: <[http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos\\_cientificos/manifesto\\_regionalista.html](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_cientificos/manifesto_regionalista.html)>. Acesso em: 20 mai. 2008, s/p.

<sup>9</sup> *Ibid.*, s/p.

principais suportes da construção social da identidade gaúcha que é constantemente atualizada, reposta e evocada.<sup>10</sup>

#### 4.2 Valorização da cultura popular e do *tema do negro*: posição estratégica na historiografia sul-rio-grandense

O Rio Grande do Sul, historicamente, manteve uma relação peculiar em relação ao Brasil, de diferenciação e autonomia, que se expressaria em sua própria formação sócio-econômica, antropológica e histórico-cultural. No Rio Grande do Sul, até o final do século XIX, muito da produção com caráter histórico estava associada à literatura.<sup>11</sup> Foi com a entrada dos castilhistas no poder, final do século XIX e início do século XX, que surgiu um elemento novo especificamente na produção historiográfica. É o que Ieda Gutfreind chama de corrente *platina*, que defende uma aproximação histórica e cultural com o Prata, com objetivos políticos e autonomistas de diferenciação em relação a outras partes do Brasil.<sup>12</sup>

A História, enquanto disciplina, passou a uma autonomia e institucionalização, no Rio Grande do Sul, apenas na década de 1920, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), lugar no qual Ieda Gutfreind concentra sua análise, como espaço de disputas entre o que considera as duas matrizes da historiografia gaúcha, a *matriz platina* e a *matriz lusitana*. Essa última tendo sido criada a partir da própria fundação do IHGRS, cuja incumbência era evidenciar as matrizes culturais lusitana e brasileira do passado histórico sul-rio-grandense.

Letícia Nedel afirma que no episódio de sua fundação em 1920,

O Instituto Histórico aparece com a missão explícita de integrar o Rio Grande do Sul ao calendário cívico da nação, preparando a comemoração do centenário farroupilha e [mas] arquivando as teses “separatistas” predominantes ao tempo de Júlio de Castilhos.<sup>13</sup>

Nessa perspectiva, gradativamente, ocorreu o distanciamento em relação à literatura, principalmente por divergência no debate ideológico referente à questão da fronteira. Enquanto na produção literária há uma aproximação com os vizinhos platinos e um conteúdo crítico em relação à condição atual do *gaúcho*, os historiadores passam a defender o *gaúcho* como sentinela da fronteira, defensor do limite meridional do império luso. Há um projeto

<sup>10</sup> OLIVEN, 1992, p.47.

<sup>11</sup> Cf. VÉSCIO, Luiz Eugênio. 1995. **História e Literatura**: a Porto Alegre dos anos 30 a partir de “Os Ratos”. Bauru, USC.

<sup>12</sup> Cf. GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1998.

<sup>13</sup> NEDEL, Letícia B. **A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul**. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v13n1/a04v13n1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.p. 94.

nítido de evidenciar um *gaúcho* enobrecido e brasileiro de descendência lusa, diferente do seu homônimo platino.

Além do distanciamento em relação ao Prata, demonstrando as diferenças entre o “gaúcho platino” e o “gaúcho brasileiro”, a abordagem do tema Revolução Farroupilha ganhou novo ânimo. A necessidade a partir de então era de conciliar a Revolução Farroupilha e seu caráter separatista com o ideal integracionista do Rio Grande do Sul ao Brasil, afirmando que aos revolucionários não havia uma verdadeira intenção separatista. O desmembramento teria sido apenas uma maneira de o Rio Grande do Sul mostrar ao Império que tinha força e que exigia ser valorizado no conjunto da nação.<sup>14</sup>

Essa necessidade de integração tinha motivações políticas. Dentro do sistema político da República Velha, os sul-rio-grandenses estavam alijados do poder, assim

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguido com a Revolução de 1930, foi a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920.<sup>15</sup>

Entretanto, no Rio Grande do Sul, muito da produção intelectual estava vinculada a uma estratégia regionalista bastante ufanista de exaltação dos valores locais, o que valia aos *gaúchos* a alcunha de regionalistas extremados e dificultava a integração do estado. Gilberto Freyre, por exemplo, publicou no episódio de sua segunda viagem a Porto Alegre, em 1940, um artigo intitulado *Narcisismo Gaúcho*, no qual analisava justamente, embora de maneira um tanto condescendente, o extremado ufanismo dos gaúchos.

Havia a necessidade de encontrar alternativas para tirar as “letras do Rio Grande” do panorama de isolamento e desvalorização. Mais do que articular essa crítica a um preconceito contra os *gaúchos*, tentou-se encontrar explicações para tal inadequação. A principal crítica evidenciada por intelectuais como Augusto Meyer, Cyro Martins, entre outros, foi o excessivo “elitismo” da produção rio-grandense, principalmente a produção vinculada ao IHGRS. “Assim, todos concordavam que, no Rio Grande do Sul, ao contrário dos estados do Nordeste, sobrava tradição política e faltava ‘cultura popular’”.<sup>16</sup> Essa crítica foi aderida, inclusive por membros do IHGRS, como o próprio Dante de Laytano.

Dessa maneira nos parece que o problema da historiografia sul-rio-grandensenão era mais a simples questão da fronteira, ou seja, apenas uma abordagem platinista/lusitanista ou separatista/integracionista. O problema era a história elitista que se fazia nas academias do

---

<sup>14</sup> Cf. OLIVEN, 1992.

<sup>15</sup> GUTFREIND, 1998, p. 22.

<sup>16</sup> NEDEL, 2007, p. 102.

estado. O IHGRS tinha uma produção extremamente metódica, preocupada com a erudição documentária da qual acreditavam que poderiam fazer uma análise imparcial, considerando o documento como “fiel depositário da verdade”.<sup>17</sup>

O discurso do IHGRS não era equânime, ele abrigava facções com projetos distintos. Sandra Pesavento, no texto *Historiografia e Ideologia* do Livro *RS: Cultura e ideologia*, fez uma análise das tendências da historiografia sul-rio-grandense. Nela destacou, por exemplo, a característica político-partidária, havendo uma clara distinção no posicionamento desses intelectuais entre republicanos e liberais. Entretanto, para a autora, além das diferenças político-partidárias estava o compromisso ideológico de manter um discurso legitimador da hegemonia da classe dominante, assim “Os trabalhos historiográficos em ambas as facções políticas seguem a mesma orientação da classe dominante. Não há produção historiográfica de contestação do domínio dessa classe.”<sup>18</sup>

Na sua defesa da formação lusitana sul-rio-grandense, o que já representava um bom passo de aproximação com a nação brasileira, “os historiadores do IHGRS continuavam zelando pela frondosa árvore genealógica que ligava seus heróis farroupilhas e republicanos às elites do Império.”<sup>19</sup> Dessa forma, eles continuavam legitimando a hegemonia da oligarquia e de outros grupos da elite em detrimento dos subalternizados, cuja presença no território sulino chega a ser negada. Tudo isso no Rio Grande do Sul, enquanto “no centro e em outras regiões do país os estudos sobre o folclore e a cultura afro-brasileira passavam a ser valorizados”.<sup>20</sup>

Essa característica conservadora da historiografia sul-rio-grandense estava em descompasso com outras regiões do país onde os debates se renovavam em função de novas conjunturas políticas. Entrou em evidência um amplo projeto de repensar a sociedade brasileira, forjando uma identidade que desse conta de sua formação diversa. A cultura popular e os elementos folclóricos foram privilegiados em relação a uma história política e tradicional.

Ora, se em outros nichos intelectuais do país a história *tradicional*, política e militar enfrentava um grau de contestação à sua legitimidade e a história elitista e europeizada perdia terreno para a cultura popular, enquanto surgia a preocupação com a cultura afro-brasileira, no

---

<sup>17</sup> Cf. NEDEL, Letícia B. & RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Historiografia, crítica e autocrítica:** itinerários da História no Rio Grande do Sul. In: *Agora/Universidade de Santa Cruz do Sul*, Departamento de História e Geografia – vol. 11, n. 1, 2005, p. 161 – 186.

<sup>18</sup> PESAVENTO, Sandra. *História e Ideologia*. In: José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.p. 83.

<sup>19</sup> NEDEL, 2007, p.103.

<sup>20</sup> NEDEL, *loc. cit.*

Rio Grande do Sul, as narrativas tradicionais encontravam-se, no mínimo, em uma situação de descompasso em relação ao país.

Além disso, havia o velho problema de historicamente o estado sulino manter uma relação contraditória com outras partes do Brasil.<sup>21</sup> Com a Revolução de 1930, aqueles que pertenciam ao grupo político de Getúlio Vargas sentiram-se, finalmente, representados no poder central. A partir daí, numa outra conjuntura política, essa relação tinha que mudar de termos. Agora, ao invés de o Rio Grande do Sul autônomo, brasileiro por opção, diferente do Brasil lusitano e africano, a receita a se buscar era mais moderada e conciliadora. O Rio Grande do Sul tinha que se mostrar brasileiro a todo o custo e essa brasilidade deveria ser provada na sua própria formação histórica e antropológica, para ser legítima e genuína.

O IHGRS, desde o início da década de 1920, já trabalhava a tese da formação lusitana do Rio Grande do Sul, que, se não era um problema já resolvido da historiografia sul-rio-grandense, era, ao menos, um debate com enorme legitimidade entre a intelectualidade do período.

Os temas privilegiados pelos historiadores sul-rio-grandenses e as abordagens por eles efetuadas, entretanto, continuavam fieis aos preceitos da história tradicional – factual, cronológica, política, privilegiando os grandes acontecimentos e a tradição político-militar do Rio Grande do Sul, bem como sua peculiaridade racial branca, em relação ao Brasil mestiço.

O estudo do *negro* e da cultura afro-brasileira, no período, constituía-se um vazio. A preocupação estava articulada ao estudo da formação histórica do Rio Grande do Sul, evidenciando seu passado político através da ação de uma elite branca. Para Ieda Gutfreind, a grande maioria dos historiadores no Rio Grande do Sul pouca ou nenhuma importância deu ao negro, “pois o verdadeiro objetivo da historiografia contemporânea gaúcha foi substantivar uma história sul-rio-grandense desde o início vinculada a Portugal e ao restante do Brasil, excluindo o papel do negro em sua formação”.<sup>22</sup>

Como aponta Letícia Nedel, o resultado da produção peculiar dos intelectuais sul-rio-grandenses – que lhes identificava como regionalistas extremados – acabou por isolar o Rio Grande do Sul das discussões em voga em centros intelectuais referenciais do país. Muitos intelectuais aceitavam a crítica, como Dante de Laytano e Moysés Velinho que afirmavam a importância de atentar para as deficiências da produção intelectual local que eram apontadas por estudiosos “de fora”, mas não eram levadas em conta pelos escritores sul-rio-grandenses.

---

<sup>21</sup> OLIVEN, 1992, p. 47.

<sup>22</sup> GUTFREIND, Ieda. **O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico.** "Estudos Ibero-Americanos", Porto Alegre, 16 (1-2), 1990. p. 181.

O problema que se colocava então não era tanto o da permanência da temática regional em si, mas o das formas de trabalhá-la — ou, mais precisamente, o dos critérios de autenticidade mobilizados nesse trabalho. [...] Mergulhar no passado buscando um gaúcho “visto de baixo” parecia a uma parcela dos autores um meio eficaz de recuperar tanto a dignidade do personagem-chave de suas criações, quanto a reputação intelectual dos encarregados de reerguer a produção cultural do Rio Grande. [...] Para este autor [Cyro Martins], a atitude a ser assumida em prol dessa renovação já se oferecia há tempos por Gilberto Freyre, que no prefácio à *Região e tradição* tinha deixado uma “norma de investigação”.<sup>23</sup>

O sucesso que o trabalho de Gilberto Freyre alcançou a partir da publicação de *Casa Grande e Senzala* repercutiu profundamente na pesquisa sociológica brasileira, até ali muito incipiente. Freyre dava uma nova receita para análise social desprezando a história política e militar em prol de uma história das pequenas coisas, das peculiaridades sócio-culturais, quase uma história social do cotidiano.

Enquanto, no Brasil, os estudos culturalistas se legitimavam ganhando terreno e a valorização do folclore, da cultura popular e da cultura afro-brasileira colocavam-se na ordem do dia, o Rio Grande do Sul continuava em descompasso na tarefa de demonstração de seu caráter brasileiro. Para recuperar esse atraso,

Há no período uma grande quantidade de ensaios de história e de folclore que se vale da tradição oral para seguir expressamente as recomendações do autor pernambucano. [...] Mais do que a construção política do Estado, lhes interessava recuperar o processo coletivo de gestação, pelo *povo*, da *nação*, que deveria ser retraduzida em escala local. Mesmo sem propor grandes rupturas epistemológicas com a historiografia inspirada na tríade taineana do meio-raça e momento, essa espécie de “história social” desafiava os limites estreitos da crônica política baseada na vida e na obra de mandatários do Estado. Ela reabilitava, além disso, a validade de fontes não-oficiais, até ali preteridas pelos historiadores em favor da documentação diplomática.<sup>24</sup>

A maneira de recuperar o atraso não era outra se não readequar a historiografia sul-riograndense a essa nova perspectiva, embora a predisposição para a renovação teórica e metodológica não fosse ainda uma unanimidade entre esses intelectuais. Coube a alguns essa tarefa, como Dante de Laytano, intelectual atento e interessado no intercâmbio científico com o universo “extra-gaúcho” e em não compactuar com o isolamento e o provincianismo do estado.

---

<sup>23</sup> NEDEL, 2007, p. 103 e 104.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 104.

### 4.3 “O afro-gauchismo não se afasta do complexo do afro-brasileirismo”

Vinculamos um dos vieses da influência de Gilberto Freyre nos trabalhos de Dante de Laytano sobre o negro sul-rio-grandense, à perspectiva política de sua obra. Consideramos que o processo de direcionamento de Laytano para o tema da cultura popular e, nessa *démarche*, para o papel do *negro* na formação sulina, está associado a uma estratégia política de aproximar a identidade sul-rio-grandense da identidade brasileira.

Para isso, os “princípios meio” a utilizar eram a reelaboração da concepção identitária do Rio Grande do Sul – abandonando a soberba eugênica – e metodológica na historiografia – abandonando sua tradição oficiosa, política e factual. Com efeito, podemos pensar a obra de Laytano de acordo com os tipos de intelectuais de Norberto Bobbio. Embora parte de seu trabalho não tenha uma intencionalidade política e seja, simplesmente, incipiente e folclorizador da cultura negro-africana, percebemos, também, uma argumentação ideológica em suas análises do tema, já que procura abordá-lo de forma controlada, conservadora, consensual. Ao mesmo tempo, outro âmbito ideológico de seu discurso se desdobra perante seus próprios pares, procurando cooptá-los para esta nova e necessária tarefa científica.

Porém, como qualquer conceito, a identificação de Laytano como intelectual ideólogo, apenas, não parece contemplar toda a complexidade política de sua obra. Acreditamos que ele possui também uma atuação de intelectual experto, já que vai a campo, “põe a mão na massa” e procura, ele próprio, mostrar a viabilidade de uma nova identidade étnico-histórica para o Rio Grande do Sul. Não há incoerência neste processo, aliás, ele apenas valoriza a utilidade do conceito, pois, conforme Bobbio,

[...] a realidade social é mais complexa do que as categorias que empregamos para dominá-la mentalmente: não há ideólogo que não peça socorro a conhecimentos técnicos para elaborar seus princípios, não há experto que não deva ter alguma ideia dos fins para dar algum sentido às suas análises.<sup>25</sup>

Todo o trabalho histórico se articula a um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, o que definimos aqui através do conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu. Uma determinada situação social tem o poder de interferência no modo de trabalhar e no próprio discurso do historiador, seria simplista uma análise que não levasse em conta tal perspectiva. Dentro dessa estrutura social se inscrevem códigos de compromissos políticos, de classe e ideológicos. Além disso, destaca-se o papel do intelectual como agente de ideias políticas que

<sup>25</sup> BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997. p. 119.

influem na sociedade. A ação do pesquisador, do produtor de conhecimento, deve ter um papel destacado dentro da paisagem ideológica.

Considerar isso é respeito ao contexto histórico, onde o conhecimento histórico está sendo produzido. É dar atenção ao *habitus* formador dos valores e das preferências e a partir dos quais o intelectual age conforme o “sentido do jogo”.<sup>26</sup> O olhar da obra de Dante de Laytano, munido desses parâmetros críticos, evidencia, como um de seus desdobramentos, o que aqui chamamos de uma abertura político-ideológica.

Procuramos demonstrar anteriormente o surgimento de novas tendências no ambiente intelectual brasileiro a partir da década de 1920, quando entra em evidência a valorização da cultura popular e, com Gilberto Freyre, principalmente, há uma revisão na concepção pejorativa que se tinha de temas cruciais da formação brasileira, como é o caso da miscigenação. Elementos que até então eram renegados passaram a ser usados na construção da identidade brasileira e valorizados como o que havia de mais genuíno em nossa gênese.

O Rio Grande do Sul, como apresentamos também, desde a década de 1920, demonstrava-se preocupado em participar dessa identidade em construção, evidenciando que o que compunha o Brasil também compunha o estado. A História, principalmente a partir da fundação do IHGRS, passou a ser uma ferramenta política importante nesse sentido, embora, diante daquele panorama em renovação de abordagens temáticas e metodológicas que se colocavam em ascendência em outras partes do país, o Rio Grande do Sul ainda encontrava-se bastante atrasado.

Vários intelectuais sul-rio-grandenses estavam preocupados com essa questão e Dante de Laytano não teve uma posição diferente diante dos debates em torno de uma renovação do *métier* historiográfico sul-rio-grandense. Facilmente constatamos a preocupação de Laytano em renovar o aparato teórico-metodológico da história produzida no Rio Grande do Sul. Na historiografia do *negro* assumiu condição pioneira, num momento em que outros historiadores locais, mesmo os mais prestigiados, ignoravam solenemente essa questão.

Moacyr Flores, para o qual Laytano assume uma posição precursora no estudo do “negro sul-rio-grandense”, escreveu:

Um dia Dante me contou fazia uma palestra sobre o negro no Rio Grande do Sul, quando foi interrompido por Moysés Vellinho, contestando que não havia influência do negro no Estado. Dante sorriu e respondeu com sua verve: “[...] quer dizer então que o Negrinho do Pastoreio é alemão?”<sup>27</sup>

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas / Pierre Bourdieu**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 23.

<sup>27</sup> FLORES, Moacyr. **Historiografia de Dante de Laytano**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXVI, n° 1 p. 7-22, junho 2000.p. 22.

A preocupação com o isolamento e o conservadorismo erudito dos intelectuais sul-riograndenses é que levou Laytano a procurar um intercâmbio com pesquisadores e estudiosos “de fora da província”, o que julgava essencial para uma análise crítica da produção local.

Dante de Laytano, desde seus primeiros trabalhos, referencia-se em Gilberto Freyre e sempre procurou dialogar com pesquisadores do centro do país, embora nunca abandonasse sua preocupação com o regional e o popular. Inclusive aderiu ao grupo de estudiosos do folclore brasileiro na década de 1950, com influências nítidas de Gilberto Freyre, atuando destacadamente como presidente regional da Comissão de Folclore, e sempre atento ao que era valorizado na pesquisa sobre a cultura popular no nível nacional.<sup>28</sup>

Segundo Letícia Nedel,

São fartas na documentação observações como as de Dante de Laytano a respeito da superioridade dos “exames sobre as coisas do Rio Grande feitos por não riograndenes”, da sua capacidade de ver “a evolução dos acontecimentos colocando-se fora dos vícios do ambiente nativo”.<sup>29</sup>

É nesse âmbito que a influência de Freyre se desdobra, ou seja, um parâmetro crítico para a historiografia sul-riograndense.

A obra de Laytano possibilita mais de uma abordagem interpretativa. De forma geral, é fato evidenciado a influência de Freyre sobre Laytano. Há trabalhos que abordam marginalmente essa questão, como o da própria Letícia Nedel, já aqui referido. Nedel mostra que Laytano cita em sua aula inaugural do curso de filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), em 1953, cinco pontos em que, para ele, Gilberto Freyre revolucionou as abordagens sobre a cultura brasileira:

a) Renovação e impulso dos estudos dos afro-brasileiros; b) valorização da obra do colonizador português; c) difusão, entre nós, de estudos notáveis de norte-americanos e ingleses [...]; d) História das cidades brasileiras tradicionais; e) atenção e importância para os pequenos fatos sociais, os detalhes e os pormenores.<sup>30</sup>

Fazendo um acompanhamento da obra de Laytano, percebemos que a influência dos pressupostos definidos por Gilberto Freyre permeiam toda a sua produção. A fórmula dada por Freyre é nitidamente seguida por ele, que se dedica à construção da imagem do Rio Grande do Sul enquanto parte importante da cultura afro-luso-brasileira.

<sup>28</sup> Cf. VILHENA, Luis Rodolfo. S/D. **Os intelectuais regionais**. Disponível em: <<http://luisrodolfovilhena.googlepages.com/IntelectuaisregionaisRBCS.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

<sup>29</sup> NEDEL, 2007, p. 99.

<sup>30</sup> LAYTANO, *apud* NEDEL, 2007, p. 105.

A importância do trabalho de Freyre desdobra-se, além disso, para além de um modelo de interpretação das relações inter-raciais e do legado cultural africano. É um elo de ligação entre a História e as Ciências Sociais e receita de interpretação social. Laytano refere-se a Freyre como seu grande mestre, aquele que lhe chamou a atenção para a importância da esfera cultural, da cultura popular, do pulsar cotidiano da história e da necessidade de interpretá-la além da pura comprovação documental.

Laytano resume a importância de Freyre na sua inclinação à história social e culturalista como

Todo. Gilberto Freyre foi minha grande influência, eu vi que as coisas que determinam os fatos históricos não são apenas as solenes, as políticas, as administrativas ou os grandes fatores [...] os pequenos fatos, os costumes, a maneira de vestir, a maneira de conviver na época, os hábitos e os jogos também representam a história.<sup>31</sup>

Pode-se dizer que desde seus primeiros trabalhos há realmente uma preocupação com a cultura e a interpretação das relações sociais e étnico-raciais na configuração da sociedade sul-rio-grandense. Porém, apesar de sua pretensão em repetir a genialidade literária de Freyre, Laytano jamais ultrapassou a história político-institucional tradicional, lembrando, novamente, a predominância que as narrativas políticas e a história *tradicional* tinham na historiografia sul-rio-grandense.

Na esteira da valorização do âmbito cultural, conforme reivindicado por Laytano, podemos citar o livro *Os africanismos do dialeto gaúcho*, que foi seu primeiro trabalho dedicado exclusivamente à problemática da influência africana no Rio Grande do Sul. Neste texto, de 1936, logo no início, tentando compreender o sentido da incorporação de termos africanos no linguajar gauchesco, Laytano arrisca-se em uma interpretação sociológica, ou até psicológica, da inclusão do africano na formação da sociedade sul-rio-grandense. Comenta: “Os africanismos no dialeto gaúcho devem ser vistos através de uma interpretação mais desenvolvida. As condições sociais dos escravos negros nos revelam essas forças que vivamente se impuseram no panorama sul-rio-grandense.”<sup>32</sup>

A interpretação dessas “condições sociais” colocaria o africano bem à frente dos imigrantes alemães e italianos, por exemplo, já que o próprio *meio físico* (que também para Gilberto Freyre tem muita influência sobre os indivíduos) “atenuaria a psicologia do

<sup>31</sup> LAYTANO, *apud* FLORES, 1995, p. 113.

<sup>32</sup> LAYTANO, Dante de. **Os Africanismos do Dialeto Gaúcho**. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – II Trimestre do Ano XVI, Porto Alegre. 1936. p.11.

imigrante”.<sup>33</sup> Além disso, encara o trabalhador escravizado como *elemento passivo* dentro da sociedade na qual desenvolveu papel determinante, por isso calou muito mais fundo sua influência.

Os trabalhadores escravizados, como elementos passivos, foram vítimas da exploração e dos abusos dos brancos proprietários. “A luxúria portuguesa reduziu ao mínimo o pudor das escravas; os senhores e os feitores continuavam, com brilhantismo, as tradições medievais de castigos, e a falta de conforto material completava o ciclo de miséria do negro.”<sup>34</sup>

Nessa medida, dentro da sociedade sul-rio-grandense, principalmente nas estâncias – de colonização parca e maior “liberdade” do cativo – a linguagem teria representado, primeiro, um elemento de resistência cultural, depois, um componente de integração visto que o senhor branco não teria alternativa senão usar a mesma linguagem do *negro* para facilitar a comunicação.

Também em *História da República Rio-Grandense*, de 1935, Laytano dedicou uma parte especial para anotar a contribuição do cativo negro no processo revolucionário. Além da análise “tradicional” e positivista na detecção das “*causas* da revolução” – “fatores estáticos” e “fatores dinâmicos” – Laytano também atribui importância para a cultura no período. Conforme Flores, “Laytano deu um profundo enriquecimento humanístico a seu livro, quando dedicou um capítulo ao desenvolvimento cultural na Província, estudando seus poetas, oradores, pintores e imprensa local.”<sup>35</sup>

Em relação a esse livro, Dayse Barcellos também observa sua inclinação para o que chama de tese culturalista da formação rio-grandense:

Dante desenvolve ao longo de seu argumento uma tese culturalista da formação rio-grandense. Nela, ele articula elementos ambientais (geográficos), lingüísticos e históricos. Com isso avança a leitura antropológica da cultura brasileira ao sul do país, dialogando com as tendências abertas a partir da contribuição de Freyre.<sup>36</sup>

O resgate feito por Laytano é uma inclusão ideologicamente comprometida com o ideal de integração das culturas e da complementaridade racial. Além disso, como já foi aqui evidenciado, a historiografia sul-rio-grandense precisava se readequar às novas abordagens teóricas, pois havia necessidade de se atualizar perante a tendência nacional.

Essa abordagem político-ideológico comporta, diríamos, a parte mais importante da influência freyriana em Dante de Laytano, porque os outros aspectos são desdobramentos

---

<sup>33</sup> LAYTANO, 1936, p. 9.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>35</sup> FLORES, 2000, p. 12.

<sup>36</sup> BARCELLOS, Daysy M. de. **Dante de Laytano e o folclore Negro no Rio grande do Sul**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 3, nº 7 p. 252 – 275, outubro de 1997. p. 266.

desse alinhamento. Foi Freyre quem despertou o olhar de Laytano para o “problema do negro” no Rio Grande do Sul e esse despertar de interesse esteve intimamente ligado, se não a um projeto definido, porque não encontramos em sua bibliografia essa confissão, pelo menos um direcionamento para a intenção de demonstrar que no Rio Grande do Sul, como no Brasil, também haviam *negros*, miscigenação, sincretismo religioso e cultural, que isso era parte integrante da composição étnica e cultural do homem sul-rio-grandense. Para Laytano, o *negro* no Rio Grande do Sul, guardando-se as diferenças oriundas das composições regionais, não é diferente do *negro* brasileiro: “O que se pode chamar de afro-gauchismo no folclore não se afasta do complexo geral do denominado afro-brasileirismo”.<sup>37</sup>

Partindo para a demonstração de exemplos do que estamos falando, a utilização do *negro* para a demonstração da brasilidade do Rio Grande do Sul é elemento flagrante na obra de Laytano. Dayse Barcellos, estudando o trabalho de Laytano sobre o folclore, também constata a utilização da “presença do negro como fator de aproximação entre a cultura regional do sul e o país”, e cita uma passagem que demonstra essa estratégia:<sup>38</sup>

Veja-se que o folclore gaúcho, como o brasileiro, deve ao negro muitas imagens destacadas. O aferrar-se a determinado ponto de partida do folclore, também explica a posição do gaúcho. Faz questão de usar o folclore seu como coisa que não se repete no Brasil. Não exprime a verdade. O bumba-meu-boi, as congadas, quiçimbís, moçambiques, cavalhadas, pau-de-fita, etc. não são comuns no Brasil inteiro?<sup>39</sup>

A constatação da presença *negra* no Rio Grande do Sul feita por Laytano é distendida por toda a formação do território sulino. Desde os primeiros contingentes de militares que compuseram expedições de exploração do território, que até então estava virgem da presença colonizadora, já se encontravam contingentes de cativos negros. O negro escravizado estava presente nos grupos de bandeirantes paulistas que vinham para o sul caçar o gado e estavam presentes na composição dos exércitos espanhóis que de Montevidéu subiram para fazer frente aos portugueses.<sup>40</sup>

Essa demonstração da presença do *negro* na composição formadora da matriz étnica sul-rio-grandense está vinculada ao simbolismo representado pela matriz étnica brasileira em que o *negro*, juntamente com o indígena e o português, seriam a expressão genuína do brasileiro. Contudo, o menosprezo por parte dos historiadores locais em relação à contribuição do *negro*, fazia com que, além da pesquisa em si, os textos de Laytano assumis-

<sup>37</sup> LAYTANO, Dante de. **Folclore do Rio Grande do Sul**: levantamento dos costumes e tradições gaúchas. Caxias do Sul: EDUCS. 1987, p. 20.

<sup>38</sup> BARCELLOS, 1997, p. 264.

<sup>39</sup> LAYTANO *apud* BARCELLOS, 1997, p. 264.

<sup>40</sup> LAYTANO, Dante de. **História da república rio-grandense (1835-1845)**. Porto Alegre: Sulina. 1935, p. 207.

sem um caráter militante da legitimidade de se reconhecer e admitir, ao menos, a presença significativa do *negro* na composição da sociedade sul-rio-grandense.

Vejamos algumas passagens do autor acusando essa negligência por parte dos pesquisadores locais.

Gilberto Freyre, o mestre de “Casa Grande e Senzala”, e Melville Herskovits, professor da North western University, de Chicago, uma das autoridades nos Estado Unidos, em assuntos do negro, e recentemente o sociólogo francês Roger Bastide, observaram, nos nossos dias, “in-loco”, que a percentagem e influência negras no Rio Grande do Sul são bem apreciáveis, contrariando completamente o que dizem os donos da história regional. É evidente que essa influência foi menor que a da Bahia, Pernambuco, Minas e Rio, ou outras áreas circunvizinhas, mas daí ao negar-se por completo a influência negra no Rio Grande vai uma distância bem razoável.<sup>41</sup>

Como era de esperar, o Rio Grande não está aí incluído na respectiva área dos “Moçambiques” e não por culpa dos pesquisadores nacionais, mas pelos do próprio Rio Grande que se negam a admitir, com esta verdadeira mania de índio, espanhol e açoriano, a simples existência de negros entre nós.<sup>42</sup>

[...] os historiadores do Rio Grande não se detiveram no estudo do negro e os seus comentários são pequenos quase sempre ou apenas por incidência na descrição dos tipos étnicos tradicionais, pois os nossos escritores tiveram convencidos da pouca importância do negro na nossa formação [...]<sup>43</sup>

A autoridade de Gilberto Freyre é usada por Laytano para legitimar suas constatações da importância do *negro* na formação da sociedade sul-rio-grandense.

Gilberto Freyre – o ilustre sociólogo brasileiro esteve duas vezes no Rio Grande do Sul. Escreveu vários trabalhos na imprensa do país e aludiu a influência africana no nosso estado. Publicou dois notáveis ensaios: “Continente e Ilha” e “Sugestão para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul”, ambos, como se veem, estão dedicados à província de São Pedro.<sup>44</sup>

Depois de fazer menção a outros dois estudiosos que tiveram igualmente grande influência em sua obra, arremata: “As três autoridades – Gilberto Freyre, Melville J. Herskovits e Roger Bastide – atestaram a existência do negro sul-rio-grandense.”<sup>45</sup>

Para finalizar, podemos afirmar que o próprio Laytano confessa a importância que o tema relativo ao *negro*, de maneira articulada a Gilberto Freyre, assume em sua obra. Em entrevista concedida a Moacyr Flores, ele comenta que em primeiro lugar seus trabalhos abordaram o tema relativo à Revolução Farroupilha e o segundo ponto mais importante por ele considerado teria sido “estudar o negro”. Ao mesmo tempo, de forma significativa, não se

<sup>41</sup> LAYTANO, Dante de. **As Congadas do município de Osório**. Boletim de Estudos do Folclore do Rio Grande do Sul. Edição da Associação Rio-grandense de Música. 1945. p. 18.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 62.

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 89.

<sup>44</sup> LAYTANO, Dante de. **O negro no Rio Grande do Sul**. In: Anais do Primeiro Seminário de Estudos gaúchos. Porto Alegre: PUCRS, 1957. p. 88.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 89.

refere à produção! Em realidade, evacuou essa questão, que Freyre enfrentou em um sentido apologético.

Estudei o comportamento do negro no seu legado religioso, no espírito guerreiro, no vocabulário gauchesco. Estudei também algumas sobrevivências de costumes africanos, como por exemplo, a festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Escrevi uns 10 ou 15 artigos, seguindo a filosofia de Gilberto Freyre de que o negro sempre foi um injustiçado e que não era um elemento marginal como os historiadores [sul-rio-grandenses que negavam a influência negra no estado] comprometidos gostam de dizer, mas que o negro teve um papel muito importante na história do Rio Grande do Sul.<sup>46</sup>

Quando falamos em um desdobramento político da influência freyriana na abordagem de Laytano sobre o *negro* sul-rio-grandense é nesse sentido, ou seja, fazer desse estudo além de uma contribuição para a pesquisa histórica e antropológica no Rio Grande do Sul, mais uma ferramenta na empreitada de aproximação do Rio Grande do Sul com o Brasil, relação que por muito tempo se manteve conflitante.

#### **4.4 A “democracia gaúcha”: a perspectiva conciliadora das relações étnico-raciais na sociedade sulina**

Gilberto Freyre ocupa um lugar paradigmático quando se fala na construção do chamado *mito da democracia racial*. Tão clara quanto à posição central que ocupa no debate e sistematização dessa interpretação, não é a parte que cabe a Freyre na construção de tal pensamento. Há muita confusão e equívocos, no senso comum, ao considerar Gilberto Freyre o “inventor” do mito da democracia racial.

Conforme já mencionamos, é Silvio Romero o “primeiro formulador sistemático” do mito da complementaridade das “três raças”. Rodolfo Vilhena evidencia que há uma “nítida continuidade entre Romero e Freyre”, enquanto valorização da mestiçagem. A diferença, entretanto, é que Freyre remove a concepção envergonhada que há em Romero, para o qual a valorização da mestiçagem estava embasada na ideologia do branqueamento.

É senso comum apontar *Casa Grande e Senzala* como a obra que congrega a mais completa análise e sistematização do mito da democracia racial, da escravidão branda e das relações cordiais entre brancos e negros, senhores e escravos, enfim, uma sociedade escravocrata harmônica e equilibrada em seus antagonismos.<sup>47</sup> Parece-nos desnecessário

<sup>46</sup> LAYTANO *apud* FLORES, 1995, p. 115.

<sup>47</sup> ARAUJO, Ricardo Benzaquén de. **Guerra e Paz: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, p. 31.

reproduzir trechos do livro que ilustrem tais características. Propomo-nos a ir direto aos desdobramentos dessa influência na historiografia sulina e, de forma específica, em Dante de Laytano.

Ao nível nacional, com a difusão da antropologia culturalista na década de 1930 e, sobretudo, com a publicação de *Casa Grande e Senzala*, em 1933, o lugar de cada um na tríade luso-indo-africana que compunha a matriz étnico-cultural do Brasil teve seus pesos reavaliados na constituição do “homem brasileiro”. O Rio Grande do Sul também passa por essa reavaliação e, progressivamente, não mais se coloca enquanto diferente da composição básica existente em outras partes do país. Igualmente, a presença de uma diversidade étnica, juntamente com uma natural predisposição do português para a integração com outras raças, teria contribuído para uma relação equilibrada entre o mando, o regozijo e a sadismo do senhor branco e a submissão e o masoquismo do negro escravizado – receita apontada por Freyre.<sup>48</sup> O *negro* que, no Rio Grande do Sul, embora não fosse equiparado valorativamente ao branco, teria tido um tratamento mais humano, paternalista e reconhecido seu caráter, habilidades e coragem.

Aceitava-se, dessa forma, no Rio Grande do Sul, o chamado mito da escravidão branda ou da democracia racial e Dante de Laytano, pautado em Gilberto Freyre, foi um dos principais sistematizadores dessa interpretação. Dentro do ambiente historiográfico sul-riograndense, embora Laytano assuma posição pioneira ao debruçar-se no estudo do trabalhador negro escravizado e seus descendentes, não é possível desprender-lo das concepções científicas e ideológicas do *habitus* onde está e do qual produziu conhecimento.

A questão da democracia racial tem parte central em seu pensamento e no da intelectualidade conservadora à sua volta. Como procuramos delinear ao longo dessa investigação, a inserção do *negro* na composição da identidade brasileira assume posição privilegiada a partir da década de 1930. Contudo, a forma como ele foi recuperado adquire contornos ideológicos de ocultação da barbaridade que a escravidão representou para o trabalhador negro escravizado e seus descendentes. Além, também, da ocultação, ou melhor seria dizer, do mascaramento, de conflitos contemporâneos que precisavam ser conciliados para o desenvolvimento “harmônico” da nação.

Se a importância do *negro* se impôs, também se estabeleceu a necessidade de recuperá-lo de forma controlada e comprometida.

---

<sup>48</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: introdução a historia da sociedade patriarcal no Brasil, Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1966. p. 369 e 370.

Na historiografia sul-rio-grandense, conforme aponta Fernando Henrique Cardoso, o mito da democracia racial predominava. Esse autor se insere na tradição que rompeu com a chamada “historiografia tradicional” à qual pertencia Laytano, e na qual a “democracia gaúcha” era verdade absoluta. Cardoso, principalmente no segundo capítulo de *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, desconstrói, através de uma análise sociológica, a possibilidade de a sociedade sul-rio-grandense ter se constituída a partir de princípios e instituições democráticas.

Este autor reforça a principal característica da formação da sociedade sul-rio-grandense, a tradição guerreira-militarista. Já a ocupação do Rio Grande do Sul teve esse caráter devido à fronteira conflituosa e à sua economia, que era composta em tais moldes. A caça do gado alçado e o próprio contrabando eram efetuados por “bandos [armados] nos quais a autoridade e a liderança, por mais efêmeras que fossem, eram exercidas a base do domínio [...] também autocrático do *chefe*.”<sup>49</sup>

Com a colonização, a sedentarização e a transformação desses mesmos homens em estancieiros, segundo Cardoso, é claro que suas concepções e normas sociais violentas e autoritárias continuaram a reger seus comportamentos e suas relações de poder, não como herança, mas como necessidade de organizar a produção e manter a propriedade.

Duas conclusões impõem-se [...] A primeira é que seria enganoso pensar a sociedade pastoril e senhorial gaúcha, do século XVIII, organizada à base da estância, como um estrutura independente e oposta aos grupos pilhadores da fronteira: não só os peões transformavam-se em “acaudilhados” dos pilhadores e retornavam a condição de peões, como os pilhadores muitas vezes se “afazendavam”, tornando-se proprietários. [...]

A segunda é que, numa sociedade tão plasticamente constituída pela associação de interesses solidários entre os núcleos componentes da ordem formalmente estabelecida e os grupos formalmente postos à margem da sociedade, partes estas, além disso, fluidas, dificilmente poder-se-ia pensar que as normas vigentes numa fossem inoperantes na outra. Assim, o chefe autocrático do bando de pilhadores[...] ao se transformar em estancieiro, isto é, em proprietário, não deixava de ser um *chefe* cujo poder de mando encontrava limites apenas na força dos outros chefes e do Estado [...]<sup>50</sup>

Outra característica nada democrática da sociedade sul-rio-grandense identificada por Cardoso é a predominância de relações paternalistas e patrimonialistas de relações com o poder. O sistema de doação de terras ou a concessão de cargos militares e administrativos, por exemplo, nos primeiros anos de ocupação, eram doados segundo critérios de destaque militar. Posteriormente passaram a ser dominados por relações de favores e apadrinhamentos, “muito

<sup>49</sup> CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 87.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 90 e 91.

diferentes daquelas demonstradas na luta contra os castelhanos pelos primeiros estancieiros.”<sup>51</sup>

Ainda observa ele que a própria tradição autoritária dos senhores, acostumados à liderança e ao mando, associado à

falta [de um]a tradição consagradora dos limites no exercício do poder conferido, e sendo fluido o sistema de controle mantido pela administração real em uma área tão longínqua quanto o Rio Grande, não estranha que o arbítrio pessoal do mandatário se exacerbasse a extremos, e que os negócios da fazenda del-Rei se vissem confundidos com os “negócio da fazenda.”<sup>52</sup>

Isso teria resultado no que ele chama de um *patrimonialismo patriarcal*, porque o amparo nos benefícios e prebendas concedidos pelo Estado reforçava o poder pessoal. Diante dessas condições questiona ele: “Seria crível afirmar que a ‘sociedade pastoril’ assim constituída fora uma ‘ordem democrática’? parece óbvio que não.”<sup>53</sup>

Voltando à narrativa histórica de Dante de Laytano, sua leitura evidencia, de fato, a defesa da existência da predominância de relações democráticas, cordiais e de cooperação entre *negros* e brancos, escravos e senhores. A configuração desses princípios se expressou, para Laytano, em várias esferas da sociedade. Nas relações de trabalho, na relação doméstica pessoal, na atividade militar e na própria índole colaborativa do negro escravizado e justa e democrática do branco escravizador. Neste sentido, encobriu a realidade com o mito, na medida em que a desvelou, consolidando o relato tradicional de classe.

Para tratar do tema da construção de uma leitura conciliadora das tensões inerentes ao sistema escravista e do papel passivo do trabalhador negro escravizado, vamos nos deter, sobretudo, no texto *O negro no Rio Grande do Sul*, de 1957. Esse trabalho é um texto parcial que aborda o tema e não um livro completo dedicado a isso. Aliás, como já referimos, Laytano abordou este e outros temas da formação sulina. Dedicou atenção ao negro, mas não exclusivamente. Sua obra se destaca não por ser estrutural e sim seminal nos estudos do tema, por ser dissidente em meio à historiografia contemporânea.

Também no livro *História da República Rio-Grandense*, de 1935, Laytano dedica um sub-item para avaliar a importância do *negro* tanto na sociedade sul-rio-grandense quanto no processo revolucionário. Embora dedicando poucas páginas ao *negro*, neste livro estão ideias importantes que serão retomadas em textos posteriores, principalmente a forte defesa de relações amistosas, de companheirismo e confiança, entre o branco senhorial e o negro

---

<sup>51</sup> CARDOSO, 1977, p. 97.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 101 e 102.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 95.

escravizado. O texto *O negro no Rio Grande do Sul*, é um exemplo onde Laytano reproduz, de forma mais elaborada, elementos já apontados em *História da República Rio-Grandense*.

A natureza das relações de trabalho é um dos principais pontos de defesa de tal interpretação. No Rio Grande do Sul, a atividade escravocrata encontrava duas realidades distintas, a estância e a charqueada. De antemão, é necessário observar a posição de Dante de Laytano diante dessa dicotomia.

Na historiografia sulina até a década de 1960, quando passou a haver as primeiras contraditas à tese da escravidão branda (o próprio trabalho de Fernando Henrique Cardoso, elaborado nessa mesma década, é exemplo disso), ignorava-se, ou pelo menos se fazia vista grossa à dicotomia – nas condições de trabalho – entre a estância e a charqueada. Apresentava-se a visão mais branda que realmente houve na estância – não por posturas humanitárias dos escravizadores, mas pela natureza da atividade pastoril – como a expressão completa das condições do trabalho escravizado no Rio Grande do Sul. Ignorava-se, portanto, o trabalho na charqueada, que foi um dos mais insalubres e extenuantes que houve no Brasil. Como alerta Cardoso, que considera Laytano um conhecedor das fontes, “é preciso reconhecer, como Laytano fez, que as fontes divergem quanto ao tratamento dispensado ao negro.”<sup>54</sup>

A questão é que Laytano, apesar de mostrar tais disparidades no tratamento dado ao cativo na estância e na charqueada, esforça-se para justificar a necessidade do tratamento severo.

A principal fonte utilizada por Laytano são os relatos de três viajantes europeus que estiveram no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX e anotaram suas impressões da sociedade sulina. São eles: Auguste Saint-Hilaire, Nicolau Drays e Arsene Isabelle.

Quanto ao aspecto brando das condições do trabalho escravo, a primeira questão levantada é o caráter limitado do trabalho na atividade pastoril.<sup>55</sup> Conforme relata Laytano, não se necessitava de muita mão-de-obra e a atividade a desempenhar seria extremamente simples. A utilização do cativo negro foi dividida com a do índio, pois esse trabalho simples estava de acordo com as limitadas capacidades [sic] do nativo indígena, ao que ele afirma: “A vida pastoril é monótona e sem acidentes. De sol a sol, apenas uma espécie de guarda dos

---

<sup>54</sup> CARDOSO, 1977, p. 120.

<sup>55</sup> Cf. FREITAS, Décio. 1980. O Gaúcho: o mito da produção sem trabalho. In: José H. Dacanal e Sergius Gonzaga. **RS: Cultura e Ideologia**. Porto Alegre, Mercado Aberto.

animais. Ora, a psicologia do aborígine facilmente se achou bem, nesse estado de trabalho de vigilância e de energia pacífica, que estavam nos seus hábitos.”<sup>56</sup>

Também na fazenda era o cativo negro quem cuidava do trabalho doméstico, mas, mesmo aí, sua relação com o branco era pacífica e muito próxima, pois não existia luxo por parte do senhor.

O negro na estância, entretanto, possuía quase as mesmas regalias de seus senhores, pelo menos, o stand de vida de ambos é semelhante, numa certa passagem parei, informa Saint Hilaire, em uma estância que se compõe de miserável palhoça, aberta, e de algumas casas de negro. Revela desta maneira como habitavam brancos e africanos.<sup>57</sup>

Para legitimar a simplicidade da vida e a horizontalidade das relações sociais na estância ele se utiliza mais uma vez de Saint-Hilaire. Esse escritor anotava que a vestimenta, por exemplo, era quase a mesma entre o senhor e o escravo.

[Usava-se] lã para [confeccionar] ponchos grosseiros de negros. Poncho que os brancos também usavam como cheripá. A pequena manufatura nascia nas casas dos proprietários de terras, e latifundiários mais modestos, às vezes os ricos também, eram os artífices tecelões do rudimentar trajo do preto. Reflexos da parcimônia lusitana [...] <sup>58</sup>[Grifo nosso]

Ou então passagens como essa; agora de Arsene Isabelle: “Todo mundo comia no mesmo prato, escreve desolado e acrescenta: ‘não bebíamos nunca comendo, mas depois da refeição um negro trazia um chifre cheio d’água na roda, e cada um bebia por sua vez.’”<sup>59</sup>

Em outro texto, Laytano evoca novamente as percepções de Saint-Hilaire para corroborar a peculiaridade da província no relacionamento de escravos e senhores.

Diz Saint Hilaire: - Tive já oportunidade de referir ao fato de serem vendidos aqui os negros imprestáveis aos habitantes do Rio de Janeiro; quando querem intimidar um negro ameaçam-no de enviá-lo para o Rio Grande. Entretanto não há, creio, em todo o Brasil, lugar onde os escravos sejam mais felizes que nesta capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos, mantêm-se próximo deles e, tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne a vontade, não é mal vestido, não anda a pé sua principal ocupação consiste em galopear pelos campos, cousa mais sadia que fatigante. Enfim, eles fazem sentir aos animais que os cercam uma superioridade consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos.<sup>60</sup>

Comentários como esse, embora não sejam do próprio Dante de Laytano, transmitem no texto, uma noção de aval de sua parte para com tal concepção. Na realidade, ele não se atém a fazer comentários, críticas ou interpretações da real possibilidade da existência de tais

<sup>56</sup> LAYTANO, 1935, p. 142.

<sup>57</sup> LAYTANO, 1957, p. 79.

<sup>58</sup> LAYTANO, *loc. cit.*

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 78.

condições, ou do cunho extremamente racista do final da última citação. Não conjectura, por exemplo, que a ameaça de punição do cativo, enviando-o para o sul, dizia respeito à charqueada, onde as condições de trabalho eram duríssimas, e Laytano conhecia essa realidade. Aliás, apresenta esses depoimentos como retratos reais das condições de vida e de relações sociais da sociedade escravocrata sulina.

O mesmo não acontece com outras “inconveniências” de suas fontes – que não deixa de mostrar – como os relatos de maus tratos, castigos ou juízos condenatórios da severidade do sistema escravocrata sul-rio-grandense. Ou seja, Laytano, nesse ínterim, tenta justificar e, até mesmo, *historicizar* criticamente a necessidade de tais atitudes. É o caso do “problema” da charqueada. “Saint Hilaire, diz ele, não escapou a visão que distingue o negro da estância e da xarqueada.”<sup>61</sup>

Continuando sua leitura de Saint-Hilaire, cita:

Afirmei, diz ele, nesta Captania, os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outro ponto do país. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; mas nas xarqueadas a coisa muda de figura, porque sendo os negros em grande número e cheios de vícios, trazidos da capital, torna-se necessário tratá-los com mais energia.<sup>62</sup>

Essa citação não é acrescida de avaliações e juízos, entretanto é seguida de um panorama que contrasta essa realidade, o da brandura das relações de trabalho na estância e a austeridade da vida do branco estancieiro, conforme mostramos nas citações anteriores. Isso nos leva a uma interpretação da tentativa, por parte do autor, de atenuar a gravidade do panorama descrito por Saint-Hilaire.

Em outra passagem, também do mesmo viajante, Laytano expõe a “rudeza” e a “exagerada severidade” com que os negros da charqueada eram tratados.<sup>63</sup> Essas passagens são seguidas de uma avaliação das condições socioeconômicas do trabalho na charqueada. Diante disso, conclui pela necessidade do tratamento rigoroso como decorrente das estruturas sociais ali existentes. Diz ele:

O proletariado [sic] das casas de salgar carnes foi o mais sacrificado da democracia campestre. Início do período industrial, e a coletividade trabalhista oferecia um aspecto de volume, grandeza, que apenas poderia ser denominada pela energia, então, sinônimo de chicote, hoje com as devidas proporções, diz-se lei social.<sup>64</sup>

---

<sup>61</sup> LAYTANO, 1957, p. 78.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>63</sup> *Ibid.*, p. 75.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 76.

Curiosamente, faz uma espécie de correlação das atividades laborativas na charqueada, que estava inserida periféricamente no mercado capitalista e produzia em escala industrial, com as relações de trabalho modernas, de trabalho livre. Podemos fazer um exercício de interpretação dessa construção representativa ideológica do autor. Ora, é inverossímil, incompatível, pensarmos em uma “democracia” onde o “proletário” tem o chicote como lei trabalhista. Ignora as incompatibilidades dos conceitos e seus conteúdos. De maneira capciosa quer fazer crer que, mesmo sob coerção ao trabalho e falta de liberdade, aquela sociedade pode ser chamada de democrática e que chicote e leis sociais se equivalem, respeitando-se seus tempos históricos.

Ou seja, como dissemos anteriormente, as contraditas à tese da escravidão harmônica devem ser contemporizadas, o que Laytano procura fazer diante das condições desfavoráveis ao trabalhador negro escravizado dentro do sistema escravocrata.

Para encerrar as observações sobre as anotações do viajante francês, em relação à exploração do trabalhador negro escravizado, complementa:

Próximo à cidade de Rio Grande, o viajante francês depara com uma granja típica de açoriano [...] seu pomar é extremamente bem cuidado [...] é de notar que para cuidar desse pomar, ele, o dono, emprega doze negros; certamente três jardineiros cultivariam muito melhor um espaço de terreno semelhante e conclui a observação: os negros são naturalmente poucos ativos: quando livres só trabalham mal e com excessiva lentidão.<sup>65</sup>

O que é importante e ideologicamente conservador nessa citação é a sugestão de que o *negro*, quando tratado de forma amena, não trabalha direito. O autor não procura entender o motivo, aparentemente incoerente, de haver doze escravos em uma pequena propriedade, concordando com Sant-Hilaire que, provavelmente, deve-se à ineficácia do trabalhador escravizado. Logo, trata-se de mais uma expressão de Saint-Hilaire usada de forma autônoma no texto, assumindo claramente um tom de referendo por parte do autor a essas concepções.

A partir de Saint-Hilaire, Laytano não deixa de expor as condições hostis ao cativo, como castigos severos, “falta de sentimentos humanísticos” por parte dos senhores, explorações extenuantes. Não mostra, porém, essas condições como inerente à natureza econômica, política e moral da escravidão e, neste sentido, subsidiária de um sistema mercantil marcado pela contradição do escravizador, explorador da força de trabalho e do lucro obtido com essa atividade, e do trabalhador escravizado, que, sob qualquer custo, tinha parte significativa de sua força de trabalho apropriada. Tem uma concepção positivista comtiana da instituição escravista, que avalia como fruto do egoísmo, reflexo da falta de

---

<sup>65</sup> LAYTANO, 1957, p. 81.

compaixão humanitária, e que o filósofo francês também entendia como oriundas das “relações humanas, sempre maculadas de egoísmo e de empirismo” e que teriam gerado “bárbaros prejuízos dos brancos contra os pretos”.<sup>66</sup>

Dante de Laytano foi tradutor de um dos textos de Arsene Isabelle, francês que esteve no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1833 e 1834.<sup>67</sup> Isabelle efetuou uma análise bastante pejorativa da sociedade escravocrata sul-rio-grandense, criticando os maus tratos e os inúmeros castigos aplicados aos cativos.

Laytano não deixa de utilizar as impressões desse viajante, contudo declara inúmeras críticas às concepções de Isabelle. Assim, pondera: “[...]vamos deixar de lado o estudo crítico da obra de Isabelle, seu amadorismo literário, defeitos e injustiças para extrair de seu livro algumas notícias. Não é muita coisa, mas sempre uma dúzia de observações se consegue”.<sup>68</sup> Logo adiante radicaliza afirmando que “Isabelle não se contem e aproveita para escrever uma catilinária em regra contra os senhores de escravos.”<sup>69</sup>

Contudo, conforme chama a atenção Fernando Henrique Cardoso, o juízo mais comprometedor que Laytano faz da obra de Arsene Isabelle é justamente o não uso, ou seja, a ocultação proposital do que não lhe “agrada” mostrar.

Assim, Laytano, depois de citar um texto de Isabelle no qual o autor descreve as duras condições de vida do escravo negro, omite as considerações feitas contra a exploração do negro dizendo: “Isabelle desabafa e solta impropérios terríveis contra a exploração do negro [...], mas essa má literatura agora não nos interessa”.<sup>70</sup>

Interessante também é a interpretação que Laytano faz das relações de cumplicidade [sic] entre o negro escravizado e o senhor branco na ação militar. Nicolau Drays foi quem deu mais atenção a essa questão em suas impressões.

Em *História da Republica Rio-Grandense*, defende o “valioso papel” do cativo negro como aliando dos revolucionários. Todas as análises nessa perspectiva apontam para uma relação de cumplicidade, fidelidade e submissão do *negro* para com os seus senhores companheiros [sic] de batalha. Ou então destaca a admiração que adquiriu por sua bravura o que levou seus senhores a admirarem sua “sagacidade” e seu “espírito de liberdade”.

<sup>66</sup> COMTE, Auguste, 1798-1857. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. (Os pensadores) — São Paulo: Abril Cultural, 1978.p. 294.

<sup>67</sup> “Viagem a Buenos Aires e Porto Alegre, pela Banda Oriental, Missões do Uruguai e da Província do Rio grande do sul, seguida de considerações sobre o estado de comércio exterior francês, e principalmente para o Brasil e o Rio da Prata”.

<sup>68</sup> LAYTANO, 1957, p. 83.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p. 84.

<sup>70</sup> CARDOSO, 1977, p. 121.

Analisando a Revolução Farroupilha, por exemplo, lança mão da famosa lei assinada por Bento Gonçalves, em 11 de maio de 1939, em que equipara, no tratamento, os soldados do Império aos seus soldados negros.<sup>71</sup> A lei é utilizada como exemplo máximo do sentimento anti-escravagista dos sul-rio-grandenses, levando-o a afirmar que o “sentimento abolicionista sempre foi da índole do sul-rio-grandense”.<sup>72</sup> Além disso, a parceria e a cumplicidade desenvolvida na guerra teria sido tão sólida ao ponto de, findado o conflito, os “homens de cor, que tinham se libertado por servirem à República, perdiam sua independência, voltando aos seus antigos senhores.”<sup>73</sup>

Enfim, os elementos levantados por Dante de Laytano no sentido conciliador das relações de poder na sociedade escravocrata sulina são bastante vastos e poderiam ser elencados alguns outros, bem como analisados com maior profundidade. Contudo parece-nos já suficientemente exemplificado – a partir das relações de trabalho – o lugar que o mito da democracia racial, das relações cordiais e de cumplicidade, vinculadas a uma condição passiva do trabalhador negro escravizado, assumem na obra de Dante de Laytano.

Apesar da defesa do valor do *negro*, sua riqueza cultural, sua contribuição para a construção da sociedade brasileira e sul-rio-grandense, permanece o racismo na forma de abordar desses autores, quer seja Dante de Laytano, ou Gilberto Freyre. Permanece inclusive a concepção da inferioridade do indígena e do negro em relação ao branco, conforme estava nos pensadores deterministas aos quais eles se opunham.

Laytano estava completamente imerso em um *habitus* formador dominado pelo positivismo e herdeiro de uma tradição científicista convicta do determinismo biológico sobre os comportamentos sociais dos indivíduos. Contudo, conforme ele próprio confessa, e sua obra comprova, procurou também dar atenção ao social e à cultura, vendo a parte que lhes cabia na composição socioeconômica e cultural da sociedade sul-rio-grandense.

Como condição para entender a enorme legitimidade que a construção da democracia racial assume na historiografia sul-rio-grandense, Fernando Henrique Cardoso chama a atenção para a importância do contexto nacional onde tal interpretação se afirmava como paradigma: “[...] é inegável que a aceitação [no Rio Grande do Sul] da existência de uma

---

<sup>71</sup> Essa lei estipulava que se os negros capturados pelas forças do Império fossem açoitados pelas tropas imperiais, os Republicanos gaúchos também dispensariam o mesmo tratamento aos soldados do império que estavam a seu poder.

<sup>72</sup> LAYTANO, 1935, p. 151.

<sup>73</sup> *Ibid.*, p. 153.

sociedade democrática, embora inverídica historicamente, vale como demonstração do vigor do *padrão brasileiro* de convivência inter-racial.”<sup>74</sup>[Grifo nosso]

Esse “padrão brasileiro” ao qual Cardoso se refere é justamente a interpretação freyriana que, como procuramos definir neste capítulo, assume enorme legitimidade e influência no pensamento brasileiro do período em questão.

Outra conclusão a que Cardoso chega, e com a qual também concordamos, é a intenção da “mitificação” e construção ideológica em si, tanto no caso brasileiro como na sociedade sul-rio-grandense.

Ela assume uma importância considerável no processo de avaliação atual do negro pelo branco e de racionalização dos motivos de tratamento assimétrico no presente: toda reconstrução do passado rio-grandense em termos da “sociedade rural democrática” visa, ao mesmo tempo, glorificar o branco-senhor, magnânimo em face do negro, e considerar o negro como *realmente* e não *socialmente* inferior. Assim o branco castigaria o negro (as evidências dos suplícios e as observações dos viajantes não são desconhecidas dos historiadores eruditos), porém, merecidamente [e aqui Cardoso faz uma citação de pé de página comentando justamente Dante de Laytano]; a sociedade seria democrática, mas sem o “rebaixamento” do senhor aos inferiores; e assim por diante.<sup>75</sup>

Essa implicação “atual” do problema do *negro* brasileiro – daqueles que chamamos aqui de descendentes de trabalhadores escravizados, justamente para se referir aos homens e mulheres, pretos, pardos, mestiços, negros, enfim, identificados e auto-reconhecidos, pelas mais diferentes formas, que têm uma identidade com a história da escravidão no Brasil – é o que parece ser realmente central em torno desse debate.

Nossa proposição sobre o conjunto da obra de Dante de Laytano, sobre o trabalhador negro escravizado e seus descendentes no Rio Grande do Sul, é que possui uma dimensão eminentemente política. Essa inserção na historiografia e na identidade do Rio Grande do Sul não se faz devido a preocupações puramente científicas, mas também políticas e ideológicas. Podemos ver que, se era necessário valorizar a contribuição histórica do *negro* e integrá-lo na identidade e na sociedade sulina, era também preciso pô-lo no seu “devido lugar”, esse lugar que, obviamente, não era à mesma altura do homem branco, de descendência europeia.

---

<sup>74</sup> CARDOSO, 1977, p. 117.

<sup>75</sup> *Ibid.*, p. 118.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos a forma como a historiografia sul-rio-grandense contribuiu para a construção de uma identidade étnico-histórica, oferecendo representações sobre quais e como determinados tipos étnicos contribuíram, mais ou menos, para a formação histórica do Rio Grande do Sul. Do conjunto dessa historiografia, emergiram impressões, expectativas, visões de mundo, que viram de incompleta, limitada e/ou constrangida o papel de um grupo étnico/social específico: o trabalhador negro escravizado e seus descendentes. Optamos por recortar três períodos com três *tipos* de abordagens distintas, mas que, em seu conjunto, representassem as tendências hegemônicas da historiografia local sobre o tema. Os dois primeiros autores não consideram a presença do *negro*, o segundo condena, e o terceiro valoriza de forma controlada. É importante notar que nenhum aborda o tema preocupado em tributar ao *negro* seu quinhão na formação do Rio Grande do Sul. Preocupam-se, sobretudo, em tratar dos problemas mais ou menos estruturais de suas sociedades contemporâneas e, contingencialmente, como estas sociedades devem – ou não – lidar com o problema da identidade étnica.

No caso de Assis Brasil e Alcides Lima, notamos que o tema racial ocupa espaço importante na definição dos povos que formaram este espaço. Fica evidente em suas fórmulas explicativas que dois fatores foram o fermento da civilização sulina: a qualidade genética e moral do homem e a qualidade do espaço geográfico. Os outros elementos advieram daí: o impulso aguerrido e desbravador; a competência política e militar; o espírito libertário, justo e democrático, etc. Coerentes com suas influências teóricas, positivistas, e a natureza política das obras, não veem o âmbito econômico como um viés explicativo que mereça atenção. As obras, que foram publicadas com fins propagandísticos republicanos, projetam as primeiras definições de uma identidade étnico-histórica para o Rio Grande do Sul, mas, sintomaticamente, higienizam dessa identidade o que esses intelectuais não julgaram adequado aos ditos sentimentos republicanos farroupilhas – a exploração ostensiva do braço escravizado e a natureza econômica das muitas pugnas travadas contra o Império brasileiro. É uma identidade envergonhada de um passado que não admitem e de um presente em que essa massa oriunda do processo de abolição ainda não é motivo de preocupação social.

Quando damos um salto até o final da República Velha a coisa muda de figura. Temos na obra de Jorge Salis Goulart um enfretamento do problema. Livro de qualidade metodológica inegável representa a primeira interpretação sociológica sistêmica da formação

do estado do Rio Grande do Sul. Consideramos que apresenta o arquétipo mais exemplar das lutas pela imposição de representações e classificações da sociedade sul-rio-grandense. Não há em *Formação do Rio Grande do Sul* sugestões, sutilezas, ilações, mas sim uma violência simbólica clara, que defende um passado idílico e nega a exploração e a violência física. De forma politicamente clara, propõe uma classificação social baseada em critérios racistas, onde cada etnia deve ter e reconhecer o seu *devido lugar*.

Os vários trabalhos de Dante de Laytano são exemplares de uma terceira forma de representação do papel do trabalhador negro escravizado e seus descendentes na formação sulina. Conforme vimos, representam inegavelmente avanço historiográfico. Porém, o fato de, ao incluir o negro, manter o preconceito, ou ainda pior, camuflar e justificar sua posição desvantajosa na sociedade contemporânea, levou Laytano a um ostracismo acadêmico a partir da década de 1970 e, principalmente, na década de 1980, com a chamada “historiografia crítica”. O que tentamos valorizar nesta abordagem foi o apontamento de que o despertar de interesse desse historiador para problema do *negro* no Rio Grande do Sul está vinculado, antes de tudo, à importância política e temática na historiografia de fazer esse estudo do que uma preocupação antropológica em si e, muito menos, o enfrentamento do problema pelo viés da luta de classes.

Como já referimos, não foi nosso objetivo fazer uma crítica das formas de leitura para o que teríamos que partir de outras fontes, ou seja, não apenas dos textos, mas também dos registros das formas como as pessoas leram esses textos. As representações são práticas de produção de sentido que se formam entre o conteúdo do texto e as impressões e modalidades de leituras que são diferenciadas em função das determinações sociais. É útil, portanto, destacar que sempre haverá um confronto entre a vontade prescritiva de quem escreve o texto e as leituras, nunca ortodoxas e controladas, que se fazem deles. Não vemos essa relação de forma determinística e sim enquanto luta pela definição de representações, portanto, permeada de dominação e resistência.

Para nosso trabalho, os conceitos de luta de representações e de violência simbólica parecem bastante férteis, pois se inscrevem no campo oposto da violência física. Roger Chartier lembra que, diante do recuo da violência física, abre-se a necessidade da violência simbólica. No caso da transição, na sociedade ocidental, do período medieval para o moderno, “o confisco, pelo Estado, do monopólio sobre o emprego legítimo da força faz com que os

enfrentamentos sociais baseados nas confrontações diretas, brutais, sangrentas, cedam cada vez mais lugar a lutas que têm por armas e por objetos as representações.”<sup>1</sup>

Temos a impressão de que há uma correlação bastante aproximada entre este fenômeno e a transição, no Brasil, da sociedade escravista para a baseada em diversas modalidades de trabalho livre e, neste passo, da mudança de condição jurídica e política do negro escravizado, para a de cidadão livre. Diante de mudança jurídica, este homem não está mais sujeito à punição física, pelo menos juridicamente amparada. Não cessou e aprimorou-se, entretanto, o exercício contra ele de uma condenação, um controle, uma violência simbólica.

Além disso, estes textos exercem uma função pedagógica de inculcação simbólica da inferioridade ou da anulação. De forma repetida, uma afirmação que é apenas isto, ou seja, é apenas uma intenção, uma vontade, torna-se uma representação do real e desta forma passa a regular as relações sociais concretas. De acordo com Bourdieu, citado por Chartier, uma violência simbólica “só tem êxito na medida em que aquele que a sofre contribui [sic] para sua eficácia; só o constrange na medida em que está predisposto, por uma aprendizagem prévia, a reconhecê-la.”<sup>2</sup>

Na longa duração, a construção da parcela contributiva do *negro* na formação da identidade étnico histórica sulina assume várias dimensões, onde há espaço para identidades opostas, aquelas impostas pelos dominadores e aquelas resistentes, que mantêm valores originários, estigmatizados. A parcela do discurso dominante – que foi objeto de nossa análise aqui – tem assumido parte importante na interiorização – por *negros* e *brancos* – de valores e sentenças enunciadas por um discurso dos dominadores, comprometido com a manutenção de classificações que relegaram o trabalhador escravizado e seus descendentes a um papel desqualificado. Nesses discursos, que estão presentes nos textos analisados sobre a formação da identidade étnico-histórica sul-rio-grandense, procuramos identificar o que Chartier chama de “dispositivos” e Bourdieu de “estigmas”, que constroem as representações da inferioridade, por exemplo, a anulação do trabalho e do trabalhador escravizado, a inculcação da inferioridade racial e da inferioridade moral, exclusão da esfera pública, divisão do trabalho, divisão de papéis sociais, a ideologia do branqueamento, a proposição do controle e do enquadramento das “raças inferiores”, a romantização e a negação das contradições e durezas do sistema escravista, etc. Estes dispositivos formam as representações coletivas que toda a

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas.** Estudos Históricos. Vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro: p. 97-113, 1994. p. 105.

<sup>2</sup> CHARTIER, 1994, *loc. cit.*

sociedade tem sobre o *negro*, pois não estão deslocadas do real e apenas no imaginário “dominador”, “*branco*”, “racista”.

## REFERÊNCIAS

AITA, Carmen S. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: perfil biográfico e discursos (1857-1938) /Joaquim Francisco de Assis Brasil; organização (pesquisa documental/iconográfica e texto) Carmen Aita. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de. **Guerra e Paz**: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: ERUS, 1981. [1882].

BAKOS, Margaret M. **RS**: escravismo & Abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARCELLOS, Daysy M. de. 1997. **Dante de Laytano e o folclore Negro no Rio grande do Sul**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 3, nº 7 p. 252 – 275, outubro de 1997.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul**: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790– c. 1825. Mestrado em História– PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas / Pierre Bourdieu**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BUENO, Carolina; PIMENTEL, Gabriela e BOCHI, Daiane. ZH surge durante ditadura. In: **Jornal impresso do curso de Jornalismo do Centro Universitário Metodista IPA**, Ano 1, Edição 2, Julho de 2006.

CANTO, Otávio do e ALMEIDA, Jalcione. **Meio ambiente:** determinismos, metamorfoses e relação sociedade-natureza. s/d Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/746.pdf>> Acesso em: 17 jul. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CEZIMBRA JACQUES, João. **Costumes do Rio Grande Sul.** Precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica. Porto Alegre: Estante Rio-Grandense União de Seguros. 1979 [1883].

CHARTIER, Roger. **A história hoje:** dúvidas, desafios, propostas. Estudos Históricos. Vol. 7, n. 13. Rio de Janeiro: p. 97-113, 1994.

COMTE, Auguste, 1798-1857. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. (Os pensadores) — São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil:** 1850-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: cultura & ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

FLORES, Moacyr. Historiografia de Dante de Laytano. In: **Estudos Ibero-Americanos.** PUCRS, v. XXVI, n° 1 p. 7-22, junho 2000.

FLORES, Moacyr. Nos Caminhos da História com Dante de Laytano. In: **Estudos Ibero-Americanos** / pós-graduação de História, PUCRS, v. XXI, n. 1 – 160, julho, 1995, p. 109-117.

FREITAS, Décio. O mito da “produção sem trabalho”. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: cultura & ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala:** introdução a história da sociedade patriarcal no Brasil, Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1966.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista.** Disponível em: <[http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos\\_cientificos/manifesto\\_regionalista.html](http://prossiga.bvgf.fgf.org.br/portugues/obra/artigos_cientificos/manifesto_regionalista.html)>. Acesso em: 20 mai. 2008. O texto usado aqui foi retirado da Web, página da Biblioteca Virtual Gilberto Freyre BVGF não é paginado.

GASPAR, Walter B. **Nina Rodrigues e Oliveira Vianna:** Interpretações do Brasil. FGV – DIREITO RIO, 2010. Disponível em: <[http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/8/82/IBRA\\_Trabalho\\_Walter\\_\\_Nina\\_Rodrigues\\_e\\_Oliveira\\_Vianna.pdf](http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/8/82/IBRA_Trabalho_Walter__Nina_Rodrigues_e_Oliveira_Vianna.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2014.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro; Caxias do Sul: EDUCS, 1985 [1927].

GUTFREIND, Ieda. **Historiografia rio-grandense**. 2. ed. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1998.

GUTFREIND, Ieda. **O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico**. "Estudos Ibero-Americanos", Porto Alegre, 16 (1-2), 1990.

IHU On-Line. **Era Lula e Era Vargas: algo a ver?** Entrevista especial com René E. Gertz, disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/10882-era-lula-e-era-vargas-algo-a-ver-entrevista-especial-com-rene-e-gertz>>. Acesso em 14 jan. 2014

LAYTANO, Dante de. **As Congadas do município de Osório**. Boletim de Estudos do Folclore do Rio Grande do Sul. Edição da Associação Rio-grandense de Música. 1945.

LAYTANO, Dante de. **Folclore do Rio Grande do Sul: levantamento dos costumes e tradições gaúchas**. Caxias do Sul: EDUCS, 1987.

LAYTANO, Dante de. **História da república rio-grandense (1835-1845)**. Porto Alegre: Sulina. 1935.

LAYTANO, Dante de. O negro no Rio Grande do Sul. In: **Anais do Primeiro Seminário de Estudos gaúchos**. Porto Alegre: PUCRS, 1957.

LAYTANO, Dante de. **Os Africanismos do Dialeto Gaúcho**. Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – II Trimestre do Ano XVI, Porto Alegre. 1936.

LIMA, Alcides de Mendonça. **História Popular do Rio Grande do Sul**. Edição da Livraria do Globo. Barcellos, Bertaso & Cia. – Porto Alegre, 1935 [1882].

LÖWY, Michel. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

MAESTRI, Mário. **A segunda morte de Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo**. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAESTRI, Mário. **História Sumária do Racismo no Brasil (Primeira Parte)**. Mário Maestri - Publicado em Novembro 2010. Disponível em:

<http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propia/8582-historia-sumaria-do-racismo-no-brasil-primeira-parte.html>. Acesso em: 22 mai. 2012.

MAESTRI, Mário. **O escravo gaúcho**: resistência e trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1984; 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

MAESTRI, Mário. **O escravo no Rio Grande do Sul**: trabalho, resistência e sociedade. 3.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MAESTRI, Mário. **O gaúcho negro**: o cativo e a fazenda pastoril. Disponível em:<[biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/maestri.rtf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/aladaa/maestri.rtf)>. Acesso em: 18 set. 2013.

MAESTRI, Mário. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. In: **Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina**: herencia, presencia y visiones del otro. Centro de Estudios Avanzados, Programa de Estudios Africanos; Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/coediciones/20100823031132/06mae.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2012

MAIA, João Marcelo Ehlert. **A terra como invenção**: o espaço no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

MARQUES, Alaxandre Kohalrauch. **A Questão Ítalo-Abssínia**: Os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS. Porto Alegre, 2008.

MARTINS, Jefferson Teles. **O pensamento histórico social de Jorge Salis Goulart**: uma incursão pelo “campo” intelectual rio-grandense na década de 1920. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2011.

MONTI, Verônica A. **O abolicionismo, 1884**: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Martins, 1985.

MOURA, Clovis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NEDEL, Letícia B. & RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. **Historiografia, crítica e autocrítica**: itinerários da História no Rio Grande do Sul. In: *Agora*/Universidade de Santa Cruz do Sul, Departamento de História e Geografia – vol. 11, n. 1, 2005.

NEDEL, Letícia B. **A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul**. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/mana/v13n1/a04v13n1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil - Nação.** Petrópolis, Vozes, 1992.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

OSÓRIO Helen. Estrutura agrária e ocupacional. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (Coord.) **Colônia.** v. 1 – (Coleção História Geral do Rio grande do Sul). Passo fundo: Méritos, 2006.

PALLARES-BURKE, M. L. G. **Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

PASSOS, Manuel Caetano de Araújo. **Entre os Direitos do Cidadão e o Interesse do Estado:** representação política no pensamento político de Joaquim Francisco de Assis Brasil. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Dissertação (Mestrado) – Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PESAVENTO, Sandra. Historiografia e Ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: cultura& ideologia.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PONTES, Heloisa. ENTREVISTA COM ANTONIO CANDIDO. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 16 N°. 47, 2001.**

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. Tradições republicanas e usos do passado: Joaquim Francisco de Assis Brasil e a propaganda política do Partido Republicano Rio-Grandense (1881-1889). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308190625\\_ARQUIVO\\_textoanpuh2.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308190625_ARQUIVO_textoanpuh2.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2013.

SARMIENTO, Domingo F. **Facundo: civilización y barbarie.** Madrid: Alianza Editorial, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, E. Maran Queiroz da & CUNHA, Ivanir. **O mito da escravidão cordial sul-rio-grandense:** uma discussão historiográfica. Educ. Porto Alegre. V.1 n.9, p.6-13, outubro de 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento social brasileiro (1870-1930).** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TORRES, Luiz Henrique e PEREIRA, Neide Jaqueline. **Fundamentos Político-Historiográficos em Alcides Lima.** BIBLOS, Rio Grande, 11: 51-62, 1999.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. 1995. **História e Literatura**: a Porto Alegre dos anos 30 a partir de “Os Ratos”. Bauru, USC.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil** / Oliveira Vianna. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIDAL, Francisco Baqueiro. **Um marco do fundamentalismo neoliberal**: Hayek e O Caminho da Servidão. – OBSERVANORDESTE – Textos Especiais. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Os intelectuais regionais**. Disponível em: <<http://luisrodolfovilhena.googlepages.com/IntelectuaisregionaisRBCS.pdf>>, S/D. Acesso em: 03 jun. 2012.

ZAGNI, Rodrigo Medina. **O labirinto da política criolla**: nossas enfermidades e tratamentos segundo Carlos Bunge. Simposio Internacional El Ensayo: hacia El bicentenario de suaparicion en Hispanoamerica. *ACTAS. Mendoza, Argentina, 4, 5 y 6 de noviembre de 2009*. Disponível em: <[files.comunidades.net/forum.../200911Labirinto\\_da\\_politica\\_criolla](files.comunidades.net/forum.../200911Labirinto_da_politica_criolla)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho**. Ijuí: Editora da UNIJUÍ, 1997.

## FILMOGRAFIA

**A Conquista do Oeste**. Direção de Joice Bruhn, Rafael Figueiredo e Rubens Bandeira. Porto Alegre: RBSTV, 2004. DVD duplo, son., color.